

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

LUIS MARCELO DA SILVA MIRANDA

**DA “CONSCIENCIALIZAÇÃO” À “DEMOCRACIA”:
A HISTORICIDADE NA INTERPRETAÇÃO DE ONÉSIMO SILVEIRA
SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL EM CABO VERDE**

Porto Alegre
2016

LUIS MARCELO DA SILVA MIRANDA

**DA “CONSCIENCIALIZAÇÃO” À “DEMOCRACIA”:
A HISTORICIDADE NA INTERPRETAÇÃO DE ONÉSIMO SILVEIRA
SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL EM CABO VERDE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Marçal de Menezes Paredes

Porto Alegre
2016

Ficha Catalográfica

M672d Miranda, Luís Marcelo da Silva

Da "Consciencialização" à "Democracia" : A historicidade na interpretação de Onésimo Silveira sobre a identidade nacional em Cabo Verde / Luís Marcelo da Silva Miranda . – 2016.

151 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

1. Onésimo Silveira. 2. Crítica e interpretação. 3. História de Cabo Verde.
4. Identidade Nacional. I. Paredes, Marçal de Menezes. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUIS MARCELO DA SILVA MIRANDA

**DA “CONSCIENCIALIZAÇÃO” À “DEMOCRACIA”:
A HISTORICIDADE NA INTERPRETAÇÃO DE ONÉSIMO SILVEIRA SOBRE A
IDENTIDADE NACIONAL EM CABO VERDE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes – PUCRS (orientador)

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto - UFG

Prof. Dr. José Rivair Macedo - UFRGS

Porto Alegre

2016

Para Alcinara, Luís Marcelo e Victor.
Pelo Amor incondicional, constante e permanente.

AGRADECIMENTOS

Esses agradecimentos são para todos aqueles tem feito parte da minha caminhada tanto pessoal quanto acadêmica. A todas essas pessoas eu dedico algumas palavras, em reconhecimento pela paciência, pela humanidade e pelo amor demonstrado.

Ao sorriso encantador de minha esposa, Alcinara, companheira de todas as horas. Ao meu filho Luís Marcelo, que soube suportar as ausências do pai durante as infinitas horas dedicadas à Academia. Ao pequeno Victor, que chegou em nossas vidas durante esse percurso e cujo olhar penetrante e alegre nos contagia com a mesma alegria, e incentiva a seguir em frente.

Ao professor Dr. Marçal de Menezes Paredes, meu orientador e amigo, agradeço pela luz que me emprestou, por me ensinar a perceber a diversidade e complexidade do continente africano, e em especial de Cabo Verde. Esse trabalho não seria possível sem a sua orientação e incentivo, sem as perguntas que me ensinou a fazer, sobretudo sem a calma que me transmitiu nos meus momentos de fraqueza e dúvida.

A minha querida mãe Maria Terezinha, guerreira incansável e grande incentivadora para que eu sempre me dedicasse cada vez mais aos estudos. Apoio permanente em todos os momentos. E meu irmão Júnior, que de modo resignado tem sofrido a minha ausência, mantendo-se tolerante com visitas curtas e esporádicas, e sempre me superestimando.

Ao professor Dr. Sérgio Neto, que mesmo não me conhecendo foi gentil, solícito, apoiando-me na pesquisa e me enviando desde Portugal uma cópia digitalizada de “A consciencialização na literatura caboverdiana”, sem a qual teria sido impossível iniciar este trabalho.

Aos professores que fizeram parte da minha graduação.

Ao Programa de Pós-graduação em História da PUCRS pelo acolhimento, agilidade e simpatia, especialmente para a Carla Carvalho, com disposição permanente em ajudar. Aos funcionários da Biblioteca Irmão José Otão, e a CAPES pela concessão de bolsa de estudo parcial, que possibilitou a realização do trabalho que doravante apresento.

“[...] O mar transmitiu-nos a sua perseverança,
aprendemos com o vento o bailar na desgraça, as cabras
ensinaram-nos a comer pedras para não perecermos.

Somos os flagelados do Vento-Leste!

Morremos e ressuscitamos todos os anos, para
desespero dos que nos impedem a caminhada.

Teimosamente continuamos de pé num desafio aos
deuses e aos homens, e as estiagens já não nos metem
medo, porque descobrimos a origem das coisas (quando
pudermos!...)

Somos os flagelados do Vento-Leste!

Os homens esqueceram-se de nos chamar irmãos E as
vozes solidárias que temos sempre escutado são apenas
as vozes do mar que nos salgou o sangue as vozes do
vento que nos entranhou o ritmo do equilíbrio e as vozes
das nossas montanhas estranha e silenciosamente
musicais.

Nós somos os flagelados do Vento-Leste!"

Ovídio Martins – Flagelados do Vento Leste.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar a historicidade na interpretação de Onésimo Silveira sobre a identidade nacional em Cabo Verde, com base no estudo comparativo de dois de seus livros: “Consciencialização na literatura caboverdiana” e “A Democracia em Cabo Verde”. Para tanto, inicialmente estuda o fenômeno da formação das nações e dos nacionalismos, no contexto europeu e africano, com um estudo de caso sobre a especificidade do caso caboverdiano. Após essa etapa, contextualiza o momento histórico das duas obras de referência, a primeira escrita em 1963, durante a luta pela descolonização dos países africanos de língua oficial portuguesa, e a segunda, escrita quarenta e dois anos depois, durante o último ano do autor na condição de embaixador de Cabo Verde em Portugal. A última etapa analítica deste trabalho consiste em um debate acerca da historicidade do pensamento de Onésimo Silveira nas duas obras, no que tange a discussão sobre a identidade nacional em Cabo Verde, levando-se em conta para tanto as categorias históricas “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, propostas por Reinhart Koselleck.

PALAVRAS-CHAVE: Onésimo Silveira. Crítica e interpretação. História de Cabo Verde. Identidade Nacional.

ABSTRACT

This research aims to analyze the historicity in interpreting of Onesimo Silveira on national identity in Cape Verde, based on the comparative study of two of his books: "Consciencialização na literatura caboverdiana" and "A Democracia em Cabo Verde". To do so, initially we studied the phenomenon of formation of nations and nationalisms in the European and African context, with a case study on the specificity of Cape Verdean case. After this stage, we contextualize the historical moment of the two works of reference, the first written in 1963, during the struggle for decolonization of African countries where Portuguese is the official language, and the second, written forty-two years later, during the last year of the author in the Cape Verde ambassador condition in Portugal. The last stage of this analytical work is a debate about the historicity of thought of Onésimo Silveira in the two works, regarding the discussion about national identity in Cape Verde, taking in to account both historical categories "space of experience" and "horizon of expectation", proposed by Reinhart Koselleck.

KEYWORDS: Onésimo Silveira. Criticism and interpretation. History of Cape Verde National identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto Arte Matillainen (1971), Visita de Amílcar Cabral à Finlândia.....	58
Figura 2 - As sardinhas do PAIGC.	59
Figura 3 - Arquipélago de Cabo Verde, Ilhas do Barlavento e Ilhas do Sotavento.	67
Figura 4 - Bandeira de Cabo Verde de 1975 até 1992.	103
Figura 5 - Bandeira da Cabo Verde de 1992 em diante.....	103
Figura 6 - Bandeira da União Europeia.	103
Figura 7 - Ciclo de Encontros, Negócios e Afinidades: Portugal – Cabo Verde	106

LISTA DE SIGLAS

- ANP – Assembleia Nacional Popular.
- CEA – Centro de Estudos Africanos.
- CEI – Casa dos Estudantes do Império.
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- CSL – Conselho Superior de Luta.
- EUA – Estados Unidos da América.
- FARP - Forças Armadas Revolucionárias do Povo.
- FMI – Fundo Monetário Internacional.
- FRAIN - Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional das Colônias Portuguesas.
- FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique.
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.
- LOPE – Lei de Organização Política do Estado.
- MAC – Movimento Anticolonialista.
- MPD – Movimento para a Democracia.
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola.
- NAGUICAVE - Companhia Marítima de Navegação Guiné-Cabo Verde.
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- OUA – Organização da Unidade Africana.
- PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde.
- PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde.
- PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.
- PCP – Partido Comunista Português.
- PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado.
- RUP – Regiões Ultraperiféricas.
- SAA – South African Airways.
- UDC – União Democrática de Cabo Verde.
- UE – União Europeia.
- UNID – União Democrática Cabo-verdiana e Independente.
- UPICV - União dos Povos Independentes de Cabo Verde.
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 (RE) PENSANDO A NAÇÃO E O NACIONALISMO	11
1.1 A NEGAÇÃO DA HISTORICIDADE AFRICANA	13
1.2 A NAÇÃO EM ÁFRICA	14
1.3 A NAÇÃO E A DESCOLONIZAÇÃO	19
1.4 NAÇÃO, IDENTIDADE NACIONAL E EMANCIPAÇÃO EM CABO VERDE	22
1.5 DILEMA IDENTITÁRIO	27
2 A REAFRICANIZAÇÃO ATRAVÉS DA “CONSCIENCIALIZAÇÃO NA LITERATURA CABOVERDIANA”	39
2.1 AGITANDO AS ÁGUAS	40
2.2 A CEI, A NEGRITUDE E O PAN-AFRICANISMO.....	46
2.3 A RELAÇÃO COM AMÍLCAR CABRAL E O PAIGC.....	51
2.4 A REPRESENTAÇÃO DO PAIGC NA ESCANDINÁVIA.....	57
2.5 ONÉSIMO SILVEIRA E A SUPERAÇÃO DA CLARIDADE	60
2.6 CONSCIENCIALIZANDO	62
3 A RESSIGNIFICAÇÃO DA CLARIDADE EM “A DEMOCRACIA EM CABO VERDE”	76
3.1 A INDEPENDÊNCIA E A IMPLANTAÇÃO DA LOPE	77
3.2 O FIM DA UNIDADE COM A GUINÉ-BISSAU.....	87
3.3 O REGIME MONOPARTIDÁRIO EM CABO VERDE	93
3.4 ABERTURA POLÍTICA.....	95
3.4.1 BANDEIRAS E SÍMBOLOS	101
3.5 RELAÇÃO COM A UNIÃO EUROPEIA, PORTUGAL E DIPLOMACIA.....	104
3.6 ONÉSIMO SILVEIRA E A DEMOCRACIA EM CABO VERDE	107
3.6.1 - A MISTIÇAGEM	110
3.6.2 - A CRISE DO ESCRAVISMO, A LÍNGUA CRIOULA, E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EM CABO VERDE	112
3.6.3 ONÉSIMO SILVEIRA E A REDENÇÃO DA CLARIDADE	116
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
ANEXO A – Discurso do primeiro ministro por ocasião da cerimonia que outorga o grau honoris causa a Onésimo Silveira	135

INTRODUÇÃO

Em toda a história do colonialismo europeu sobre os povos africanos, o sofrido pelos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) foi o de mais longa duração. Teve seu início com o ciclo das grandes navegações e nos primórdios do tráfico negreiro no Atlântico. Sofreu transformações e foi o último a terminar. Sua longa existência, no entanto, não significou progresso para os territórios colonizados, não modernizou as estruturas sociais nativas. Com o término da Segunda Guerra, Portugal usou intensamente os recursos metropolitanos e da OTAN, visando continuar a dominação sobre suas colônias¹. Durante a década de 1940, a questão da descolonização das colônias africanas emerge no plano internacional e torna-se uma questão incontornável. A luta pela libertação consolidou, ao menos temporariamente, os laços existentes entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. O fator mais importante foi a criação, em 1956, do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC)², com militantes das duas colônias.

Amílcar Cabral, fundador e ideólogo do PAIGC, concebia uma luta comum para ambas e um desenvolvimento conjunto, a partir de suas economias complementares, uma vez alcançada à independência. Na medida em que a luta armada acaba sendo a única alternativa deixada pelos colonialistas portugueses, progressivamente essa guerra popular de libertação vai obtendo a liberação de áreas e a construção de um Estado independente. Aos poucos os portugueses foram derrotados, isolados e o território libertado.

O contexto resultante do período do pós-segunda guerra foi decisivo para desencadear o processo de luta pelas independências em todo continente africano. De forma especial e destacada, uma geração de estudantes vindos das colônias portuguesas na África para estudar na capital da metrópole produziu uma

¹ A leitura de Enders (1997) nos mostra que Portugal se manteve neutro durante a Segunda Guerra Mundial, porém próximo do fim do conflito, Salazar autorizou os Aliados a estabelecerem uma base no arquipélago dos Açores. Em 1949 Portugal participa na fundação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Foram dois trunfos importantes que o Estado Novo português vai usar para resistir as pressões internacionais e procurar manter o *status quo* colonial na África.

² Conforme Mazrui, A. A.; Wondji, C. (2010), após um período de 3 anos de atividades urbanas pacíficas, a brutal repressão de uma greve de trabalhadores em Pidjiguiti, na Guiné Bissau, levou o PAIGC para a luta armada no interior do país, dando origem a uma guerra de guerrilha, apoiada em um programa político e ideológico que conquistou a confiança dos camponeses e culminou com a independência do país e o fim do colonialismo.

revalorização da realidade africana, fato este que levou ao início de uma intensa atividade política e de luta armada pela libertação dos povos colonizados. O PAIGC buscou mesclar a teoria revolucionária europeia com a experiência revolucionária asiática, e assim criar um partido adaptado às condições geográficas, sociais e econômicas de sua área de atuação. O partido defendia, por meio das ideias de seu fundador, que fosse dada ênfase no “povo”, na “reafricanização” da vida cultural e nas ações sociais.

Neste contexto, a obra de Amílcar Cabral foi de inestimável e decisiva importância para as independências de Guiné-Bissau e Cabo Verde, tendo influenciado inúmeras pessoas, dentre as quais destacamos o poeta, intelectual e diplomata cabo-verdiano, Onésimo Silveira. Nascido em Mindelo, Ilha de São Vicente, em 10/02/1935, Silveira foi um dos nomes mais destacados da elite literária de Cabo Verde. Durante a década de 1960, depois de estudar em Lisboa e ter frequentado a Casa dos Estudantes do Império, foi estudar em Uppsala, na Suécia. Teve grande influência no início do trabalho de solidariedade estabelecido entre a Suécia e o PAIGC, tendo sido o primeiro representante oficial do Partido para os países escandinavos. Obteve seu doutorado em Ciências Políticas também pela Universidade de Uppsala no ano de 1976, mesmo ano em que iniciou seu trabalho na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. De 1977 até 1990 permanece na ONU, lotado na Agência das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR,) com o estatuto de diplomata, tendo trabalhado em países como Somália, Angola e Moçambique. Em 1992 tornou-se o primeiro presidente eleito da Câmara Municipal do Mindelo, em São Vicente, tendo permanecido no cargo até 2001. Já em 2002 suspende o mandato de deputado na Assembleia Nacional e aceita a nomeação como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Cabo Verde em Portugal, Israel, Espanha e Marrocos. Teve inúmeros trabalhos publicados no campo da literatura (novela, poesia e romance) e do ensaio (política, sociologia e antropologia), além de ter traduzido vários livros, entre os quais “Obras Completas de Mao Tsé Tung”, em parceria com Gentil Viana, e colabora regularmente, com artigos de opinião, no jornal A Semana e em revistas de Cabo Verde, Portugal, França, Suécia e Noruega. Foi distinguido com o doutoramento Honoris Causa pela Universidade do Mindelo pela imensa contribuição para a democratização do país³.

³ Disponível em <http://asemana.sapo.cv/spip.php?article82844>, Acesso em: 06 set. 2016.

Um dos pontos altos da cerimônia, ocorrida em 09 de dezembro de 2012, foi quando o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, do PAICV, realizou o seu discurso⁴ homenageando Onésimo Silveira, dando-nos uma ideia da importância e da representatividade do mesmo para a história de seu país:

O que seria mais preponderante para figurar na justificativa desta outorga?

Realçava-se o *escritor ou o político*?

Se escritor: o poeta dos “Poemas dos Tempos das Trevas”, o prosador do “A saga das as-secas e das graças de Nossenhora”, o tradutor de “A Caderneta”, de Baltasar Lopes da Silva ou o ensaísta de “A Crioulidade e o Conceito da Nação”?

Se político: o autarca que ajudou a dar mais dignidade ao Poder Local, a partir da Edilidade de São Vicente, ou o deputado que das bancadas do Parlamento cabo-verdiano participou de debates dorsais para a requalificação do sistema democrático e melhor aferição do Estado de Direito Democrático, em construção?

Sublinhava-se o *pensador ou o activista*?

Se pensador: o investigador de “Cabo Verde: Auto de Criação Colonial” ou o politólogo de “Contribuição para a Construção da Democracia em Cabo Verde”?

Se activista: o cidadão do mundo pela libertação de Nelson Mandela ou o cidadão cabo-verdiano por um debate “cívico” sobre a problemática da regionalização?

Elogiava-se o *combatente da liberdade da pátria ou o combatente pela democracia*?

Se combatente da liberdade da pátria: o articulador da denúncia anticolonial junto a grandes personalidades da época ou o militante das fileiras do PAIGC?

Se combatente pela democracia: o autor de “Tortura em Nome do Partido Único: o PAICV e a sua polícia política”, o apoiante crucial para a reeleição do Presidente Pedro Verona Pires ou o fundador do Partido do Trabalho e Solidariedade, mais uma organização de esquerda no figurino nacional?

Homenageava-se o *diplomata*?

O diplomata que o foi durante a Luta de Libertação Nacional. Foi ele durante vários anos Alto Funcionário das Nações Unidas e, nessa qualidade, teve papel importante no gizar sobre os Direitos Humanos e no respeito pelos valores universais que flamejavam como bandeiras dessa organização. Foi também, com elevado desempenho, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Cabo Verde em Portugal, Israel, Espanha e Marrocos.

Nascido nesta Ilha de São Vicente, em 1935, ano em que o Poeta Jorge Barbosa publicaria «Cadernos do Ilhéu» e nas vésperas do primeiro número da Revista «Claridade» (esta publicada em 1936), coordenada pelo Poeta, Prosador, Ensaísta e Professor Baltasar Lopes da Silva, Onésimo Silveira, em tenra juventude, pôde participar dessa “estelar revista”, e, mais tarde, do Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes, constando, em seu percurso, por diversas antologias como “Modernos Poetas Caboverdeanos”,

⁴ A íntegra do discurso encontra-se em anexo ao final desta dissertação.

coordenado pelo intelectual Jaime de Figueiredo e «No Reino de Caliban», coordenado pelo escritor português Manuel Ferreira.

Entre várias outras obras, ficará em nós a “Consciencialização na literatura de Cabo Verde” (publicada em 1963). Sofreu, por razões de consciência e de posicionamento político, o exílio, participou na luta de Libertação Nacional sob a liderança de Amílcar Cabral, privou com este e com outras personalidades de nomeada como Olof Palme e Nelson Mandela e cumpriu o vaticínio do Poeta Eugénio Tavares em como «Si ka badu, ka ta biradu».

De Onésimo Silveira, o escolhido, acreditamos que tudo isso faz muito sentido. Se à primeira, vemos um percurso cheio de rupturas, no referente à atitude, logo se notará ali um surpreendente unidade em termos de postura. Um amigo que nos é comum dizia que, tanto pelo seu fino trato no buscar concílios como pela sua acutilância no defender aquilo em que acredita, tudo isso é este Onésimo Silveira, merecedor de quantas homenagens nos suscitarem.

[..] Saibamos todos prestigiar, com merecida dignidade, este tão ilustre filho de Cabo Verde!⁵

Em nossa pesquisa, buscamos refletir sobre a mudança de posicionamento de Onésimo Silveira em relação aos intelectuais da *Revista Claridade*, ao PAIGC (posteriormente PAICV) e, sobretudo, relativamente a própria formação histórica de Cabo Verde. De militante e ativo colaborador do partido (inclusive representante oficial) a opositor e autor de um livro no qual denunciou os abusos e torturas no pós-independência (durante o regime de partido único que se estendeu de 1975 até 1991), passando pela nomeação como embaixador durante o governo do PAICV em 2002. Do tom de denúncia contra a literatura claridosa ao tom de reconhecimento pelo legado da geração que publicou na revista. Figura singular, como vimos pelas palavras do primeiro-ministro José Maria Neves, buscou sempre posicionar-se de acordo às exigências do momento, uma figura pública de múltiplas facetas, apresentando-se conforme a necessidade: ora escritor, ora político, pensador e ativista, combatente pela liberdade da pátria e combatente pela democracia, e desde muito cedo se destacando através da carreira diplomática que abraçou.

O presente trabalho de pesquisa analisa parte da trajetória política e literária de Onésimo Silveira, destacado intelectual caboverdiano contemporâneo da geração de Amílcar Cabral, a partir de duas⁶ importantes obras deste autor: “Consciencialização na literatura caboverdiana” (de 1963) e “A Democracia em Cabo Verde” (de 2005). A escolha dessas duas obras se deu com base em um fator muito

⁵ Disponível em: <http://www.governo.cv/images/stories/Homenagem_a_Onsimo_Silveira.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016, grifos nossos.

⁶ Cabe esclarecer também, que devido a impossibilidade em se ter acesso a totalidade da obra do autor, foi necessário a realização deste recorte.

específico. Em ambas o autor aborda o tema do papel da literatura claridosa e seus desdobramentos e importância para a história de Cabo Verde, bem como as implicações identitárias que daí decorriam. Deste modo será possível realizar uma avaliação sobre as mudanças de opinião e interpretações do autor no que tange a construção da identidade nacional em Cabo Verde. Silveira possivelmente tenha sido o nome principal na condução de uma ruptura com a geração intelectual anterior a sua, procurando de um modo muito explícito desvincular e diferenciar a sua produção literária daquela que lhes tinha precedido.

Entre a geração da *Revista Claridade*⁷, a qual é apontada como sendo responsável pelo movimento de autonomia cultural de Cabo Verde, e a nova, a qual é responsável pela autonomia política (ou “braço armado”), representada pela geração de Onésimo Silveira⁸, existe uma franca oposição:

Onésimo Silveira, Ovídio Martins, Aguinaldo Fonseca, Luís Romano, fazem parte de uma geração que com Amílcar Cabral se envolve na conjuntura de sessenta de efervescência de descolonização da África. Se a Claridade tinha inventado um mundo mestiço, a geração seguinte iria construir uma nação africana (Anjos, 2006, p.145).

Ao longo da década de 1960 a luta pela independência impunha que se adotasse uma postura claramente nacionalista. E é nesse momento, em 1963, que a Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, publica “Consciencialização na Literatura Cabo-verdiana”, ensaio no qual Onésimo Silveira denuncia os *Claridosos* e sua literatura “evasionista”, a qual teria tão somente romantizado os problemas do povo de Cabo Verde. Com isso ele passa a ser considerado como o maior opositor da *Revista Claridade*. Passados mais de 40 anos, Onésimo Silveira publica “A Democracia em Cabo Verde”, obra na qual passa então a adotar um tom extremamente conciliador com os *Claridosos*.

⁷ Neste trabalho de pesquisa, embora seja possível encontrar referências e comentários a respeito da discussão em torno do papel e da importância da *Revista Claridade* para a história de Cabo Verde, não temos o objetivo de nos deter sobre as origens e as particularidades que cada edição da revista apresentou. Uma boa resenha do tema pode ser encontrada em um capítulo de João Alberto Costa Pinto, intitulado “Gilberto Freyre e a cultura nacionalista em Cabo Verde (1936-1956)”, mais precisamente em seu primeiro subtítulo: *Os claridosos e a questão nacional em Cabo Verde (1930-1960)*. Além de abordar o impacto do pensamento de Freyre sobre a geração claridosa, Costa Pinto se debruça também sobre o que chamou de “cultura de imitação” e procura explicitar a inspiração francesa por trás da iniciativa de criar a revista.

⁸ Dependendo do autor consultado, Onésimo Silveira pode aparecer como pertencente a grupos literários diferentes. Vamos encontrá-lo como pertencente tanto a geração do Suplemento Cultural como o do Seló. Veremos mais adiante que o autor se intitula como sendo membro da “Moderna Geração”.

Para poder realizar a análise a qual nos propomos neste trabalho, vamos levar em conta o contexto histórico e a evolução do pensamento de Onésimo Silveira, no que tange a geração de intelectuais anterior a sua, considerando-se as rupturas e continuidades na compreensão histórica deste autor num intervalo de 40 anos. Daremos especial atenção ao permanente debate acerca do peso e da influência das matrizes africanas e lusitanas, como elementos que contribuíram para a construção da identidade nacional em Cabo Verde.

A escrita da história se dá partindo de perspectivas diferentes, e na medida em que isso ocorre também ocorre uma mudança no discurso historiográfico. “A velha tríade *lugar, tempo e pessoa* também está presente na obra do historiador” Koselleck (2012, p. 161). Este é um pressuposto importante para a realização deste trabalho, uma vez que trata da discussão da realidade de um lugar (Cabo Verde), observadas em dois tempos diferentes (pré e pós-independência), inseridos na obra de um único autor, o qual se debruça sobre uma mesma questão, apresentando conclusões distintas. Em nossa pesquisa o tempo histórico se reveste de uma importância capital:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias [...] Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto (KOSELLECK, 2012, p.309-10).

Vamos nos servir das duas categorias históricas propostas por Reinhart Koselleck, o “Espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”, para poder obter uma visão coerente da obra de Onésimo Silveira.

No primeiro capítulo iniciamos a nossa pesquisa repensando os conceitos de nação e nacionalismo, partindo das experiências europeias para discutir a sua transposição ou não para o continente africano. Na medida em que aprofundamos o estudo acerca da África e dos povos africanos, o caso da emergência do nacionalismo caboverdiano é ainda mais singular, com alguns contornos de originalidade. É nesse ponto que percebemos se constituir um dilema identitário para

os caboverdianos, e para aqueles que discutiam a nação em Cabo Verde no contexto pré-independência: seria Cabo Verde um caso de regionalismo europeu, tributário de matrizes lusitanas, ou um caso de regionalismo africano, tributário de matrizes africanas?

Posteriormente, no segundo capítulo, iremos nos debruçar sobre a intensa experiência de caráter transnacional que foi o gatilho do processo de independência dos países de língua oficial portuguesa, os PALOP. A circulação de ideias como da negritude e do pan-africanismo no ambiente da Casa dos Estudantes do Império (CEI) em Portugal, que contribuiu decisivamente para que Amílcar Cabral e toda uma geração de intelectuais pudesse construir um discurso de luta ideologizado e capaz de mobilizar um contingente significativo de pessoas dispostas a lutar contra a descolonização. Dentre esses intelectuais, destacamos o caboverdiano Onésimo Silveira, que, nos anos 1960, propôs uma ruptura clara e definitiva com a geração de intelectuais anterior a sua, a geração responsável pela publicação da *Revista Claridade*, como sendo o único caminho viável para pavimentar a estrada da constituição de um Estado caboverdiano livre e soberano. É neste ponto de nosso trabalho que nos deparamos com uma acentuação do dilema identitário que se apresenta em Cabo Verde, a partir da discussão das raízes europeias e africanas do arquipélago, e o lugar ocupado pelo mestiço em meio a essa discussão.

Onésimo Silveira já em seus primeiros anos de militância política irá demonstrar aquilo que seus opositores logo passariam a usar contra ele: uma grande capacidade de posicionar-se em campos opostos, num comportamento que para alguns seria prova de sua falta de convicção enquanto para outros seria prova de sua coerência, ao ter coragem de mudar justamente para não contrariar suas convicções. É assim que ele vai de representante oficial do PAIGC na Escandinávia, para opositor do regime monopartidário no pós-independência, denuncia os crimes e excessos do partido (agora já PAICV) na década de 1980, tendo inclusive fundado um partido após a abertura política, o Partido do Trabalho e Solidariedade (PTS), para posteriormente renunciar ao mandato de deputado para aceitar o convite do próprio PAICV e se tornar Embaixador em Lisboa no princípio dos anos 2000.

No último capítulo, veremos a evolução desse “novo” Cabo Verde, independente e soberano, que se apresenta como um pano de fundo, um cenário do qual o personagem principal deste trabalho nunca se afastou, embora tenha transitado em inúmeros países, envolvido em missões diplomáticas e humanitárias.

A consolidação de Cabo Verde enquanto nação passou pelo fim do projeto da unidade com a Guiné Bissau, pela afirmação de uma política externa assertiva e atenta ao jogo de interesses geopolíticos, sobretudo na transição da década de 70 para a dos 80, o fracasso do monopartidarismo e a abertura política em 1991, a ascensão de um novo partido ao poder, após 15 anos de governo do PAICV e a troca dos símbolos nacionais, como a bandeira e o hino (num claro reposicionamento identitário, para além da ruptura com os antigos detentores do poder). Em meio a essa nova realidade democrática, Onésimo Silveira ressurgiu e revisita o passado do arquipélago, promovendo a redenção dos Claridosos e reposicionando o lugar do mestiço caboverdiano, retomando a discussão sobre o dilema identitário e os rumos que Cabo Verde deve tomar no terceiro milênio.

A inspiração para a abordagem teórica escolhida na realização deste trabalho nasceu através dos diálogos realizados com o professor Dr. Marçal Paredes, ainda durante a graduação em história na PUCRS. A inspiração koselleckiana se justifica, fazendo uso de suas próprias palavras, pelo fato de que:

[...] busca-se uma perspectiva que articule a forma como, na escrita da história, se agregam o uso das fontes e a fundação de categorias do conhecimento. Trata-se de instruir uma investigação que se debruce sobre os diferentes processos de edificação de explicações de um determinado presente contextual, através da inescapável transformação seletiva de vestígios do passado em fontes históricas. É neste sentido que aqui se refere às categorias formais de “campo de experiência” e “horizonte de expectativa” (PAREDES, 2016, p.89).

Em uma leitura heterodoxa de Reinhart Koselleck, se toma uma das categorias por ele propostas, o “horizonte de expectativa”, como uma construção do futuro a partir do presente.

Ao realizar essa pesquisa, encontramos poucos trabalhos realizados no Brasil acerca de Cabo Verde. A maioria das dissertações e teses produzidas em nosso país se concentra na área das Letras e das Ciências Sociais. No que diz respeito aos trabalhos realizados no exterior, sobretudo em Portugal, a produção disponível também se concentra nas mesmas áreas⁹.

⁹ No Brasil destacaríamos os trabalhos acadêmicos sobre Cabo Verde produzidos na UFBA (Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio, de autoria de Claudio Alves Furtado), na UnB (A Abertura política e o processo de transição democrático em Cabo Verde, assim como Poder Legislativo ou Regime Democrático em Cabo Verde, ambos de autoria de Roselma Évora), na USP (Os Filhos da Terra do Sol: a formação do Estado-Nação em Cabo Verde, de autoria

Este trabalho representou um grande esforço de pesquisa e incontáveis horas de busca em acervos digitais. É preciso referir a enorme contribuição dada pela Fundação Mário Soares em Portugal, através do site CasaComum.org, no qual se encontra um acervo numeroso e variado¹⁰, de onde foi possível ter acesso aos originais de documentos do PAIGC, cartas de Amílcar Cabral, jornais da Guiné-Bissau e muitos outros documentos relacionados com a luta que levou ao fim do colonialismo português.

Com a pesquisa aqui realizada, esperamos ter alcançado dar uma contribuição para uma compreensão possível sobre a da formação da identidade nacional em Cabo Verde e o papel dos intelectuais e da literatura para essa história, nos servindo na história conceitual ou história dos conceitos, como proposto por Reinhart Koselleck, partindo do uso das categorias “experiência” e “expectativa”. Para Koselleck (2012), essas duas palavras não nos transmitem uma realidade histórica, nem apontam claramente para acontecimentos, situações ou processos históricos:

Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem (KOSELLECK, 2012, p. 306).

As duas categorias propostas, pretendem, segundo o autor, um grau de generalidade elevado e necessário, equivalendo enquanto categorias históricas, às de espaço e tempo. Ambas se colocam para além da dicotomia perceptível em expressões cotidianas como guerra e paz, trabalho e ócio, etc. Para ele, os conceitos “experiência” e “expectativa” não propõe uma alternativa mútua, ao

de Leila Leite Hernandez), na UFSC (Em busca da Nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde Crioulo, de autoria de Gabriel Fernandes) e na UFRGS (Intelectuais, Literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional, de autoria de José Carlos Gomes dos Anjos). Já entre as principais contribuições obtidas no exterior, destacamos na Universidade de Coimbra (Como construir uma literatura nacional: as antologias “henriquinas” de Baltasar Lopes e Jaime Figueiredo e a produção do Cânone da Literatura Cabo-verdiana, de autoria de Sara Alexandra Patrício Silva), Universidade do Porto (Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação, de autoria de Antero da Conceição Monteiro Fernandes), Universidade Aberta de Lisboa (Intelectuais Africanos no espaço político português: desenvolvimento da sua intervenção nativista entre finais do século XIX e meados do século XX – o caso de Cabo Verde, de autoria de José António Nobre Guimarães) e Universidade Lusíada de Lisboa (Política Externa de Cabo Verde de 1975 a 2008, de autoria de António Mendes Gonçalves). Na Suécia o destaque vai para Universidade de Uppsala (A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, de autoria de Tor Sellström).

¹⁰ Dentre inúmeros fundos, arquivos pessoais e coleções, podemos ilustrar que juntos, os Arquivos Amílcar Cabral, Mário Soares e Mário Pinto de Andrade, somam sozinhos mais de 22.000 documentos, incluindo em meio a eles um riquíssimo acervo fotográfico.

contrário, não se pode ter um sem o outro, conforme Koselleck (2012, p. 307): “não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa”. Vamos nos servir destas categorias para poder compreender e justificar a coerência do pensamento de Onésimo Silveira nas duas obras aqui estudadas, sendo essa muito claramente a nossa hipótese motivadora de toda a pesquisa que vamos agora apresentar.

1 (RE) PENSANDO A NAÇÃO E O NACIONALISMO

Neste capítulo vamos procurar explorar como a ideia de nação e de nacionalismo transitou vitoriosa nos Países Africanos de Língua Portuguesa, resultando na independência das até então “províncias” ultramarinas de Portugal, com especial ênfase no caso caboverdiano. Ao longo dos últimos dois séculos, incontáveis nomes da área das ciências humanas, com destaque para muitos dos maiores historiadores de diferentes partes do mundo, se debruçaram sobre a questão da nação e do nacionalismo. Encontraremos aqui, uma síntese do percurso que o nacionalismo percorreu em Cabo Verde: de suas raízes no nativismo ao controverso período marcado pelo regionalismo do movimento Claridoso, até o nacionalismo emancipacionista da geração Amílcar Cabral, o qual será aprofundado no segundo capítulo.

Connor (1998) conclui seu livro intitulado “Etnonacionalismo”, com um capítulo cujo título explicita a dificuldade dos estudiosos do assunto em dar uma última palavra sobre o tema: “Quando existe uma nação?” É uma pergunta difícil de ser respondida. A questão não é nova e estava posta na Europa, já nas primeiras décadas do século XIX. De lá para cá as inúmeras produções se destacaram como estudos de referência dedicados a entender e explicar a formação da nação e do nacionalismo¹¹.

Marcado pelo triunfo das ideias e ideais nacionalistas, o século XX foi repleto de ações e de conflitos baseados nestes conceitos tão difíceis de definir, os quais apesar de toda carga subjetiva que transportam foram capazes de influenciar multidões, servindo como material para fabricação de sonhos:

En realidad, las naciones, la identidad nacional y el nacionalismo son “*el material con el que se fabrican los sueños*” y esto contribuye a explicar tanto su atractivo emocional como su resistencia a ser analizados racionalmente. Resistencia que ciertamente ha demostrado ser muy fuerte. La búsqueda encaminada a comprenderlos aún está lejos de haber concluido (CONNOR, 1998, p. 197).

¹¹ Podemos destacar os trabalhos de Gellner (1981), Kedourie (1988), Anderson (1993), Bhabha (1998), Acton (2000), Bauer (2000), Hobsbawn (2000), Thiesse (2001), Chiaramonte (2003), Catroga (2005), Fichte (2009) e Renan (2011).

Conforme Thiesse (2001), o século XIX marca a transformação da Europa **recheada de monarquias** em uma **recheada de nações**. Essa mudança foi uma mutação radical das representações. Isso foi possível graças à elaboração de um novo sistema de identidades coletivas. Segundo a autora, esse fenômeno apresenta um paradoxo em sua origem:

[...] as diversas identidades nacionais foram forjadas no contexto de intensas trocas internacionais, cujo resultado foi a determinação de um modelo comum de produção das diferenças (THIESSE, 2001, p. 7).

No cerne dessa mudança está o conceito de nação. Duas ideias se destacaram: a expressão da livre vontade de adesão a uma entidade política ou a submissão a um determinismo organicista. Essa transição ocorrida ao longo do século XIX constitui-se numa independência da história das dinastias, de modo que cada nação preexiste e sobrevive a seu príncipe. A nação corresponde a uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar esse patrimônio comum, o que na prática significa inventá-lo, pois como se verá ele não existe a priori:

A formação das identidades nacionais, além disso, não consiste unicamente na elaboração de novas referências coletivas: ela está acompanhada de um gigantesco trabalho pedagógico para que parcelas cada vez maiores da população as conheçam e reconheçam (THIESSE, 2001, p. 8).

Cabe destacar que tanto Connor (1998) quanto Thiesse (2001), concordam em apontar que o surgimento das nações europeias é um fenômeno muito mais recente do que admitem os grandes paladinos do nacionalismo em seus respectivos países. O surgimento das nações está atrelado, para ambos os autores, a tomada de consciência de uma identidade nacional por parte das massas, a qual só é possível por meio da presença e do reconhecimento de certos elementos comuns, que constituem nas palavras de Thiesse (2001), “um check-list identitário”, como por exemplo: ancestrais fundadores, uma galeria de heróis, uma língua comum, monumentos culturais e históricos, uma paisagem típica, o folclore, o modo de vestir, a gastronomia típica, dentre outros. Trata-se, portanto, de um fenômeno de mobilização de massas:

El momento del proceso en que una proporción suficientemente grande de personas ha internalizado la identidad nacional y el nacionalismo se convierte en una fuerza efectiva para movilizar a las masas no se presta a un cálculo preciso. Sea como fuere, toda tesis

que sustenga que una nación existía antes del siglo XIX debe tratarse con reservas (CONNOR, 1998, p. 212).

Paradoxalmente, as elites foram responsáveis por preencher essa lacuna identitária, contribuindo decisivamente para fundar as diferentes nações, através das crônicas da história, da narrativa e dos discursos, levando a um processo de internalização dos caracteres que compõem a identidade nacional (por parte das massas) e convertendo essa padronização num dos fatores que melhor explica o êxito e a aceitação desta forma de identidade coletiva. Independente do check-list identitário escolhido por aqueles que estudaram e ainda estudam a nação e o nacionalismo ao longo dos dois últimos séculos, e do modo como os conceitos são formulados (Pátria e língua originária; plebiscito diário, memória e esquecimento; caráter nacional; tradições inventadas; comunidades imaginadas; etc.)¹², a nação só é de fato uma nação quando reconhece a si mesma enquanto tal, e o nacionalismo é um fenômeno político voluntarista, multifacetado e repleto de singularidades, sendo portanto, ambos conceitos difíceis de datar e de definir.

Mas, embora já nos seja conhecida a teoria que procura fazer da consciência nacional, do conhecimento da pertença comum, o marco da nação, e embora ela seja intelectualista, a doutrina que aponta a essência da nação no desejo de unidade e liberdade política é, por sua vez, voluntarista.¹³

Esse elemento, já estudado por vários autores¹⁴, agrega maior complexidade ao tema tratado quando olhamos os casos na África.

1.1 A NEGAÇÃO DA HISTORICIDADE AFRICANA

Como vimos até aqui, pensar a nação e o nacionalismo é antes de tudo reconhecer tratar-se de um fenômeno de alta complexidade, e podemos dizer que estudá-lo e compreendê-lo em suas especificidades africanas é ainda mais complexo. É preciso destacar inicialmente o preconceito sofrido pelo continente africano no campo teórico-erudito das várias escolas políticas. Importantes autores da teoria política, como por exemplo, Montesquieu, Hegel, Marx e Weber, mesmo

¹² Para maiores detalhes e aprofundamento destes conceitos, vejam-se FICHTE, 2009, p. 113.; RENAN apud CUNHA, 2011, p.17-18.; RENAN apud CUNHA, 2011, p. 32.; BAUER, 2000, p. 46.; HOBBSBAWN, E.; RANGER, T., 1997, p. 9.; e ANDERSON, 1993, p. 23.

¹³ BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 45-83.

¹⁴ CATROGA, BHABHA, PAREDES, ETC.

engessados em uma visão eurocêntrica muito própria, deram alguma atenção, até com certo destaque, ao continente asiático, deixando, porém, a África posta à margem de seus trabalhos¹⁵. Ainda hoje, muitos europeus ao estudar a realidade africana, o fazem mediante um paradigma ocidental eurocentrista, e seus conceitos fazem crer em um exotismo o qual foi atribuído de forma generalizada aos diferentes povos e territórios da África, aos quais estenderam sua mão dominadora com o argumento de civilizar e desenvolver:

Em resumo: infelizmente, quando pensa(m)-se a(s) identidade(s) africana(s) (tradicionais ou modernas), ainda ecoam ou os ditames hegelianos sobre a sua falta de história ou os inúmeros estereótipos típicos da antropologia evolucionista e tão fortemente presentes nos relatos dos viajantes/aventureiros europeus dos finais do século XIX e início do século XX. A manutenção do jogo binário de compreensões tais como civilização/barbárie, luz/ trevas, modernidade/tradição, progresso/atraso, sobretudo quando busca-se compreender o vasto e diverso continente africano, acaba, na maioria das vezes, reforçando os postulados do colonialismo cultural (PAREDES, 2014, p. 134).

Assim sendo, faz-se necessário um cuidado para ao estudar o continente africano e sua história, não se incorrer em erros dessa natureza, e se reconheça o protagonismo dos atores que fizeram a luta ideológica, política e armada, que permitiu concretizar a descolonização e lograr assim a independência e a soberania dos povos africanos.

1.2 A NAÇÃO EM ÁFRICA

Em Fernandes (2006) a ideia de que o conceito moderno de nação foi irradiado de um modo linear, partindo da experiência europeia, de modo a produzir cópias ao redor do mundo, com base no argumento segundo o qual faltariam as outras regiões os elementos, tanto culturais quanto também sociais, que foram propícios ao surgimento da nação na Europa, é fortemente rechaçado. O argumento usado é claro: “*a história moderna não pode ser reduzida a um somatório de repetições tardias da experiência europeia*”. Seria portanto um erro procurar na história dos países ditos “periféricos” os mesmos elementos tidos como formadores

¹⁵ Sobre esse particular recomenda-se a leitura de *Afrique en dialogue, Afrique en auto-questionnement: universalisme ou provincialisme? "Compromis d'Atlanta" ou initiative historique?* De autoria de **Nkolo Foé**, tradução de Roberto Jardim da Silva. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602013000100011&script=sci_arttext.

da história de países como por exemplo a França e a Inglaterra. A premissa aqui é de que as relações entre colonizadores e colonizados foram marcadas por entrelaçamentos e interpenetrações, o que gera condicionamentos entre os envolvidos, ainda que de uma forma assimétrica e desigual. Estudar a nação e o nacionalismo africanos requer por parte de quem o faça, uma disposição em reconhecer que a história da África não é uma história escrita a partir da ausência dos atributos civilizatórios¹⁶, como se poderia pensar a partir de uma ótica eurocêntrica:

Essa desconsideração dos outros contextos é particularmente visível quando o assunto é África ou Ásia. Nesses casos, ao invés de se aterem à peculiaridade de cada contexto sócio-histórico, buscando apreender e compreender suas dinâmicas internas próprias, os estudiosos tendem simplesmente a partir do pressuposto, a nosso ver equivocado, de que nos terrenos sociais abrangidos pelo colonialismo as construções nacionalistas são inautênticas. Elas seriam meras imitações dos verdadeiros nacionalismos erigidos na Europa; imitações essas segundo eles levadas a cabo por jovens quadros localmente desenraizados e que teriam aprendido a ser nacionalistas nos bancos escolares europeus ou de orientação europeia e graças à sua socialização conforme padrões europeus (FERNANDES, 2006, p. 24).

Paredes (2014) ao abordar especificamente o caso moçambicano, detém-se antes na discussão das identidades *versus* a identidade nacional na África, e denuncia o vazio historiográfico que ainda paira sobre esta última, enumerando três fatores que levam a esse desequilíbrio:

[...] primeiro, porque o número de textos disponíveis sobre o tema é bastante reduzido; segundo, porque a maioria dos autores geralmente trabalha o tema das identidades nacionais ou num viés claramente político ou sob uma visão francamente generalista; e terceiro, o grau destes fatores anteriormente apontados fica ainda mais exacerbado quando se pesquisa a história dos países africanos com língua oficial portuguesa (ainda que recentemente tenha-se publicado bons e interessantes trabalhos). O resultado disso tudo está fácil de perceber: ressoam ainda no imaginário (acadêmico inclusive) as marcas dos discursos estereotipados sobre um objeto homogêneo chamado *África*, estando muitas vezes atreladas a este construto as noções de *tribo* ou *sociedades simples* (PAREDES, 2014, pp. 133-134).

¹⁶ Para Gabriel Fernandes, é um equívoco esse modo de ver as coisas, concebendo a história dos países africanos como um “*jogo infinito*” de ausências: sociedade civil, cidadania, esfera pública, reforma religiosa, revolução liberal, etc. O autor defende a premissa segundo a qual com a renovação epistemológica (ainda em curso) dos estudos sobre nação e nacionalismo, o foco no paradigma da comunidade imaginada é ampliado e corrigido, ao contemplar “modernidades minoritárias”: mulheres, minorias nacionais, religiosas, étnicas, etc.

Ainda que se admita o seu “*caráter artificial*” e o seu vínculo com “*tradições inventadas*”, o pressuposto básico entre a maioria dos autores e estudiosos dos temas de nação e nacionalismo é o de que eles só ocorrem se e onde existirem condições especificamente modernas de burocracia estatal, capitalismo, secularização e democracia. Sendo assim, os casos em que tais condições não se fazem suficientemente visíveis nem guardem um paralelo com os exemplos típicos ou clássicos de nação (dentro de uma visão já denunciada aqui como de caráter eurocêntrico), acaba, segundo Gabriel Fernandes, a ser desqualificado ou tido como carente de autenticidade e classificado como réplica dos modelos autênticos. Luís Reis Torgal parece concordar com Gabriel Fernandes, segundo suas próprias afirmações:

Portanto, o tema do nacionalismo torna-se muito vulgarizado, ainda que normalmente seja centrado no caso europeu, havendo raros casos em que a historiografia em forma de análise específica do tema se refira ao fenómeno, *sui generis* pela sua originalidade, de África (TORRAL 2008, p. 229).

Assim como aponta Paredes (2014), alguns dos mais consagrados autores da historiografia acerca da problemática da nação e do nacionalismo europeus¹⁷, ao voltar seus olhares para a experiência nacional africana, convergem para a ideia de que esta última é o resultado do “transporte teórico-político” da matriz nacionalista europeia. Os argumentos arrolados por estes autores seriam basicamente, que o impacto da participação de contingentes de combatentes africanos nas duas grandes guerras mundiais, em especial nas tropas francesas e inglesas, resultou na apropriação por parte dos mesmos de um conceito muito caro aos europeus, que é o conceito de liberdade. Veio a reboque desta tomada de consciência a demanda por autonomia política, o que gerou em seguida a reivindicação por soberania nacional. Da mesma forma, o exemplo do nacionalismo étnico e da xenofobia, assim como a força repressora do Estado, as quais proporcionaram um novo arranjo no mapa da Europa, teriam sido replicadas para o continente africano.

Fernandes (2006) concentra suas críticas a tese “*difusionista*” de Elie Kédourie, Alain Dieckhoff, Anne-Marie Thiesse e Eric Hobsbawm. Para isso lista dois argumentos principais:

[...] ao se centrarem no caráter externo e alheio dos nacionalismos africanos, esqueceram-se de discutir as condições internas da sua

¹⁷ Os autores referidos foram Hans Kohn, Wallace Sokolsky, Carlton Heyes e Elie Kedourie.

emergência. Estas ter-se-ão configurado e patenteado na arena de interação, mais como produto de práticas quotidianas do que de construtos teórico-ideológicos produzidos alhures na Europa. [...] cremos que, por si só, o fato das pessoas serem educadas conforme padrões ocidentais, “aprendendo a ser nacionalistas”, não consegue explicar as múltiplas e compósitas experiências nacionalistas africanas (FERNANDES, 2006, p. 27).

Devemos nos perguntar então se existe algum exemplo de nacionalismo que tenha tido sua emergência de forma que possa ser considerado autêntico, e ao olhar para dentro do velho continente, é interessante analisar o caso francês¹⁸ e o alemão:

Repare-se que, em pleno século XVIII, Herder já reclamava da necessidade de “se opor à tendência dos escritores alemães que produzem servis imitações da cultura francesa”, defendendo que o valor de uma cultura não deriva da sua maior ou menor proximidade ao modelo dominante, mas, ao contrário, da sua originalidade e autenticidade (FERNANDES, 2006, p. 28).

O caso alemão, portanto, não foi diferente. Em outras palavras, somente estudando cada caso de modo particular, reconhecendo suas especificidades, suas naturezas e suas tendências, pode-se evitar cair no erro de partir daquilo que o autor chama um “*apriorismo comprometedor*”:

O que se nota historicamente é que as imaginações nacionais se entrecruzam e influenciam mutuamente, não sendo crível que uma nação possa ter-se imaginado por via da descontinuidade absoluta. A imaginação nunca se encerra dentro do espaço nacional. Ao contrário, ela o transcende para poder depois se fixar. Na verdade, é por referência ao Outro, ao que está do lado de fora, que o espaço nacional se constitui imaginariamente. E isso precisa ser incessantemente renovado, sob pena de se diluírem as fronteiras nacionais. O que equivale a dizer que as nações constroem-se e reprocessam relacionalmente, dentro de conjunturas históricas específicas (FERNANDES, 2006, p. 31).

No caso africano, tal análise não pode ignorar o impacto das políticas e ações coloniais, especialmente no caso português em que se fez um grande esforço para afirmar a indissociabilidade do Império, o qual por sua vez coincidia com a nação:

Portanto, são momentos em que, em termos de princípio, colonizadores e colonizados são colocados sob o mesmo discurso nacionalizante, abrindo-se-lhes, mesmo que desigualmente, os caminhos para o pertencimento nacional. Entrementes, o que muitas vezes se verifica é que, ao mesmo tempo que amplia o âmbito nacional, essa colonização constrói ou exacerba linhas fronteiriças entre os alegados membros da nação (Idem, *Ibdem*, p.31)

¹⁸ Sobre o caso francês, partindo da leitura de Hobsbawm (2000), podemos destacar que em 1879, quando do advento do regime republicano, a França continuava a ser um país multifacetado, com costumes, tradições e línguas variados. Por esse prisma, o nacionalismo ali teria sido erigidos sem a alardeada pré-condição para sua emergência.

Na sua obra “*Em defesa da revolução africana*”, Frantz Fanon¹⁹ já alertava para o perigo e a fragilidade das generalizações e desta homogeneidade forçada, as quais são percebidas nas obras de muitos autores desde o século XIX até os nossos dias (como já demonstrado anteriormente):

O que se procura ao englobar todos os negros no termo “povo negro” é arrebatar-lhes toda a possibilidade de expressão individual. O que se procura assim é obrigá-los a corresponder à ideia que já se faz deles. Que seria o “povo branco”? Não é, pois, evidente que só pode haver uma raça branca? Será preciso que eu explique a diferença que existe entre nação, povo, pátria, comunidade? Quando se diz “povo negro”, supõe-se sistematicamente que todos os negros estão de acordo sobre certas coisas; que existe entre eles um princípio de comunhão. A verdade é que não existe nada, *a priori*, que permita supor a existência de um povo negro (FANON, 1980, pp. 21-22).

Cabe chamar atenção para outra questão muito específica do fenômeno nacionalista africano. Segundo Paredes (2014), novas perspectivas de análise conduziram o debate na direção da negação de que tenha existido uma relação direta entre o advento da modernidade e o surgimento de um nacionalismo africano:

Ao contrário deste postulado modernista – em que concordam diferentes autores como Eric Hobsbawm, Hans Kohn ou Elie Kedourie, entre outros –, a perspectiva de Chabal (2010) afirma praticamente o oposto. Tendo em vista o caso africano, a relação é inversa à europeia: o nacionalismo na África é considerado como o promotor da modernização das sociedades (e não seu resultado, como no caso europeu). Esta consideração é da mais alta valência, na medida em que descortina o caráter de promoção de novos parâmetros de organização social inseridos no contexto pós-independência. Assim, as “novas” nações africanas teriam mais um apelo ao futuro a ser construído do que um passado a ser preservado. É neste patamar que se começa a perceber a importância de tratar cada caso do “nacionalismo africano” em sua especificidade (PAREDES, 2014, p. 139).

Além de estudar o advento e o triunfo da ideia de nação e nacionalismo nas antigas colônias portuguesas na África, é importante observar como um modelo político trazido do velho mundo serviu para sua difusão, tendo sido adaptado pela elite intelectual africana, o qual serviu-lhes de inspiração especialmente após o contato com a ideologia comunista, nas décadas seguintes a Segunda Guerra

¹⁹ Fanon teve uma grande influência sobre a obra de Amílcar Cabral, e apontava que a contradição revolucionária principal era opor os povos colonizados aos colonizadores, ao invés de pensar em termos de proletariado e burguesia, e apregoando a necessidade do colonizado destruir o colonizador, ou seja, pegar em armas para lutar contra ele. No presente trabalho não teremos como dar destaque a essa relação, nem aprofundar o peso do pensamento de Fanon sobre Cabral.

Mundial, facilitado pela entrada e permanência de estudantes oriundos de diferentes países africanos que se encontraram em solo europeu.

1.3 A NAÇÃO E A DESCOLONIZAÇÃO

Para Enders (1997), apesar da contestação cada vez maior nos fóruns mundiais, como na ONU, Portugal manteve uma política intransigente de uso da força, sendo obrigado, já no início dos anos 1960, a defender militarmente suas colônias contra os grupos independentistas em Angola, Guiné Bissau e Moçambique. No início dos anos 1970 o regime autoritário do Estado Novo continuava pesando sob Portugal. Salazar, o seu fundador, foi destituído em 1968 por incapacidade física, decorrente de uma queda, e veio a falecer em 1970, sendo substituído por Marcello Caetano. As tentativas de reforma política eram impedidas pela própria inércia do regime e pela atuação da sua polícia política (PIDE). O regime isolava-se, envelhecido no mundo ocidental, obrigando Portugal a defender pela força das armas o “Império Português”, instalado no imaginário dos ideólogos do regime. No auge da Guerra Fria, as nações tanto do bloco capitalista quanto do comunista apoiaram e financiaram as guerrilhas das colônias portuguesas, em uma tentativa de atraí-las para a zona de influência americana ou soviética. Em quase todas as colônias do ultramar português surgiram movimentos de independência, que se manifestaram na forma de guerrilhas que pegaram em armas para lograr seus objetivos. Excetuando-se o caso da Guiné-Bissau, que se tornou independente ainda em 1973, o império colonial português acabou sendo desmantelado no segundo semestre de 1975.

O governo de Portugal, que veio a tornar-se a mais duradoura ditadura europeia em todo século XX, recusa-se a via diplomática e prossegue na defesa até o limite possível, daquele que era o último grande império colonial europeu. Para África foram mobilizados centenas de milhares de soldados:

Durante a década e meia em que a atenção do mundo esteve voltada para o Sudeste Asiático, travou-se uma luta mais renhida na África portuguesa. Em 1974 mais de 1 milhão de portugueses haviam prestado serviço militar no ultramar. Um de cada quatro homens adultos estava nas forças armadas. Na África o exército português mobilizava quase 150 mil homens e ainda assim estava sendo derrotado na Guiné-Bissau, sofrendo graves pressões em Moçambique e se atolando em Angola (MAXWELL, 2006, p. 40).

Conforme Maxwell (2006), numa situação de guerra colonial em todos os territórios (exceto Cabo Verde, onde a luta armada deu-se de forma indireta via ação do PAIGC em território da Guiné-Bissau), Portugal foi derrotado tanto na esfera política quanto ideológica.

Portugal foi a última potência europeia na África a aferrar-se tenazmente à panóplia da dominação formal. Isso não foi acidental. Durante muito tempo, o país disfarçou com êxito a natureza de sua presença com um engenhoso amálgama de mitificação histórica, pretensões multirraciais e boas relações públicas. [...]. A fraqueza econômica em casa tornou inevitável a intransigência na África (MAXWELL, 2006, p.39).

Essa derrota contribuiu, em Portugal, para a Revolução dos Cravos, em 1974, que derrubou o governo salazarista, levou o país a sua redemocratização e permitiu que se negociasse a retirada dos colonialistas derrotados.

Em sua obra “O Atlântico Negro”, Paul Gilroy sugere que a cultura e a identidade negra, cuja tomada de consciência foi fundamental para as lutas nacionalistas africanas, são criadas e se redefinem através de uma troca de símbolos e ideias, que se dá no triângulo cujos vértices são a África, o Novo Mundo e a Europa. Para Gilroy este é um processo de construção das culturas negras, o qual adquire contornos de uma área cultural transnacional, multilinguística e multi-religiosa. O autor considera que esse processo dá às culturas e também às etnicidades negras, um status especial no mundo das relações interétnicas. O fluxo transatlântico de pessoas, mercadorias, símbolos e ideias, unindo as Américas do Sul e do Norte, a Europa e África, tornaram o Atlântico Negro uma espécie de “espaço social transnacional”.

Em muitas das publicações feitas por Amílcar Cabral em nome do PAIGC (e dos povos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau), o grande líder africano deixa antever uma concepção de nação como algo que resulta da reação de uma parcela da população frente ao meio social e aos problemas, desde que tendo uma aspiração compartilhada²⁰, um esforço consciente em produzir uma experiência comum de

²⁰ Das muitas vertentes possíveis para se pensar a nação e o nacionalismo nos PALOP, tendo em vista a natureza e as especificidades dessa experiência, nos parece importante destacar a opção pela concepção de nação enquanto comunidade de destino, com base na experiência comum de seus membros e de sua constante interação, a qual se renova através de valores culturais que perpassam gerações. Bauer (2000) permite observar que a nação vista desta forma (como resultado de uma comunhão de destino) se daria a partir de uma interação mútua de seus membros, implicando justamente em uma experiência comum de destino. Para aprofundar a questão, sugerimos dentre outros: Bauer (2000) e Fanon (2005).

destino²¹, que no contexto de tais publicações era conquistar a independência e a soberania nacional²².

[...] o movimento de libertação nacional representava, para Amílcar Cabral, “a expressão política organizada da cultura do povo em luta”. A direção do movimento deveria centralizar o foco na defesa do valor da cultura no contexto da luta e no reconhecimento profundo da cultura do povo. É fundamental, portanto, perceber a sociedade como “portadora e criadora de cultura e do ‘caráter popular da cultura’”, a despeito das reais condições materiais dessa mesma sociedade. A cultura, todavia, não é uniforme, distribuindo-se em níveis variados, estabelecidos pelos interesses econômicos. Desse modo, tem-se a compreensão do comportamento dos indivíduos – ou das categorias socioeconômicas - diante do movimento de libertação (SPAREMBERGER, 2011, p. 7).

Em Fanon (2005), encontramos essa abordagem da nação como uma estratégia de enfrentamento, uma vez que esta última (a nação) nasce da ação organizada do povo, encarnando suas aspirações reais e influenciando na cultura, a qual seria justamente a primeira expressão de uma nação.

A nação não é apenas condição da cultura, da sua efervescência, da sua renovação contínua, do seu aprofundamento. Ela é também uma exigência. É primeiro o combate pela existência nacional que desbloqueia a cultura, abre-lhe as portas da criação (FANON, 2005, p. 280).

Se considerarmos o fato de que a administração colonial portuguesa estava centrada em uma política de assimilação cultural, sem a qual os “*portugueses africanos*” não poderiam receber sequer o estatuto de civilizados, ficando na sua condição original de “*indígenas*”, vamos entender a opção feita pelos nacionalistas africanos por centralizar sua concepção de nação através da via da cultura, a qual foi empregada como ferramenta de *consciencialização* e emancipação:

Por serem africanos assimilados, logo, portugueses e por não terem lugar na sociedade multirracial que se apregoava [...] poucas saídas restavam senão lutar pela destruição do sistema (*sic*). Ao criarem, anos mais tarde, os movimentos de libertação que contribuíram para o fim do colonialismo, Amílcar Cabral e os seus companheiros fundaram novas nacionalidades (TOMÁS, 2008, p. 25).

²¹ Bauer (2000) também chama atenção para o fato da nação não ser produto de mera semelhança de destino, mas brotar da comunhão de destino, numa constante interação dos que partilham esse destino. Assim a nação é definida por ele como uma comunhão de caráter que brota de uma comunhão de destino, e não apenas uma mera semelhança de destino.

²² Para aprofundar a questão, veja-se um documento de 9 páginas, de autoria de Cabral, intitulado “A África e a luta de libertação nacional nas colônias portuguesas”. Disponível em: casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04341.001.005.

Os problemas decorrentes do racismo e do colonialismo foram um dos principais fatores que permitiram aproximar e unir esses estudantes. A capital portuguesa foi talvez o maior de todos os “cadinhos” (ainda que outros tenham existido) onde fundiram-se os metais que formariam a “liga” dos movimentos libertários e nacionalistas dos PALOP. Tomaram conhecimento da Negritude e do Pan-africanismo, tomaram conhecimento de ideias e de organizações políticas e suas doutrinas, com destaque para o comunismo, passando a contestar todo o sistema colonial, reivindicando direitos e igualdade.

O longo processo de conscientização, mobilização e luta para obter as independências foi marcado pelo transnacionalismo de seus elementos: a circulação de pessoas nas três margens do Atlântico, a circulação de ideias (Como a reafricanização dos espíritos, idealizada e proposta por Amílcar Cabral) através da poesia, da literatura em geral, dos panfletos, manifestos e discursos nacionalistas. Se essas identidades nacionais foram inventadas ou redescobertas, se são autênticas ou mera reprodução tardia do nacionalismo europeu, é uma discussão não consensual. O indiscutível é que o papel de tais ideias foi fundamental para a derrocada do colonialismo português, culminando com a Revolução dos Cravos e a independência de todas as colônias africanas.

1.4 NAÇÃO, IDENTIDADE NACIONAL E EMANCIPAÇÃO EM CABO VERDE

Finalizando este primeiro capítulo, vamos analisar a construção da identidade caboverdiana e alguns dos dilemas enfrentados quando da necessidade de se fazer a luta pela independência. Partiremos de alguns apontamentos históricos e sociais, os quais são de fundamental importância para a compreensão da obra de Onésimo Silveira, a qual se caracteriza por posições fortes e distintas em dois momentos históricos diferentes. Primeiro, em um contexto pré-independência, quando publica o ensaio que o tornaria famoso *Consciencialização na literatura caboverdiana*, no ano de 1963 em Lisboa (veja-se o capítulo II) e outro num pós-independência tardio, em 2005, com o livro *A Democracia em Cabo Verde* (veja-se o capítulo III).

Começamos pelo povoamento das ilhas. Muitas fontes apontam portugueses, genoveses, espanhóis e escravos trazidos da costa da Guiné e de outras partes da África continental, como os responsáveis pelo povoamento do arquipélago, uma vez

que Cabo Verde era desabitado até à chegada dos portugueses em 1460²³. Os portugueses e os escravos (de várias etnias africanas), misturaram-se ao longo do tempo, e essa mistura foi fundamental para ajudar a originar o que se convencionou chamar de “cabo-verdianidade”. O longo percurso da construção social em Cabo Verde trouxe, assim, a marca desse contato que as ilhas mantiveram com as duas forças que confluíram na formação da sociedade cabo-verdiana. Esta mistura de “raças”, culturas e línguas, resultado do cruzamento de povos vindos dessas diferentes regiões, e, portanto, étnica e culturalmente diferentes, deu origem ao aparecimento de uma sociedade mestiça, cuja identidade cultural é singular, e tem se prestado a calorosos debates. Cabo Verde é sem dúvida, um caso de sociedade mestiça, gerando um problema da identidade cultural que opõe a reminiscência africana e a europeia, sobre as quais se pretende construir a identidade nacional.

O reduzido número de pessoas brancas, que eram homens em sua ampla maioria, com a quase inexistência de mulheres brancas, seriam causas que não permitiram a criação de uma elite crioula branca, dificultando a reprodução da cultura lusa em Cabo Verde, ao mesmo tempo em que explicam, por outro lado também a miscigenação étnica e cultural da sociedade cabo-verdiana. A consequência desse processo de miscigenação ocorrido em Cabo Verde é a formação de uma sociedade “*crioulo-mestiça*”. E é o mestiço quem vai desempenhar um papel muito importante no que tange a identidade cabo-verdiana. Ivone Brito Monteiro oferece uma boa perspectiva da questão:

No âmbito da história do colonialismo, a mestiçagem tem sido objecto de estudos de natureza diversificada, que perpassaram os séculos XIX e XX. Embora seja vista, essencialmente, como um modelo biológico, a mestiçagem é, acima de tudo, um fenómeno social, cultural e político que nasce dos deslocamentos, das invasões, das circulações e dos intercâmbios ao longo do tempo. Ela resulta, pois, da mobilidade e viagem, da sedentarização e permanência de grupos humanos, étnica e culturalmente diferentes, no mesmo espaço. Nesta ordem de ideias, a mestiçagem é uma consequência inevitável da formas de exploração sustentável, do ponto de vista da instalação e da manutenção do imperialismo colonial. As misturas que daí surgiram predominaram de forma também diversificada, sejam elas biológicas, sociais, culturais, religiosas, ou outras²⁴.

²³ Conforme NETO, S. *Na encruzilhada de três continentes*. In PAREDES, M. de M., *Portugal, Brasil, África: História, identidades e fronteiras*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 25.

²⁴ MONTEIRO, Ivone. B., *Do Mestiço politicamente válido: (re) construção de uma identidade diferenciada*. In: PAREDES, Marçal (org.). *Portugal, Brasil, África: História, Identidades e Fronteiras*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 40

Segundo Ramos (2009), em Cabo Verde, depois dum período em que houve uma relativa marginalização do mestiço, o fortalecimento do processo de miscigenação preocupou tanto as autoridades portuguesas, que se decretou a expatriação para Cabo Verde, de mulheres brancas, que até o início do século XVII eram degredadas para o Brasil, em uma tentativa de estancar a mestiçagem. Para o autor, o reconhecimento dos mestiços e a inversão da política de perseguição dos colonizadores, foram importantes para permitir a ascensão social do mulato em Cabo Verde. O concubinato, facilitado pelas leis portuguesas (que permitiam o reconhecimento dos filhos ilegítimos), foi decisivo para formação do mestiço²⁵. Para uma análise mais aprofundada é importante buscar uma definição para o termo mestiçagem:

O termo mestiçagem possui pelo menos três empregos mais importantes. Em um dos usos mais comuns, refere-se a processos de mistura biológica de diferentes fenótipos humanos, frequentemente interpretados como diferentes “raças”. Em uma segunda acepção, nomeia uma ideologia que atravessou em maior ou menor grau as narrativas nacionais de diversos países que fizeram parte do mundo colonial ibérico. Dissociada da ideia de raça em alguns discursos, em especial naqueles de matriz antropológica, a noção de mestiçagem pode ser empregada ainda para descrever práticas de sincretismo, fusão, bricolagem e hibridização cultural, referindo-se à combinação de costumes, valores, princípios, hábitos e práticas culturais de diferentes grupos étnicos. Esse processo seria acelerado e acentuado na modernidade em virtude do incremento da desterritorialização, mobilidade e migração de grupos humanos.²⁶

Ramos (2009) prossegue apontando que os mestiços tiveram um papel chave na formação da sociedade cabo-verdiana. Sob um ponto de vista econômico, na medida em que houve a abolição dos morgadios e um progressivo e irreversível esfacelamento dos latifúndios, seja em pequenos lotes divididos por herança ou ainda pela venda das propriedades aos mestiços que ascenderam socialmente, teve como consequência um nivelamento e democratização da sociedade. Aos poucos a falência econômica do branco enfraquece a severidade do preconceito e leva-o a cooperação com os mestiços:

²⁵ Para um aprofundamento sobre o impacto da mestiçagem em Cabo Verde, sugerimos a leitura completa do capítulo citado na nota anterior.

²⁶ DAFLON, Verônica Toste. Mestiçagem. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves (Org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014. p 309-330.

A conquista do poder económico e da elevação social do mestiço produziu efeitos imediatos. Isto é, a inversão da pirâmide social com a ascensão do mestiço aos lugares cimeiros da hierarquia social cabo-verdiana impulsionou, por exemplo, mudanças culturais importantes ao possibilitar o reconhecimento da mestiçagem como a grandeza da nação cabo-verdiana. Com a posse do poder económico, o mestiço pôde equiparar-se ao senhor e dividir com ele os altos cargos políticos e administrativos. Pelo mesmo motivo, generalizou-se o acesso à educação e ao ensino, o que veio a revelar-se determinante na consolidação da posição do mestiço na estruturação da sociedade crioula cabo-verdiana, ao encontrar, na educação e na elevação do espírito, o modo de superar às diferenças “civilizacionais” causadas por séculos de marginalização e atrofiamiento cultural a que fora votado pelas autoridades coloniais, no seguimento da política da repressão das manifestações culturais não europeias consideradas inferiores (RAMOS, 2009, p. 24).

Cabe lembrar, como já citado anteriormente neste capítulo, que aos cabo-verdianos não lhes fora imposta a condição de indígenas, ao contrário do que ocorreu com as populações das outras colónias portuguesas na África. Isso serviu desde muito cedo para alimentar a ambição de ilhas adjacentes, condição essa recusada por Portugal já no século XIX. Apesar disso, sob o ponto de vista cultural, estabeleceu-se uma discussão que ainda permanece acerca do lugar que Cabo Verde ocupa nesse espaço Atlântico entre a Europa e a África Negra:

Se do ponto de vista geográfico Cabo Verde é incluído no continente, do ponto de vista cultural, estaria em posição de contraste com a África, na perspectiva de um estrangeiro que visitasse as ilhas. Interessa-nos, particularmente, essa última nota: é do ponto de vista de um “estrangeiro” – leia-se europeu – que a identidade cabo-verdiana se constitui em oposição à África (ANJOS, 2006, p.76).

Foi com base nessas transformações sociais que pode florescer essa nova cultura, nascida como parte da sociedade crioula cabo-verdiana. Um processo de transculturação que acompanhou a evolução histórica das ilhas sendo determinante na definição da identidade crioula cabo-verdiana que se caracteriza com uma língua própria, música típica; costumes quotidianos; uma literatura, dentre outros elementos constantes do checklist identitário das nações. São estes elementos que conferem especificidade cultural ao homem mestiço que se identifica como cabo-verdiano.

Furtado (2012) faz uma crítica a maioria dos trabalhos produzidos pelos académicos em Cabo Verde e sobre Cabo Verde, sobretudo aqueles com origem nas ciências sociais, por não esboçarem ou aprofundarem o estudo dos conceitos de classes sociais, raça e etnia:

Com efeito, tanto no período colonial quanto no pós-colonial, raras são as tentativas de se compreender sociologicamente como, em Cabo Verde, os diversos atores emergem e se constroem enquanto sujeitos históricos. É muito mais comum encontrar-se uma preocupação em situar e definir a especificidade do homem, da cultura e da sociedade cabo-verdiana.

Tal situação, num primeiro momento, parece-nos decorrer menos da busca da construção de uma identidade nacional ou de sua fixação, e mais de uma necessidade de segurança ontológica ou psicossociológica (FURTADO, 2012, p.144).

Cláudio Furtado aponta que de uma forma mais ou menos orgânica e tendo por detrás um cunho “emancipador”, é que as elites (e em Cabo Verde trata-se de uma *elite intelectual*) forjaram um discurso identitário assimilado e defendido nacionalmente. A trajetória dos principais intelectuais cabo-verdianos assim o demonstram, e é o caso por exemplo da obra de Onésimo Silveira. Não escapou a observação de Furtado o fato de que as categorias centrais nas análises sobre a identidade nacional em Cabo Verde serem (como já apontamos no presente capítulo) a mestiçagem e a criouliização. Sua crítica reside no fato da primeira tratar-se de uma noção sociológica e não fenotípica ao passo que a segunda, a criouliização, ser um conceito que na visão deste autor, é fortemente polissêmico, mudando muito de significado dependendo da época e do autor. Sendo assim estaria refutada qualquer tentativa de contestar o pertencimento de Cabo Verde a África negra, pois embora o autor admita um distanciamento identitário e cultural, argumenta pela proximidade étnica ou racial.

Anjos (2006) parece ter-se antecipado a essa crítica quando analisa aquilo que chamou de “situação de fricção inter-étnica”, questionando aqueles que pensam que os intelectuais cabo-verdianos seriam negros com uma identidade deteriorada cujo resultado teria sido a invenção da identidade mestiça, algo semelhante a caboclos que seriam índios “*vendo-se com olhos de brancos*”²⁷. Para tornar mais claro o argumento, José Carlos dos Anjos o aprofunda:

A alternativa pareceu ser o conceito de identidade como ficção num mundo de intersubjetividades. Essa crítica tem levado à introdução da noção de ficção e, portanto, à subjectivação da identidade, como forma de se eliminar a pretensão de objectividade na busca dos traços de definição étnica. A ideia é de que não apenas “eu” me construo para o contraste, mas que o “outro” é também uma construção minha que me “serve de *alter*, e perante o qual eu me altero”. Sob essa perspectiva, a ficção faria parte da substância da

²⁷ Cardoso de Oliveira, 1974, p. 12 apud ANJOS, 2006, p.79.

identidade. As identidades não seriam apenas contrastivas, mas também incorporadoras e paradoxais (ANJOS, 2006, p.79).

Hernandes (2002) é categórica ao afirmar que é relevante realizar uma análise do pensamento social e político, de modo a captar os seus desdobramentos na prática política. Assim procedendo se evitaria considerar que as ideias nacionalistas importadas da Europa seriam exóticas à realidade caboverdiana, senão que foram ressignificadas as circunstâncias históricas e sociais do arquipélago.

1.5 DILEMA IDENTITÁRIO

Ao se realizar um estudo sobre a formação da identidade nacional em Cabo Verde, como nos propomos no presente capítulo, torna-se indispensável fazê-lo tendo em vista a contribuição dada pelos principais intelectuais daquele país, uma espécie de *intelligentsia*²⁸ caboverdiana, no período que vai do final do século XIX até a independência em 1975. As principais gerações de intelectuais em Cabo Verde, podem ser divididas basicamente de acordo ao eixo ou esfera central em torno do qual girava seus respectivos discursos e ações. Assim temos três gerações fundamentais: os nativistas, os regionalistas e por fim os nacionalistas. Uma característica muito importante na história de Cabo Verde é o fato de que já em meados do século XIX floresceu uma elite letrada:

Cabo Verde foi sempre visto pela restante África como o arquipélago africano mais europeu. Talvez a criação em 1866 do Liceu-Seminário de São Nicolau (Ribeira Brava), que durou até 1928, e que muito contribui para o surgimento de uma classe de letrados “equiparável ou superior à dos angolanos” (Laranjeira, 1995a: 180), muitos dos

²⁸ Dmitry, personagem da novela Rudin (1856), encarnou o protótipo da *intelligentsia*: homem culto, orador eloqüente, nacionalista e defensor apaixonado de mudanças sociais. Entre os analistas da obra de Turgenev prevalece a idéia de que esse personagem foi modelado a partir do exemplo histórico do anarquista e revolucionário russo Mikhail Bakunin (1814-1876). Na obra Pais e filhos (1862) Turgenev analisou a genealogia da elite intelectual russa, revelando os conflitos entre as gerações de letrados. Em particular entre aqueles de origem nobre que defendiam reformas liberais e os mais jovens de origem não aristocrática que sustentavam, apoiados em teorias socialistas, a necessidade de ações políticas radicais. Nesse ambiente perpassado pelo discurso messiânico dos jovens radicais delinearam-se significados importantes que reverberariam em outros momentos e lugares, de maneira que a palavra *intelligentsia* se associou à idéia de elite que se definia pelo grau de formação e de competência para tratar com o conhecimento erudito e com a cultural em geral, em contraste com as elites de sangue ou de posição econômica; bem como se vinculou à idéia de grupo que, gozando de capacidades superiores de análise e de elaboração de propostas sociais, se constituía como protagonista político privilegiado. Defendendo reformas sociais os jovens cultos reivindicaram as condições de guia do povo e de grupo portador da consciência nacional (VIEIRA, C. E. *Intelligentsia e Intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para história intelectual*. In. Revista Brasileira de História da Educação, v.8, n. 1 [16] 2008).

quais ocuparam quadros importantes não só na *Metrópole* como nas colónias africanas, tenha sido determinante para essa ideia. Mas também o papel da imprensa deve ser considerado. Introduzida no arquipélago em 1842, favoreceu a aparição de um número importante de jornais em várias ilhas (SILVA, 2011, p. 61).

Esse fato foi importante para o aparecimento da imprensa escrita no arquipélago, fato esse que derivou não somente na publicação de inúmeros jornais como também revistas que se sucederam, com especial destaque para a *Claridade*²⁹ no século XX. A geração claridosa constituiu uma referência a qual nenhum estudioso da literatura africana de língua portuguesa pode ficar indiferente. Inicialmente é a atuação de um grupo que apresenta-se com fortes referências europeias e clássicas, em defesa dum regionalismo que aponta o tratamento de questões político-sociais. Inviabilizando a sua continuidade, nos anos 1960, novas vozes se levantaram em defesa de uma nova “identidade” literária, tendo por base um cenário de engajamento político explícito, do qual fizeram parte autores como Ovídio Martins (1928-1997), Onésimo Silveira (1935-) e o próprio herói nacional Amílcar Cabral (1924-1973).

A virada do século XIX para o XX trouxe consigo a publicação de inúmeros jornais, como *A Alvorada* (publicado em New Bedford, Estados Unidos, durante o exílio pelo poeta e jornalista nativista cabo-verdiano Eugénio Tavares), que se por um lado não podiam deixar de denunciar a continuidade da dominação colonial portuguesa, mesmo após o advento da república, por outro evidenciavam de modo firme o propósito dos seus autores de defender a libertação da África e dos africanos da opressão e da exploração a que estavam sujeitos pelo colonialismo, através da reapropriação da soberania sobre a sua terra pelos colonizados. Dois trechos são especialmente significativos, e saíram em *A Alvorada* de 16 de agosto de 1900 e também em *O Negro* de 9 de março de 1911:

«A África portuguesa não quer que Portugal a dê de presente aos estrangeiros. Portugueses - irmãos, sim; portugueses - escravos, nunca. Havemos de ter o nosso Monroe: A África para os Africanos!» (TAVARES, Eugénio, «Autonomia», *A Alvorada*, New Bedford, N.º 2, pp. 1 – 2. Apud GUIMARÃES, 2012, p. 10).

²⁹ Conforme Sérgio Neto, a revista *Claridade*, aparecida nas bancas em 1936, se estenderia até 1960, num total de nove números, com sua produção dividida em duas fases: a primeira no biênio 1936/1937 (correspondendo aos três primeiros números) e a segunda já no pós-guerra, de 1947 até 1960. Para muitos pesquisadores da literatura caboverdiana a *Claridade* foi considerada uma clara manifestação identitária das ilhas, contendo inclusive poemas populares em língua crioula, que naquele então considerado um dialeto e que não era ensinado nas escolas. Veremos ao longo deste trabalho que essa posição não foi consensual e que a geração de intelectuais que sucedeu aos claridosos teceu duras críticas a literatura produzida por eles.

«Queremos a África propriedade social dos africanos e não retalhada em proveito das nações que a conquistaram e dos indivíduos que a colonizam roubando e escravizando os seus indígenas» («A nossa orientação», *O Negro*, Lisboa, n.º 1, p.1 In MARGARIDO, Alfredo, «Alienação, independentismo, negritude, mulatismo e negrismo nas poesias africanas de expressão portuguesa», *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, pp. 90-91, Apud GUIMARÃES, 2012, p. 10).

Garmes (2006), ao analisar o pioneirismo político e literário de uma outra publicação, a *Revista de Cabo Verde*³⁰, aponta que tanto pela postura política independentista que alguns de seus mais importantes colaboradores adotaram, quanto pelo fato de terem dado exclusividade em seus números aos escritores de origem caboverdiana, a *Revista de Cabo Verde* foi em realidade um primeiro projeto militante da construção de uma identidade política e cultural caboverdiana. Helder Garmes afirma que apesar desse papel ser normalmente atribuído à geração da revista *Claridade*, foram aqueles intelectuais que escreveram nas páginas da *Revista de Cabo Verde* que tornaram possível o surgimento mais tarde da geração da *Claridade*, tendo-lhe antecedido em muitos aspectos:

Ao valorizar uma literatura de cunho cabo-verdiano, estimularam a produção local e colocaram de lado a tradicional submissão do colonizado em relação ao colonizador. Além disso, alguns dos escritores ali presentes, em especial Eugênio Tavares, cultivaram o crioulo cabo-verdiano como língua literária e deram-lhe legitimidade cultural. Tudo nos faz supor que aqueles que dela participaram constituíram a primeira geração com um ideário integralmente cabo-verdiano (GARMES, 2006, p.21).

Silva (2011) citando o poema “Ode a África”, de autoria de Pedro Cardoso em 1921, dedicado por este aos delegados de língua portuguesa no Congresso Pan-africano de Londres, chama atenção para o fato de nele podermos vislumbrar alguns elementos “independentistas” relativamente à presença do homem branco colonizador. Isso nos permite observar o quanto o movimento nativista em Cabo Verde contribuiu para abrir caminho as gerações que posteriormente iriam trilhar a senda que levaria à emancipação da nação.

³⁰ Na Parte I do *Dossiê literaturas africanas de Língua Portuguesa*, o Profº Dr. Helder Garmes, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP, escreve um artigo sobre o pioneirismo político e literário da *Revista Cabo Verde*, onde destaca que tal publicação era completamente voltada para os problemas das ilhas, tendo perfil literário e de ilustração, tendo sido publicada entre janeiro e dezembro de 1899, num total de 17 exemplares, inicialmente mensal e depois quinzenal.

Neto (2009)³¹ esclarece que o nativismo em Cabo Verde não deve ser confundido nem associado ao sentimento de xenofobia, e sim como uma demanda individual e coletiva em defesa da terra onde se nasceu. Este deixa evidente o importante papel da imprensa, através dos periódicos que se revezaram como porta-vozes do nativismo: *A voz de Cabo Verde* (1911-1919), *O Progresso* (1912-1913), *O Futuro de Cabo Verde* (1913-1916) e *O Manduco* (1923-1924). Esse pormenor (a palavra escrita como arma de luta ideológica) seria uma constante por trás dos eventos que levaram a independência do país em 1975. O trabalho de Pedro Monteiro Cardoso é destacado como exemplo de um intelectual engajado em demonstrar que Cabo Verde era possuidor de uma cultura e características próprias, tanto folclóricas como literárias. Do pensamento e da obra deste autor firma-se a defesa da ideia de que apesar de influências externas, era possível se falar em “*caboverdianidade*”. Neto (2009) destaca a grande importância da geração seguinte, a dos Claridosos, como aquela que foi a mais importante e debatida geração intelectual de Cabo Verde, responsável pela fundação da revista *Claridade* (1936-1960).

Reunindo estes dois elementos específicos da cultura local – idioma e formas poéticas populares -, o primeiro número da revista dava o tom para toda a sua actividade futura, nomeadamente, a poesia, que, como acima se fez menção, cantava o evasionismo (ou terralongismo), característico de alguns povos insulares, e a terra, ora abençoada pela chuva, ora amaldiçoada pela estiagem (NETO, 2009, p. 90).

Essa geração encontra-se no centro de uma polémica incitada por Onésimo Silveira (como veremos no próximo capítulo), e analisada em parte por Gabriel Fernandes, José Carlos Gomes dos Anjos, Manuel Brito-Semedo, dentre outros. Tratava-se de um movimento literário, que teve seu maior expoente em Baltasar Lopes, e dotada de contornos regionalistas, sob influências diversas: o contato com os escritores portugueses António Pedro, Augusto Casimiro e José Osório de Oliveira (que estiveram presentes no arquipélago nas décadas de 1920 e 1930), a leitura da revista *Presença* (oriunda de Coimbra) e a literatura modernista brasileira,

³¹ Na obra “Colónia Martir, Colónia Modelo”, Sérgio Neto, abarca um importante período da história de Cabo Verde, indo de 1925 até 1965.

sobretudo de nomes como Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira e acima de todos, Gilberto Freyre³².

Neto (2009) aponta como Baltasar Lopes esforçou-se por desmistificar o nativismo (marca da geração intelectual anterior a sua) e procurou estruturar as ideias e o pensamento regionalista, defendendo que este seria uma condição de unidade e de ordem para aquilo que eram as particularidades de Cabo Verde e os próprios interesses da Nação: “sejamos, pois, intransigentemente regionalistas e seremos inteligentemente portugueses”³³. Porém, para Sérgio Neto, o nativismo caboverdiano desempenhou um papel importante, tendo sido um marco na literatura produzida no arquipélago, influenciando decisivamente as gerações de intelectuais que posteriormente viriam a ser protagonistas da história do país.

Semedo (2006) explica que o processo de construção da identidade de Cabo Verde está associado ao processo de tomada da consciência da criouldade, em especial pelos intelectuais do arquipélago, num processo que se inicia muito antes da independência, e que terá extrema relevância para as lutas de libertação. Para ele a ênfase na apresentação dos aspectos culturais e também regionais das ilhas ou o próprio reconhecimento da criouldade serviu para traçar bases que permitiram estabelecer a caboverdianidade. Em seu estudo ele apresenta a formação de uma elite letrada no arquipélago como fundamental para o desenvolvimento deste processo de formação de uma identidade nacional e destaca os principais fatores que contribuíram para isso: a existência das escolas mantidas pela igreja e mais tarde a instrução pública, a presença muito significativa de intelectuais europeus nas ilhas e a emigração. Essa última como veremos mais adiante suscitou um acirrado debate sobre o evasãoismo, muito presente na literatura produzida pelos Claridosos.

Tutikian (2006) afirma que as narrativas africanas de língua portuguesa são uma tentativa de fortalecer ou de resgatar as identidades locais, pois para ela a literatura é fonte de cultura e cultura é fonte de identidade. Citando a importância da obra *Hora di Bai*, publicada por Manuel Ferreira em 1962, ela destaca que este livro,

³² O papel e a influência de Gilberto Freyre em relação a Portugal e suas colônias africanas é objeto de controvérsias e debates, e a posição do regime salazarista em relação a Freyre muda no pós-segunda guerra. Para uma análise adequada da questão sugerimos a leitura do ensaio Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974), de autoria de João Alberto da Costa Pinto, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/16.pdf>.

³³ Aqui referindo-se à Nação portuguesa ou lusitana, conforme Baltasar Lopes, *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1957, p.6. Apud NETO, 2009.

ao tratar de elementos importantes para o povo de Cabo Verde, acaba fortalecendo essa identidade caboverdiana.

Fernandes (2002) ao se debruçar sobre as questões envolvendo a formação da chamada caboverdianidade, sobretudo na leitura que os membros da *Claridade* fizeram acerca do tema, coloca em evidência o discurso destes, construído em torno da mestiçagem que ocorreu em Cabo Verde nos séculos anteriores, quando do povoamento das ilhas e que para os claridosos afastaria os ilhéus dos demais africanos das outras colônias portuguesas, uma vez que esse acontecimento teria levado a uma singular disseminação da civilização europeia e uma assimilação mais completa dos padrões culturais lusitanos por parte da população de Cabo Verde. Ele também comenta o fato de Cabral levantar a necessidade de avaliar o impacto positivo ou negativo que a natureza de uma determinada obra exerce sobre o complexo social. Assinala assim o período que antecedeu a independência de Cabo Verde, como um novo momento político no qual os intelectuais militantes estabeleceriam um compromisso ético com a sociedade ao colocarem-se a serviço do povo, deixando de ter uma atitude meramente contemplativa, e assumindo uma postura e uma atitude atuante na defesa dos assuntos que interessam ao povo. Seria por essa razão que Cabral defende que mensagens como as da *Claridade* e da *Certeza* têm de ser superadas e dá a entender que isso estava por ocorrer, com o surgimento de novos poetas que não se conformavam com a evasão e sabem que o mar não é uma prisão, não sonham com partir, mas sim em ter outra terra dentro da sua terra.

Anjos (2006) destaca que houve por parte dos Claridosos uma apropriação do credo luso-tropical proposto Gilberto Freyre, e adotado pelas autoridades coloniais. Enquanto elite literária, a revista *Claridade* teria sido responsável pela mediação entre os naturais das ilhas, naquele então submetidos ao colonialismo, e os colonizadores, por meio de um discurso apaziguador, sem propriamente lutar e exigir a autodeterminação. Sérgio Neto parece apontar na mesma direção:

Determinado a apresentar, *urbi et orbi*, um rosto tolerante, o regime de Salazar viu-se obrigado a fazer escolhas, prescindindo, como era de seu timbre, do que não fosse essencial. Mantendo a costumada política discriminatória, encetou a construção de um discurso baseado na teoria de Gilberto Freyre, ao mesmo tempo que apadrinhava Cabo Verde, a seu ver, a “melhor” concretização dos vaticínios luso-tropicais. O processo, uma osmose, vinha-se desenrolando lentamente, com alguns vultos literários portugueses, brasileiros e cabo-verdianos a trocarem entre si, durante os anos

trinta e quarenta, percepções do arquipélago. Também por isso, Cabo Verde foi aproximado daqueles países, sendo, doravante, erigido numa espécie de elo perdido da colonização atlântica ou vértice de um triângulo oceânico tricontinental (NETO, 2012, p. 3).

Em uma obra organizada por Laranjeira (2000)³⁴, encontramos um ensaio de autoria de Manuel Duarte (que estudou Direito em Coimbra), publicado originalmente na revista *Vértice*, vol. XVI, n° 134 (Nov. de 1954), em que o referido autor inicia com um diálogo que demonstra o quanto era grande o desafio para os caboverdianos:

Conversando, certa vez, com um inteligente crítico angolano, disse-me ele a sorrir-se: - Em Lisboa, os caboverdianos isolam-se em uma ilha, ali para os lados da Estrela, com as suas mornas, os seus bailes, a sua cachupa... Dão, discretamente, a entender que não são africanos...

Reproduzo aqui estas palavras, não porque lhes reconheça a fidelidade; mas por inculcarem a existência ostensiva de um <<caso>> de mentalidade, que mantém o caboverdiano culto segregado do novo pensamento africano. É sem dúvida lamentável (DUARTE, apud LARANJEIRA, p. 35, 2000).

Duarte (2000) insiste que no caso de Cabo Verde, se pensarmos em uma herança exclusivamente europeizante haverá uma despersonalização, verdadeira negação de uma parcial herança negro-africana, a qual integra na opinião do autor a realidade psicológica e social do povo do arquipélago. Há uma irrefutável ligação étnica e histórica tanto à África como à Europa, com os elementos geográficos e climáticos, bem como a corrente imigratória negra que contribuiu para o povoamento das ilhas tendo tido um papel de grande importância na formação da cultura e da identidade nacional. Devemos observar que o autor, tendo realizado essas observações, pontua a cultura cabo-verdiana em sua peculiaridade, e afirma que impõe-se, por isso, aos caboverdianos aceitarem o caráter polissêmico, heterogêneo e misto da sua realidade cultural. Se buscarmos interpretar as palavras de Duarte, chama atenção para uma contradição importante, que se constitui no cerne dessa crise identitária:

Duarte envereda, contraditoriamente, pela exploração dos termos de uma aproximação africana, e não simplesmente de afirmação da caboverdianidade. Ou seja, em vez de assumir sua alegada peculiaridade, os cabo-verdianos se vêem forçados a uma escolha que na prática os descaracteriza, já que tende a amputá-los de um dos seus membros. Duarte parece consciente disso, quando sugere que, “como todos os caminhos conducentes a novos tipos de mentalidade, a africanização, direi mesmo a caboverdianização do

³⁴ *Negritude Africana de Língua Portuguesa (Textos de Apoio, 1947-1963)*. Braga: Angelus Novus, 2000.

natural das ilhas”, não é senão “um duplo processo de desintegração e nova organização” (FERNANDES, 2006, p. 183).

Estavam lançadas as bases da crise vindoura, que levaria a uma crise e uma desestruturação do modelo identitário crioulo, forçando um encaixe por parte dos caboverdianos dentro das construções discursivas politicamente válidas, e que ganhavam força e terreno entre os principais intelectuais africanos capitaneados por Amílcar Cabral, para quem a solução africanista acabaria por ditar um novo rumo às lutas emancipatórias, incluindo as do arquipélago, dentro dum contexto mais amplo de luta anticolonial.

É novamente Fernandes (2006) quem nos diz que Cabral recusa, por considerar extemporânea ou até mesmo politicamente irrelevante, uma identificação de carácter apenas simbólico do poeta com o povo, uma vez que face aos constrangimentos socioeconômicos e/ou bloqueios políticos, ele limita-se a oscilar entre a resignação fatalista e a esperança. Isso deixa claro o novo momento político vivido e as expectativas que se criam em torno da atividade dos intelectuais. Estes devem ser militantes, incorporando nas suas atividades o compromisso ético com a causa popular, ajudando a criar condições para que o povo esteja consciente da luta que devia travar. Neste novo contexto, o que tem valor não é ser um homem do povo, e sim estar ao serviço deste último. É preciso uma carga de senso crítico e de pró-atividade, que requer ir muito além da prática contemplativa e da constatação e mera narração dos problemas do povo:

O movimento anti-evasionista constitui indicador da existência de uma consciência anti-colonialista que começa a se estruturar e a se desenvolver a partir de uma nova politização da cultura crioula. Ele simboliza, acima de tudo, o rompimento com os enfoques centrados num apego telúrico e num desapego sociopolítico. O poeta evasionista ter-se-ia alheado politicamente, assumindo-se como neutral, quando se lhe impunha contestar e não apenas constatar. Os novos agentes políticos e culturais terão pretendido passar a idéia de que o poeta não podia limitar-se ao exercício contemplativo do real, mas sim à construção de alternativas. E isso implicava a reformulação do traçado político-identitário sobre o qual operavam os intelectuais da geração anterior. De resto, um empreendimento a todos os títulos espinhoso (FERNANDES, 2006, p.188).

Cabe lembrar o trabalho realizado por Manuel Brito-Semedo, o qual fez uma extensa pesquisa sobre a imprensa caboverdiana desde o século XIX adentrando no XX. Semedo (2006) elabora um possível percurso ideológico para todas as gerações de intelectuais do período citado, que em sua opinião, partiu de uma identidade étnica até chegar a uma identidade nacional. Desse modo, do nativismo que

reclamava um estatuto de igualdade, sucedeu uma consciência regionalista com a geração da *Claridade*, que teria reivindicado uma diferenciação regional, para, no final dar-se uma afirmação nacionalista, da geração de Cabral em diante, o que permitiu exigir autonomia política.

Entretanto, temos que chamar atenção para o fato de que a questão da formação da identidade nacional em Cabo Verde é extremamente complexa e os seus desdobramentos durante o processo de luta pela independência levaria a um drama político para os caboverdianos, uma vez que durante o processo de luta pela independência, estes ficariam confrontados com a necessidade de se situarem entre duas posições antagônicas. Qualquer uma das opções, africana ou europeia, levava a uma auto-violação identitária e a um recuo em relação ao quadro de pertencimento original. E isso é de fato extremamente paradoxal, em um contexto político marcado pelo esforço de resgatar os supostos traços identitários dos povos colonizados, como um modo de poder confrontá-los com os dos colonizadores, tirando assim a legitimidade do Estado alheio e opressor. Em certo modo, teriam que se distanciar de suas origens, enquanto outros se lançavam no desafio de encontrá-las. No caso de Cabo Verde, os intelectuais haviam conseguido construir uma imagem que em nada fazia lembrar a estereotipada figura dos exóticos indígenas africanos, colocando-se o problema de uma nova representação de si mesmos, evitando que os caboverdianos ficassem de fora do novo pensamento africano. Estava em curso uma nova colonização, de certo modo simbólica, africana em substituição a lusitana, e portanto o rompimento com a opção lusitana dos claridosos³⁵ implicaria a afirmação de uma nova opção identitária, em detrimento da caboverdianidade.

O dilema em questão demonstrava um espinhoso caminho a percorrer. Qual identidade deveria ser afirmada? Uma identidade lusitana ou uma identidade africana? O fato de ter-se que optar entre uma dessas duas identidades, que excluía-se mutuamente, indicava o grau de dificuldade da questão. A nação que se reconhecia na sua especificidade crioula e também mestiça, obrigou-se a abraçar um nacionalismo lusitano ou africano, e não caboverdiano. Foi uma solução que deixava a equação identitária incompleta, porém uma escolha necessária para viabilizar um projeto maior: a emancipação política que levaria a criação de um

³⁵ No segundo capítulo discutiremos acerca das gerações de intelectuais que se sucederam na luta por melhores condições de vida no arquipélago, sendo a geração ligada a revista *Claridade* a mais estudada na academia e uma das mais importantes na história do país.

Estado Nacional em Cabo Verde. A pesquisa nos mostrou que a aposta de criação de um sujeito africano em substituição ao lusitano, longe de produzir uma identificação por parte dos ilhéus, significou na verdade uma fuga identitária, rumo à África perdida, originando uma espécie de nova onda evasioneira³⁶. Assim, toda a luta dos intelectuais operou-se sob a necessidade de reiterar uma teleologia africana da qual não podiam se livrar. Apesar de criticar o evasionismo da geração anterior, eles próprios não conseguem se fixar no lugar, e são obrigados a se deslocar para um rumo anteriormente impensável e inimaginável.

Amílcar Cabral assume a importância do retorno às origens africanas e a confrontação com os portugueses em termos essencialmente políticos. Isso significa que no pensamento de Cabral as diferenças que mais importavam eram aquelas que opunham colonizadores e colonizados, opressores e oprimidos. E nesse ponto precisamos reafirmar a influência de Frantz Fanon sobre o pensamento de Cabral. Desse modo de pensar deriva a análise da posição do homem negro no mundo e se realiza um aprofundamento da consciência política, o que resultou na chamada “*Reafricanização dos Espíritos*”, uma espécie de reconversão, com o objetivo de ultrapassar os limites impostos pela assimilação cultural.

O momento histórico em que a luta pela independência era travada, tanto militarmente na Guiné-Bissau, quanto em diversas ações de impacto na diplomacia mundial, chamando atenção do mundo para o drama vivido pelos povos colonizados do continente africano, coloca em evidência a delicada situação a que ficaram submetidos os caboverdianos, pois cada vez menos podiam afirmar sua peculiaridade ou se posicionar numa zona intermediária, uma vez estabelecida essa dicotomia entre negros e brancos, africanos e europeus, metrópole e colônia. Para muitos passou a ser mais importante libertar Cabo Verde da dominação colonial do que discutir se eram mais portugueses ou africanos. Assim, a opção africanista da “moderna geração” viria a se revelar decisiva para a emancipação, também não se pode negar que, de certa forma, os caminhos do nacionalismo de tipo africano delinearam-se a partir da decomposição e esfacelamento das bases culturais de um nacionalismo de tipo cabo-verdiano:

³⁶ Também no capítulo dois veremos uma definição de evasionismo e o quanto este foi importante em termos literários, indo para o centro de uma discussão acerca do papel histórico e social que a literatura deve cumprir em relação aos sofrimentos dos ilhéus naquele então.

No contexto da luta, sem essa sua âncora cultural, o cabo-verdiano vive uma situação contraditória. Seu sucesso anti-colonial(ista), que fê-lo sonhar com a construção, na Guiné Bissau, de uma pátria africana, caminhou pari passu com a sua incerteza em relação ao desdobramento da questão cabo-verdiana, sugerindo que seu engajamento anti-colonial(ista) africano não lhe permitia nem vislumbrar o equacionamento da problemática da dominação colonial no arquipélago e nem sua reaproximação cultural/nacional a Cabo Verde, de que se afastara para se alinhar no empreendimento africanista (Fernandes, 2006, p. 203).

A luta anticolonialista, que em Cabo Verde se deu com ênfase no campo das ideias e dos intelectuais, foi uma luta em prol de um nacionalismo. Dito nacionalismo o é, na medida em que buscava libertar Cabo Verde da dominação colonial. Tornaram-se nacionalistas ao lutarem contra o colonialismo. Foi um processo diferente do nacionalismo europeu, onde o movimento pela expulsão de forças estrangeiras incorporava uma construção nacionalista prévia, a qual servia de base para mobilização de forças endógenas, permitindo legitimar o anelo de emancipação. Há portanto uma espécie de contradição entre a luta anticolonial e a construção nacionalista caboverdiana, pois tiveram que decidir que não importava se eram ou não caboverdianos, diante de um desafio maior que era vencer um inimigo externo comum. Isso destoava daquilo que se concebe como base para o nacionalismo.

Como vimos anteriormente, as reivindicações nacionalistas seguem uma estratégia de potencializar os vínculos subjetivos ou objetivos, podendo ser eles políticos, étnicos, culturais, históricos, geográficos, etc., capazes de garantir consistência ao projeto nacionalista, permitindo assim ver-se a si mesmo em alteridade com os demais ou outros. A contradição em Cabo Verde é o parcial esquecimento do “nós”, para permitir alavancar a marcha nacionalista, a qual se inicia com a busca de uma unidade externa, neste caso com os guineenses, ao invés da exploração dos vínculos internos.

Considerando o intervalo entre o final do século XIX e o desenrolar do século XX, quanto ao desenvolvimento e o avanço da elite letrada em Cabo Verde, vimos que o ponto de partida foi a busca ou reconhecimento de uma identidade étnica, até chegar a uma identidade nacional. Assim fomos da geração composta por nomes como Eugénio Tavares e Pedro Monteiro Cardoso, que despertaram justamente o “sentimento nativista” no arquipélago (o qual nos anos 1960 teriam um reconhecimento por parte da auto-intitulada “moderna geração” pelo fato de terem

reclamado um “estatuto de igualdade”), passando pelo pensamento “regionalista” da geração da *Claridade*, a qual reivindicou uma “diferenciação regional”, até chegar por fim, a “afirmação nacionalista” com a geração de Cabral, a qual passou a exigir a “autonomia política”.

Esse foi um processo gradativo, em que todas as gerações se sucederam e retomaram, cada vez com maior empenho, a defesa pela autonomia do arquipélago. No que tange a *Revista Claridade* as questões identitárias e nacionalistas foram levadas em conta, até o limite do possível em sua época. Teríamos então o “trinômio” nativismo/regionalismo/nacionalismo como etapas de uma luta contínua que culminaria com a afirmação de uma identidade nacional em Cabo Verde, resultado de um intenso e sucessivo esforço e militância das elites letradas do arquipélago, fossem elas anteriores, contemporâneas ou posteriores aquela revista.

No segundo capítulo abordaremos a intervenção de Onésimo Silveira, a sua contribuição para a história do arquipélago, com o objetivo de evidenciar a sua importância, o seu significado e o seu alcance político. Veremos como a geração de intelectuais ligadas a Amílcar Cabral, com destaque para o próprio Silveira, atuou e contribuiu com seu empenho na defesa dos cabo-verdianos contra a opressão colonial portuguesa, desencadeando um movimento anti-colonial capaz de conduzir a colônia à independência, deixando às novas gerações um legado tanto político quanto cultural, que permitiu-lhes assegurar a continuidade da luta pela preservação e afirmação da sua identidade nacional, em um Cabo Verde livre e autônomo.

2 A REAFRICANIZAÇÃO ATRAVÉS DA “CONSCIENCIALIZAÇÃO NA LITERATURA CABOVERDIANA”³⁷

Neste segundo capítulo vamos dar a conhecer alguns detalhes importantes do contexto que antecedeu a independência de Cabo Verde, e o modo como Onésimo Silveira participou e esteve inserido neste mesmo contexto. Partindo da realidade do pós-guerra, destacaremos a importância e o impacto que a criação da Casa dos Estudantes do Império (CEI) teve para a luta de descolonização, como um espaço que facilitou não só a aproximação entre os estudantes das diferentes colônias africanas de Portugal, como também para a circulação de ideias como a negritude e o pan-africanismo, as quais foram decisivas na formação do pensamento de Amílcar Cabral, sua geração e a geração que lhe seguiu, resultando numa ideologia capaz de promover a mobilização de pessoas e que resultou na independência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Onésimo Silveira se destaca em Cabo Verde inicialmente na condição de aluno do Liceu Gil Eanes, época na qual participa e colabora com a publicação do “*Boletim dos alunos do Liceu Gil Eanes*”, em março de 1959 e depois em 1963, quando na condição de morador da CEI publica o ensaio que o tornaria famoso, “*Consciencialização na literatura caboverdiana*”. Tendo-se filiado ao PAIGC e rumado para a Suécia, onde obteria o seu doutoramento, torna-se, por escolha direta de Amílcar Cabral, o representante do partido para os países escandinavos, tendo cumprido essa missão com distinção, como veremos ao longo deste capítulo. Em sua obra sobre os bastidores da independência, José Vicente Lopes o chama de

³⁷ No recém-publicado livro de José Vicente Lopes, “*Onésimo Silveira Uma Vida, Um Mar de Histórias*”, o qual não tivemos acesso para complementar a pesquisa aqui apresentada, de acordo com informações disponibilizadas pelo professor Manuel Brito-Semedo em seu blog, Silveira faz uma revelação na página 79, informando que Manuel Duarte, o “Manecas”, teria sido co-autor da obra “*Consciencialização na Literatura Caboverdiana*”, fato este que não interfere em nada no que tange a análise da historicidade da mudança de posicionamento do autor em relação as raízes identitárias em Cabo Verde e do papel da *Revista Claridade*, uma vez que Onésimo Silveira assumiu para si a condição de autor da obra, tendo se manifestado publicamente inúmeras vezes para expor e defender as ideias nela apresentadas, e assim permaneceu ao longo dos últimos cinquenta anos. Disponível em: brito-semedo.blogs.sapo.cv/consciencializacao-na-literatura-540916, acesso em 30/Out/2016.

“o agitador das águas”, ao se referir a importância e ao papel de Onésimo Silveira para aquele momento da história de Cabo Verde.

2.1 AGITANDO AS ÁGUAS

Com o término da Segunda Guerra Mundial, ocorreram mudanças de fundo na política internacional, e com isso ficou favorecida a queda dos impérios coloniais, sobretudo despertando os povos africanos para a possibilidade de tomarem as rédeas do seu próprio destino político. É em meio a esse contexto que surge uma nova geração de intelectuais que longe de se acomodar às limitações e ao controle político imposto pelo Salarazismo, e ao discurso do nacionalismo lusitano, resolveram se posicionar apoiando os movimentos que reivindicavam a emancipação das até então colônias africanas. Foram principalmente os “então” universitários africanos residentes na metrópole que impulsionaram os movimentos de independência, buscando contribuir tanto no âmbito cultural quanto simbólico para a construção de uma ideologia que permitisse pensar em termos de um nacionalismo africano, de um modo consistente e coerente.

Foi assim que surgiu a necessidade de reunir e promover elementos que pudessem dar validade a uma ideia de africanidade, ajudando a demonstrar a legítima reivindicação à independência, mediante o reconhecimento dos elementos identitários africanos (com destaque para a reafricanização dos espíritos, proposta por Amílcar Cabral), o que fez com que os caboverdianos ficassem em uma situação desconfortável e conflitante. Era necessário obter o reconhecimento dos demais grupos africanos, obtendo sua integração nesse grupo, num franco dilema com toda a imagem identitária construída e propalada pelas gerações de intelectuais precedentes, sobretudo a da *Revista Claridade*. Um enorme desafio se desenhava no horizonte do pós-guerra: conciliar a identidade crioula, apontada como uma característica de superioridade na comparação com as demais colônias na África Negra, pois segundo as teorias do luso-tropicalismo comprovava a eficácia civilizadora e o sucesso da política colonial portuguesa. Em outras palavras, esse esforço implicava uma mobilização que exigia uma confrontação de caráter étnico, além de político, contra o elemento português. Fez-se necessário a partir de então, compatibilizar a caboverdianidade com a africanidade, e não mais com a

lusitanidade. E é nesse cenário que a obra de Onésimo Silveira alcançou grande destaque e proeminência, fomentando essa ruptura.

Antes de se voltar contra seus predecessores, como faria nos anos 1960, Silveira passa pela experiência de ir para as roças de São Tomé, e como fruto dessa vivência ele publica nas páginas da *Revista Claridade*, no ano de 1958, um de seus primeiros poemas, intitulado “Saga”, no qual podemos perceber um tom de revolta contra a situação a que estavam submetidos os ilhéus, uma poesia que já clamava em cada verso, em cada palavra, pela necessária consciencialização, sem a qual nenhuma transformação dessa realidade poderia ser obtida:

No momento patético e jubiloso do desembarque, o cais da Alfândega sorri invisível e imaterial para os seus filhos e as almas do cativo de S. Vicente abrem os braços fraternos para receber as vítimas inocentes da liberdade...

O verdadeiro sentimento de pesar bóia na máscara do povo e são significativas e puras as lágrimas vertidas...

O amor é tão apaixonante e febril e comovente como o da mãe que resgata o filho às garras da maldição. O espetáculo porém é banal e só aos pobres e à atenção devassadora dos contratadores afecta...

Esses órfãos que voltam ao regaço hostil da terra madrasta a arrastar os farrapos do seu corpo consumido nas roças de S. Tomé. Esses pigmeus que foram em busca de remédio para a desgraça e trazem a certeza mordaz da desgraça irremediável.

Esses escorraçados do destino que foram matar a fome e regressaram com insaciável sede e fome de justiça...

- Esses são indubitavelmente os nossos filhos... São ciganos da sujeição trágica das nossas ilhas. Essas crianças que curvam as costas às nossas mulheres não são as que foram, porque essas não sobreviveram... São o fruto da felicidade negra das senzalas a mercadoria que um “moçambique”, um “angola” ou um “tonga” qualquer comprou ao sexo barato e vegetante de nossas mães...

Caminho longe, caminho longe e sem fim a transbordar de miragens e ilusões... Estrada de sangue, fantasmas e irrealidades levou os nossos filhos na plenitude da sua tragédia e devolveu-os à nossa eterna provocação...

(SILVEIRA, apud ROCHA, 2010, p. 32).

Canções como “Sodade”, imortalizada na voz de Cesária Évora, também aludem à dura realidade a que estiveram submetidos os caboverdianos que viram-se obrigados a emigrar para as roças em São Tomé e Príncipe. Eram os “contratados”, mediante os quais se contornava o fim da escravidão, e devido às secas cíclicas que Cabo Verde sempre atravessou, milhares de caboverdianos emigraram tentando escapar à fome e à miséria. As condições adversas de fome, especialmente na década de 1940, facilitaram aos colonos portugueses encontrar, na contratação de

caboverdianos, uma fonte quase inesgotável de recursos de mão-de-obra³⁸. Os emigrantes contratados viam no contrato uma esperança e uma oportunidade de fugir da dura situação a que estavam submetidos, e o poema *Saga* denuncia essa situação de um modo claro e incisivo.

O ano de 1963 foi um ano decisivo para o jovem Onésimo, e o encontrou inicialmente em Lisboa, onde como morador da Casa dos Estudantes do Império publicou o ensaio que o faria famoso: *Consciencialização na literatura caboverdiana*. Ainda neste mesmo ano, depois de já ter residido em São Tomé e Príncipe, Angola e Portugal, Onésimo Silveira chega de volta a ilha de São Vicente, com a residência imposta pela PIDE. Diante da vigilância estabelecida sobre ele, surge um plano para evacuá-lo de Cabo Verde, tendo por destino escolhido a Gâmbia. LOPES (1996) dá testemunho da relevância e importância da literatura produzida pelo jovem Onésimo Silveira, citando uma entrevista de Eurico Monteiro, caboverdiano militante do PAIGC preso na região da Foz do Cunene em Angola, cujo crime havia sido ter espalhado panfletos contendo versos de Ovídio Martins, Onésimo Silveira e do próprio Amílcar Cabral. Em outras palavras, neste momento o jovem nascido no Mindelo tinha assumido uma posição de protagonismo no cenário da descolonização de Cabo Verde. Esse atrevimento de Onésimo lhe custaria, ainda em 1963, uma intensa vigilância por parte da PIDE, tendo escapado de ser preso e possivelmente de ter ido parar no Tarrafal graças a ajuda de seus conterrâneos, em especial do já citado claridoso Jorge Barbosa:

Em 1963, com “*a coisa a espalhar-se*”, segundo Adriano Brito, chega também a S. Vicente, com a residência fixa imposta pela Pide, Onésimo Silveira, que já tinha estado em S. Tomé e Príncipe, Angola e Portugal, tendo aqui publicado na CEI o seu célebre ensaio **Consciencialização na literatura caboverdiana**. Logo surge um plano para o evacuar de Cabo Verde, por via marítima, para a Gâmbia. “*Ele esteve escondido na minha casa durante uma semana*”, revela Brito. “*O Lela Rodrigues, Fruzoni, António Neves e eu fizemos uma primeira tentativa, mas não foi possível...*”. A segunda, realizada um ano depois, foi bem sucedida, tendo viajado, clandestinamente, para a Alemanha. [...] Uma das pessoas que o ajudou a tentar fugir para Gâmbia foi o poeta Jorge Barbosa, precisamente o claridoso mais castigado em **Consciencialização...** (Lopes, 1996, p. 153-4).

³⁸ Para um aprofundamento do drama emigratório de Cabo Verde para São Tomé e Príncipe, sugerimos a consulta ao projeto “Herdeiros da Escravatura”, disponível em <http://herdeirosdaescravatura.com/>.

Para contextualizar o momento em que saiu a luz o ensaio de Onésimo Silveira, precisamos lembrar que no início da década de 1960 ocorreu uma forte proliferação de movimentos independentistas em todo o continente africano, e com isso uma consciência nacionalista foi se manifestando na medida em que diferentes agentes políticos passaram a atuar fortemente em prol do fim do colonialismo, em especial o colonialismo português, e isso levou ao engajamento de muitos escritores, permitindo um reforço ideológico que conduzia a luta e era possível graças ao percurso transnacional de ideias, o qual foi facilitado pela nação colonizadora, através do acesso de uma elite letrada aos estudos superiores direto na metrópole. Assim não somente ideias, mas também a percepção de interesses comuns foi viável e possível graças especialmente, pela passagem na Casa de Estudantes do Império, sobretudo em Lisboa. Pouco a pouco essa elite intelectual africana foi se dispondo de forma consciente, a usar o recurso da palavra para construir e divulgar estratégias de defesa e autodeterminação, colocando-se no centro das atenções a discussão sobre as identidades como ponto crucial das teses nacionalistas. Foi sem dúvida alguma o uso da literatura que abriu passagem a mensagens, até então contidas, de contestação ao regime salazarista e com isso permitiu alargar e promover a discussão de projetos identitários.

Fernandes (2006) destaca que numa altura em que entre os africanos da CEI as atenções voltavam-se com particular interesse para a questão da reabilitação dos valores negro-africanos, implicando para isso, um retorno às origens, a situação dos caboverdianos era muito singular, já que teoricamente, em Cabo Verde, não parecia se justificar e nem ser factível executar um programa de retorno às origens ou de resgate da africanidade. Em especial devido ao fenômeno da criouliização e da mestiçagem, não haviam, teoricamente, condições práticas que permitissem resgatar uma cultura pré-colonial para confrontá-la com o “corpus doutrinário e o código valorativo etnocêntrico” do colonialismo. Sendo assim, a questão urgente era responder como desencadear uma luta visando a emancipação de Cabo Verde, já que ali a etnia perdia sua eficácia como suporte de mobilização. Amílcar Cabral de certo modo resolveu o problema, pois uma vez percebida a impossibilidade de se aplicar em Cabo Verde a mesma ideologia aplicada em países como a Guiné Bissau, Moçambique ou Angola, era preciso formular a questão em termos políticos e ideológicos:

A partir dos meados da década de cinquenta e sessenta, um forte apelo dos próprios meios estudantis metropolitanos encaminha a jovem elite nativa das colónias portuguesas de África ao campo da produção ideológica. Se a produção literária permanece altamente prestigiada, sua lógica passa a estar mais do que nunca subordinada à demanda cada vez mais urgente de definição da identidade nacional. Se as lógicas políticas e literárias sempre estiveram mescladas em Cabo Verde, nunca foi com tanto predomínio da lógica política sobre a produção literária (ANJOS, 2006, p.130).

Laranjeira (1992) sublinha o fato de que nos anos 1960 os movimentos de libertação nacional tiveram que passar para a luta armada e para uma prática política de enfrentamento, e que isso acabou exigindo da produção literária da época uma atitude diferente, levando a um posicionamento distinto que mudou as temáticas e as abordagens usadas pelos intelectuais que produziam essa literatura. Entretanto, em sua opinião, houve um excesso por parte de alguns autores, em especial do próprio Onésimo Silveira, ao exigir um acerto de contas com o passado, sem levar em conta o rigor histórico e estético:

Assim aconteceu com o caboverdiano Onésimo Silveira, que, num trabalho publicado pela Casa dos Estudantes do Império (em Lisboa) e traduzido pela *Présence Africaine*, criticou asperamente a geração da Claridade, exigindo-lhe que, trinta anos atrás e em condições adversas, fosse negroíde, *engagé* e nacionalista segundo um padrão somente possível a partir dos anos 50, trabalho esse obnubilado pela limitação ideológica e a militância política, mas que teve grande acolhimento (LARANJEIRA, 1992, p.29).

Por outro lado, Anjos (2006) propõe e encara com muito mais naturalidade esse novo momento de conscientização por parte dos intelectuais caboverdianos. Para ele, não é o intelectual que leva a consciência ao povo, e sim em realidade essa consciência brota naturalmente a partir da convivência com o povo, na medida em que se percebe a sua miséria. Esse engajamento político na realidade seria um abrir de olhos, a partir dessa tomada de consciência de uma realidade de miséria que passa a ser reconhecida como associada à subalternidade. Nasce assim uma atitude de contestação a esse *status quo*, e que se dispõe a reivindicar liberdade. São, portanto, intelectuais engajados politicamente e que assumem uma posição de intermediadores do povo caboverdiano:

A revolta intelectual é portanto manifestação de uma consciência colectiva. A revolta estaria presente, antes de mais nada, na própria constituição do cabo-verdiano, em seu ser colectivo. Essa associação entre Cabo Verde e a revolta é o que essa fase pós-*claridade* de intermediação intelectual carrega de novo (ANJOS, 2006, p. 188).

Neto (2009), em meio ao intenso debate, que ele mesmo reconhece existir ao comparar as posições antagônicas das publicações mais recentes sobre o poema³⁹, destaca a falta de consenso quanto ao significado da mensagem dos claridosos, e cita aspectos básicos das críticas sofridas pelos mesmos:

Fundamentalmente, censuraram-se três aspectos. Em primeiro lugar, *Claridade* teria privilegiado a componente cultural europeia do arquipélago, remetendo o substrato africano para o papel de “ornamentação” exótica do natural. Em segundo – e em estreita correspondência –, a revista de S. Vicente menosprezara a ilha de Santiago, a “mais” africana de todas, considerando-a uma experiência que ficara a meio caminho da “paradigmática” mestiçagem étnico-cultural levada a cabo nas ilhas de Barlavento. Terceiro aspecto: a obra literária “claridosa” não passaria de “literatura de exportação”, pouco autêntica e representativa do arquipélago, tendo como único objetivo “agradar” à metrópole, esboçando um tímido protesto na senda de melhores condições de vida (NETO, 2009, p. 93).

Fernandes (2006) diz que apelar ao evasimismo⁴⁰ como uma forma de caracterizar a realidade social de Cabo Verde é algo fortemente criticado pelos intelectuais da geração da qual Onésimo faz parte, por ser uma simplificação arbitrária que oferece uma imagem estereotipada do homem caboverdiano, e acaba renunciando conscientemente a buscar as raízes tanto psicológicas como sociais do fato emigratório. O autor ao se referir a literatura produzida em Cabo Verde no início dos anos 1960, em especial a desenvolvida pelo grupo intitulado de “moderna geração”, que sucedeu a geração dos claridosos, ressalta a tônica anti-evasionista, que foi uma das principais características dessa geração, movida por uma necessidade de engajamento político e ideológico, identificados com os problemas da então colônia.

A partir da geração de Amílcar Cabral e da publicação do ensaio de Onésimo Silveira, podemos afirmar que estava aberta, em diferentes frentes, a luta anti-colonialista em Cabo Verde. Surge um projeto político novo, que é todo ele voltado

³⁹ Por um lado os trabalhos de Gabriel Fernandes e José Carlos Gomes dos Anjos, onde os Claridosos são analisados desde um ponto de vista bastante crítico, e por outro, em oposição, o de Manuel Brito-Semedo, que procura reconhecer o mérito da literatura produzida por eles. As três publicações citadas por Sérgio Neto são referidas neste capítulo e constam nas referências bibliográficas deste trabalho.

⁴⁰ Ao longo da pesquisa aqui realizada foi possível apurar que foi no terceiro número da *Revista Claridade*, publicado em 1937, em que Manuel Lopes retoma uma preocupação específica com os aspectos físicos do arquipélago e no modo como isso se reflete no comportamento do caboverdiano. A luta com a natureza e finalmente a necessidade de emigrar, dando origem então ao que viria a ser, no âmbito da produção literária dos claridosos, um dos maiores debates da literatura caboverdiana: o evasimismo. Objeto de crítica das gerações de poetas posteriores, especialmente de Onésimo Silveira.

para a luta contra o sistema, e para isso os traços culturais crioulos passam a ser reinterpretados e canalizados para justificar essa luta. Em outras palavras, as narrativas são deslocadas, passando a problematizar as questões políticas e ideológicas relativas a condição colonial e a luta pela emancipação da nação. O intelectual passa a ser um agente ativo nessa luta. Isso se traduz em um discurso novo, que se opõe ao evasionismo e orientação identitária lusitanista.

2.2 A CEI, A NEGRITUDE E O PAN-AFRICANISMO

Conforme Laranjeira (1995) foi a estreita convivência entre os africanos que estudavam nas universidades em Lisboa e Coimbra, os quais não apenas associavam-se entre si, senão que integravam-se com os portugueses (em especial com os do partido comunista), que facilitou o espírito de grupo, a conscientização política e à assimilação de uma cultura propícia ao espírito crítico. De tudo isso resultou a organização de um ideário nacionalista, que conduziu a reivindicação de um novo lugar para o negro africano, e ao mesmo tempo questionando o sistema colonial imposto por Portugal. A grande fonte de inspiração por trás desse ideário foram os movimentos da *Negritude*⁴¹ e do *Pan-Africanismo*⁴². Convém destacar o evidente caráter transnacional dessas relações estudantis, nas palavras do referido autor:

A interligação entre os que viviam em Portugal e os que ficavam nas colônias não deixava de propiciar um fervilhar cultural. Nasciam assim as primeiras publicações grupais e individualmente esparsas.

⁴¹ De acordo com Ribeiro (1998), a *Negritude* foi um movimento cultural e literário com fortes implicações ideológicas e políticas. Surgiu em meio aos descendentes da Antilhas francesas, atingindo a seguir aos estudantes das colônias africanas em Paris. O seu ponto central foi a restauração da dignidade do homem negro, por meio da recuperação de sua identidade e humanidade. Foi uma reação cultural ao escravismo e a dominação colonial. Entre os expoentes desse pensamento estão o poeta da Martinica Aimé Césaire (que cunhou o termo em 1935) e Léopold Senghor (patriarca da independência do Senegal). Apesar de suas raízes ligadas a França, a *Negritude* chegou aos Estados Unidos e a Portugal.

⁴² Segundo Ferro (1996), o movimento *Pan-Africano* foi por excelência a ideologia por trás da descolonização na África negra, tendo um papel determinante para a emancipação dos povos do continente negro. Assim como a *Negritude*, o *Pan-Africanismo* surge nas colônias do Caribe, porém dessa vez em colônias inglesas. Configurou-se como um movimento político e social cuja origem é bastante precoce, tendo sido realizada em Londres a “Conferência Pan-Africana de 1900”. O principal nome desse movimento foi o afrodescendente norte-americano William Edward Burghardt Dubois. Graças a ação direta de Dubois, organizaram-se congressos Pan-Africanos na Europa (1919, 1921 e 1923) e nos Estados Unidos (1927). Em 1945 o V Congresso Pan-Africano foi realizado com maciça participação de delegados africanos (em Manchester, Inglaterra).

Na Europa ou em África, acedia-se cada vez mais ao aprofundamento cultural, em que radica a Negritude.

Para além da atividade cultural tida como normal, incluindo leituras pessoais, os africanos escutavam a Rádio Moscou e a Estação Pirenaica da Rádio Espanha Independente, entre outras, e liam a imprensa comunista, obviamente de modo clandestino. O leque de leituras culturais e literárias era muito vasto, [...] (LARANJEIRA, 1995, p. 102).

Os intelectuais africanos oriundos das colônias portuguesas estavam na vanguarda dessa organização política, e serão responsáveis por mobilizar as massas em seus países de origem, de modo a tornar possível o processo de independência, mesmo que para isso tenha sido necessário recorrer a luta armada. Muitos partidos passam a organizar guerrilhas, tendo em vista as negativas do governo português em negociar⁴³. Sem dúvida alguma, esses líderes demonstram muita clareza em seus propósitos, e um profundo conhecimento das realidades locais, regionais e internacionais. É assim que temos como exemplo a fundação de partidos como o PAIGC (1956)⁴⁴, o MPLA (1960)⁴⁵ e a FRELIMO (1962)⁴⁶, dentre outros.

A criação da Casa dos Estudantes do Império (CEI)⁴⁷ foi de fundamental importância por tornar possível a existência de um espaço propício para a experiência transnacional, que culminou no despertar de um forte sentimento nacionalista entre estes estudantes, dando início posteriormente a luta anticolonial. Esse foi o local em que essa elite intelectual africana se associou, criando uma frente que congregava e inspirava nos africanos um espírito patriótico, fazendo com que discutissem a realidade das colônias e as possibilidades de obter a soberania de suas respectivas terras natal. Ali passaram a tomar consciência de suas identidades, discutindo-as e questionando suas origens. Em meio a essa convivência deu-se uma aproximação e intensas trocas culturais, originando uma forte rede de solidariedade entre estes estudantes:

⁴³ A opção pela luta armada e pela violência como recurso contra o colonialismo português já é, em si, como afirmamos anteriormente, uma amostra de influência da obra de Fanon em Cabral.

⁴⁴ António E. Duarte Silva, « Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC », *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 9 out. 2006, posto online no dia 27 maio 2014, consultado o 28 nov. 2015. URL: <http://cea.revues.org/1236>; DOI: 10.4000/cea.1236. Acesso em: 18 mar. 2016.

⁴⁵ Julião Soares Sousa, "MPLA: Da fundação ao reconhecimento por parte da OUA (1960-1968)", in *LATITUDES*, n° 28, dez. 2006.

⁴⁶ Fundação Mário Soares. Disponível em <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=036484>. Acesso em: 18 mar. 2016.

⁴⁷ Fundada, em Lisboa, em fins de 1944. Para maiores detalhes consultar Laranjeira, J. L. Pires. *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1995.

A partir de 1944, com a fundação da Casa dos Estudantes do Império Português (CEI), constituiu-se uma rede de estudantes das colônias portuguesas em Lisboa e Coimbra. Nesse ambiente circularam Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Marcelino dos Santos e Francisco Tenreiro, entre outros. Ali, até 1965 quando do seu fechamento, discutiu-se parte da produção pan-africana - sobretudo da negritude -, um conjunto de ideias como a democracia e antifascismo, o socialismo, a unidade africana e a independência, com a explícita condenação do colonialismo e do imperialismo.

A vitalidade de autores, como Léopold Senghor e Cheikh Anta Diop, alimentou os debates (criando entre eles uma certa animosidade) acerca da defesa dos valores tradicionais e da dimensão cultural da África e dos africanos. Com Senghor, ganharam centralidade questões como a redescoberta dos valores africanos, a importância da civilização africana, bem como a luta pela “dignidade do povo negro” na África e no mundo (FRANCO, 2009, p. 67).

Na CEI⁴⁸ foram organizados diversos eventos culturais, como saraus de poesia em que os representantes de cada país declamavam poesias, cantavam, tocavam e descreviam a realidade vivida em seus países de origem. Ainda em seu depoimento ao jornal *Nô Pintcha*, publicado em 1976 e anteriormente já referido, Mário Pinto de Andrade⁴⁹ atesta o despertar da geração intelectual da qual fazia parte⁵⁰. Andrade (1976) ainda aponta para uma clara diferenciação feita pelo Estado Salazarista português, que classificava os indivíduos nas categorias de “civilizado” ou “indígena”⁵¹.

Nas colônias portuguesas ainda sobrevivia a categoria indígena. Nós tínhamos o estatuto de civilizados, pois todo o indivíduo para ir à escola precisava ser batizado e obter um estatuto de civilizado (ANDRADE, 1976, p. 8).

⁴⁸ Sobre a CEI, sugerimos também o artigo “A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial”, de autoria de Cláudia Castelo. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2244>.

⁴⁹ Nasceu em 1928, na localidade de Golungo Alto, Angola. Em Luanda fez os estudos primários e concluiu os estudos secundários no Colégio das Beiras. Em 1948 partiu para Lisboa para estudar Filologia Clássica na Faculdade de Letras de Lisboa. Em 1954 mudou-se para Paris, onde conheceu outros círculos africanos. Foi chefe de redação da conceituada revista *Présence Africaine* e participou no 1.º Congresso de Escritores e Artistas Negros. É considerado um dos mais importantes ensaístas angolanos do século XX e tendo sido o primeiro africano de língua portuguesa a elaborar textos críticos e estético-doutrinários sobre a poesia africana lusófona. Faleceu em 1990 em Londres. Fonte: <http://nossomos.org/?p=410>. Acesso em: 18 mar. 2016.

⁵⁰ Mário de Andrade em sua entrevista ao *Nô Pintcha*, relata que estudaram o movimento da negritude na expressão literária de Senghor, Aimé Césaire, e também a literatura dos negros norte americanos, encontrando aí uma projeção da sua condição.

⁵¹ “Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das colônias portuguesas de África”, aprovado pelo Decreto nº 16.473, de 6 de fevereiro de 1929. De referir que os habitantes de Cabo Verde, de Macau e do Estado da Índia, embora frequentemente referidos como ‘indígenas’, nunca estiveram obrigados à inclemência do Indigenato.

Assim ficava nítida a posição de cunho racista por parte do Estado português, realidade essa que observada desde a metrópole produziu o despertar de um sentimento nacionalista nesta elite africana, o qual é direcionado para um projeto de identidade coletiva, que buscava suas raízes na África negra, e que levou-lhes a traçar estratégias para enfrentar o racismo português e as ações coloniais em seus países de origem:

Como éramos uma minoria, sentimos particularmente o desejo de defender os nossos compatriotas que a legislação portuguesa designou por indígenas. Numa primeira etapa, aquela franja de *assimilados*, de *civilizados*, toma de facto consciência que tem uma missão a cumprir junto da grande massa africana. Inicialmente, portanto, defendemos a própria noção de civilização, como uma noção que deve ser alargada a todo o mundo. Nós entendemos que não há povos sem civilização, que não há povos sem cultura. E o homem negro também deu uma contribuição à cultura universal. Existe culturalmente (Idem, *ibidem*, p. 8).

Essa verdadeira tomada de consciência resulta da experiência adquirida pela imersão neste “espaço social transnacional”, do qual a CEI em Lisboa é um dos maiores exemplos, e do qual derivou outro espaço ainda mais específico e focado no propósito a que esses jovens estudantes passaram a se dedicar: o Centro de Estudos Africanos, CEA. O CEA nasce em 1951 e dele emerge um discurso contra a exploração portuguesa na África, e que vai percorrer caminhos de norte a sul, desde as colônias até países distantes como a Suécia. Nesse contexto o projeto nacionalista africano proposto por Amílcar Cabral⁵², cuja primeira manifestação ideológica ficou conhecida como “*reafricanização dos espíritos*”⁵³, visou tirar os povos africanos da letargia característica da alienação a que estavam submetidos pelos colonizadores, redescobrimo e afirmando uma identidade africana, cuja noção

⁵² Esse projeto nacionalista estava diretamente ligado a revalorização da cultura dos povos africanos, sendo que para Cabral a própria luta de libertação nacional era um ato de cultura. Para ele “O valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro reside no facto de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada [...]” CABRAL. In SANCHES (Org.), 2011, p. 359. A revalorização da riqueza cultural da África aparece como caminho para a liberdade e para derrotar o colonialismo, justificando portanto a insistência pela “*reafricanização dos espíritos*”.

⁵³ Em seu artigo “A reaficanização dos espíritos na obra de Amílcar Cabral: sobre um depoimento de Mário Pinto de Andrade”, publicado na Revista África e Africanidades, Ano II – nº 12 – fev. 2011, Alfeu Sparemberger nos diz que Cabral analisa a posição do homem negro no mundo e a necessidade de uma conscientização política, tendo como resultado desta análise elaborado a sua ideologia que ficou conhecida como a “*reafricanização dos espíritos*”, objetivando romper com a assimilação cultural. Para ele, esta tomada de consciência é reflexo do contato com outros estudantes africanos, através das atividades realizadas tanto na CEI como no CEA, fundado em Lisboa, dentre outros, pelo próprio Amílcar Cabral e por Mário Pinto de Andrade.

se gestou partindo das ideias pan-africanistas, que como vimos assumiram ao longo do tempo contornos transnacionais.

Laranjeira (1995) afirma que os anos de 1951 a 1953 foram decisivos para a *Negritude* lusófona, pois foi o período em que o CEA funcionou, em paralelo com a CEI:

À margem da CEI (cf. Mondlane, in *Lutar por Moçambique*), formou-se o Centro de Estudos Africanos, que funcionou semanalmente, aos domingos, durante dois anos (provavelmente entre agosto de 1951 e o segundo semestre de 1953), em regime de seminário, numa sala do nº 37 da rua do Actor Vale (cf. Andrade, 1980: 43), na casa de Arlindo Espírito Santo, de São Tomé [...] A primeira sessão ocorreu em 21 de outubro de 1951, a cargo de Francisco José Tenreiro, subordinada ao tema da estrutura geográfica do continente africano (LARANJEIRA, 1995, pg. 111).

Enquanto esteve funcionando, o CEA passou a ser uma referência, onde foram promovidas reuniões específicas que levaram a organização política de toda uma geração de estudantes, sob a influência de Amílcar Cabral. Foi um espaço no qual ocorre uma profunda tomada de consciência de tudo que era próprio da África, o que culminou mais tarde nas lutas pelas independências nacionais:

Nessa fase estudamos profundamente a África. Os debates incluíam temas de geografia física, humana, etnografia, linguística, antropologia. Interpretávamos os problemas africanos e do mundo negro. (ANDRADE, 1976, p.8).

Observando sob o prisma do transnacionalismo podemos perceber a sintonia entre todos os movimentos que se organizaram nas diferentes colônias, que se articularam a partir dessas ideias que circularam de um lado ao outro do Atlântico, indo desde os Estados Unidos até a Europa e retornando ao continente africano. Após uma reunião realizada em Paris, foi criado em 1957 um movimento de caráter transnacional, chamado de Movimento Anticolonialista (MAC), formado pelos indivíduos que viriam a ser membros do MPLA, do PAIGC, de nacionalistas de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, com o objetivo de estabelecer um programa de ação e uma estratégia comum para a luta nos países nele representados. Leila Hernandez reforça essa característica do MAC:

A disposição de somar esforços anima o encontro, em dezembro de 1957, em Paris, de Lúcio Lara, Mário de Andrade e Viriato Cruz, como representantes de Angola; Amílcar Cabral, de Guiné e Cabo Verde; Guilherme do Espírito Santo, de São Tomé e Príncipe; e Marcelino dos Santos, de Moçambique. Trata-se de uma reunião para o desenvolvimento de luta nas Províncias Ultramarinas Portuguesas, da qual acaba resultando a criação do Movimento

Anticolonialista. O MAC é uma organização ilegal e conta com o apoio do Partido Comunista Português, que por ocasião do V Congresso, em 1957, refuta o colonialismo (HERNANDES, 2002, pg. 163).

Segundo o pensamento de Amílcar Cabral, expresso no manifesto do MAC⁵⁴, essa organização demonstra que o nacionalismo africano supera a sua fase de adormecimento e encontra uma via contestatória e libertária. Hernandez (2002) afirma que foi a FRAIN que coube o maior e mais intenso trabalho junto a opinião pública internacional levando ao repúdio do regime colonial. Assim o ano de 1960 ficou conhecido como o “Ano de Libertação da África”. Há uma grande sintonia entre os intelectuais que levaram a cabo o esforço de libertação, inclusive pegando em armas, em relação a todos os foros de discussão possíveis. Uma intensa circulação de ideias segue sendo perceptível, sobretudo ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970. O “nascimento” do terceiro mundo, a partir da Conferência de Bandung, é um exemplo da aproximação entre África e Ásia neste zênite da descolonização.

2.3 A RELAÇÃO COM AMÍLCAR CABRAL E O PAIGC

Neste novo contexto, no qual a política, e não mais a cultura, é o que passa a nortear a luta e os discursos emancipatórios, os caboverdianos são forçados a não se conceberem mais a partir de dentro, de especificidade cultural, mas sim a partir de fora, de uma condição compartilhada enquanto africanos e colonizados. Assim se entende que o projeto de unidade com a Guiné-Bissau tenha ganhado força e consistência política: com vistas a criar condições para no plano externo, poder abrir uma frente de luta anticolonial panafricana. A unidade com a Guiné-Bissau evitou dispersar recursos e possibilitou abrir uma frente ampla de solidariedades horizontais⁵⁵. Aristides Pereira⁵⁶, então Secretário-Geral do PAIGC, relembra em 1976, os detalhes e pormenores da fundação do partido vinte anos antes:

⁵⁴ A Fundação Mário Soares disponibiliza o acesso por via digital a um amplo acervo, contendo 94 documentos referentes à transformação ocorrida em 1960, por ocasião da II Conferência dos Povos Africanos (na Tunísia) do MAC em Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional das Colônias Portuguesas, a FRAIN. Um novo e importante passo estava sendo dado, rumo as independências das colônias africanas de língua portuguesa.

⁵⁵ Demonstrando uma grande aptidão política, e sob influência do ideário pan-africanista, Amílcar Cabral propôs que o sucesso do movimento nacionalista só seria possível se ocorresse uma aliança

Desde a primeira hora de sua existência, o PAIGC definiu-se como um instrumento-base para o desenvolvimento da luta de libertação nacional do povo da Guiné e Cabo Verde e para o progresso das nossas terras. Fruto da reflexão amadurecida de um punhado de jovens nacionalistas, a ideia da criação do nosso glorioso Partido traduzia as aspirações ainda informadas das massas populares a viverem uma era de justiça social, com o termo da desenfreada exploração, exercida impunemente pelo colonialismo mais bárbaro e anacrônico: o colonialismo português. Com efeito, nesses anos recuados da década de 50, o povo da Guiné e de Cabo Verde, humilhado e ofendido na sua dignidade humana de africano, encontrava-se no limite da escravidão.

Transformar essas realidades tangíveis, pela *conscientização* das camadas sociais face ao sistema colonial português; fazer apreender a necessidade e o interesse objetivo de resolver a contradição principal opondo essas camadas ao domínio estrangeiro, assim se nos apresentou a tarefa a realizar urgentemente. Contudo, a Guiné dita “portuguesa” não dispunha de nenhuma das classes que foram os motores de processos revolucionários noutras regiões do mundo: o proletariado ou mesmo uma classe camponesa privada da terra. Cabia-nos, portanto, definir uma estratégia de luta, de acordo com a nossa situação específica, em harmonia com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, e tendo em consideração as duas comunidades, historicamente irmanadas por laços seculares de sangue e de cultura.

É esse esforço de análise objetiva que modelou a originalidade de uma experiência revolucionária, no âmbito africano, e permitiu antever as etapas que tivemos de percorrer ao longo de duas décadas, para *existir* plenamente o povo da Guiné e Cabo Verde, no concerto das nações livres do mundo.

Há vinte anos, precisamente, no termo daquele crepúsculo do dia 19 de Setembro de 1956, nenhum de nós podia conceber toda a dimensão histórica do ato que cumpríamos, no momento em que seis filhos da Guiné e de Cabo Verde, fundando o Partido Africano da Independência, se empenhavam em extinguir para sempre a tenebrosa noite colonial que envolvia as nossas terras (PEREIRA, 1976, p.3).

Canêdo (1998) chama atenção justamente para o fato de que o instrumento usado pelas sociedades colonizadas para conquistar a independência teve seu modelo copiado a partir da experiência adquirida na Europa: o partido político. Cabe lembrar que os partidos políticos da forma como existem hoje surgem ao longo da primeira metade do século XX, são portanto uma criação recente⁵⁷. As elites intelectuais africanas, educadas em suas respectivas metrópoles, reconheceram

entre os povos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, nascendo daí a proposta da unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, defendendo que do contrário seria inviável colocar um fim ao jugo colonial.

⁵⁶ Aristides Pereira foi um dos fundadores do PAIGC e em 1973, assumiu o cargo de Secretário Geral do partido em Conakri. Conquistada a independência, em 1975, Aristides Pereira tornou-se o primeiro Presidente da República de Cabo Verde. Permaneceu na Presidência da República até 1991. Faleceu em 2011, aos 87 anos.

⁵⁷ Para um aprofundamento dessa questão, ver o capítulo “Do individualismo à democracia das massas” em Barraclough, G. *Introdução à história contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

neste instrumento a possibilidade de organizar a população para a luta contra os colonizadores. O nacionalismo, promovido por meio dos partidos políticos, passa a representar a aspiração dos colonizados, na sua condição de povo submetido à opressão e humilhação. Levantou-se daí uma mensagem de resistência, uma força capaz de mobilizar as massas contra o agressor. Foi uma forma de responder concretamente ao grande problema, que era nada mais nada menos que expulsar o inimigo estrangeiro:

O antagonismo entre a situação de africanos explorados e a imposição de uma assimilação são inconciliáveis. Os estudantes ressentem essa realidade como um dilema que é preciso resolver. Por um lado, são africanos, assimilam a cultura portuguesa e é-lhes imposta a cidadania portuguesa. Ao mesmo tempo são homens capazes de adquirir uma preparação intelectual e cultural avançada. Esse antagonismo gera o conflito: ou entram no caminho de uma ascensão social individual, para serem bons médicos, bons advogados, bons técnicos ou então são pessoas que vão utilizar a sua capacidade intelectual e a sua profissão para servir a grande massa (ANDRADE, 1976, p. 8).

Segundo M'bokolo (2011) os partidos políticos na África, mesmo tendo uma estrutura organizativa fraca, serviram de instrumento para a expansão do nacionalismo. Ainda que seja verdade que os partidos políticos tiveram uma importância fundamental na organização e luta pela descolonização, é também necessário lembrar que a estrutura dos mesmos foi inicialmente precária, pois os mesmos originam-se na clandestinidade. E dessa situação de clandestinidade eles emergem como veículos que representam os interesses dos povos das colônias, em busca da independência e de melhores condições de vida, baseados na ideia de garantia dos direitos humanos, igualdade, cidadania e liberdade.

Baumer (1977) chama atenção para o fato de que na teoria de Lenin, a ênfase foi mudada do proletariado para uma vanguarda de classe mais revolucionária, ou seja, para o Partido organizado. E esta mudança tinha consequências importantes. Essa foi uma teoria incorporada pelas elites intelectuais africanas em sua luta, especialmente no pensamento político de Amílcar Cabral, com a insistência na doutrina do Partido como único meio capaz de lograr os objetivos finais da luta africana. Cabral assimila o conceito de “práxis”⁵⁸, pois

⁵⁸ Em BAUMER (1977), vemos que *práxis* tinha como significado a capacidade do proletariado, na medida que aumentava a sua própria consciência de classe, para participar na história e transformá-la. Neste caso concreto, sob influência de Fanon, é o povo colonizado que ocupa o lugar destinado ao proletariado.

acreditava e propagava a ideia de que o proletariado tinha a capacidade de participar e transformar a história.

O primeiro grande rompimento entre Onésimo Silveira e o partido foi em fins de 1972, início de 1973. Segundo depoimento/notas⁵⁹ de visita de Aristides Pereira, que visitou Estocolmo no início de Janeiro de 1973, o afastamento de Silveira foi uma “*medida disciplinar*”, motivada pelo fato deste não ter viajado para a Guiné, para debates com o PAIGC. Pereira, entretanto, afirmou em seu depoimento que o movimento estava muito satisfeito com o trabalho feito por Silveira na Suécia. Em resumo, quanto à representação do PAIGC na Suécia, o posto foi assumido posteriormente por Gil Fernandes, sem maiores problemas para o relacionamento entre os personagens envolvidos.

Durante o ano de 1974, Onésimo Silveira esteve na Inglaterra, onde realizou parte do trabalho de sua tese de doutoramento, tendo realizado pesquisas na Universidade de Oxford e na Universidade de Londres. Em maio deste ano participou de algumas reuniões, onde outras lideranças políticas ligadas a Cabo Verde tentam sem sucesso fazer aportes ou sugestões aos líderes do PAIGC que também estiveram na capital inglesa, onde se reuniram com autoridades portuguesas, acertando os detalhes finais da independência de Cabo Verde, porém sem sucesso. Silveira diz que sua intenção era chamar atenção dos dirigentes do PAIGC para a necessidade de ter outras sensibilidades que não apenas as da força política deste partido. Mas esclarece: “*Rejeitaram este conselho. Era a ética do triunfalismo. Na verdade, o PAIGC já tinha mostrado o seu caráter de partido único, como também a sua intolerância*” (LOPES,1996, p. 316). Silveira encontrava-se então num dos seus vários períodos de dissidência em relação ao partido, mantendo contato com alguns dos seus antigos companheiros.

Em 25 de abril de 1974, em plena Revolução dos Cravos, Silveira seguia como um dissidente do PAIGC. Ainda em sua entrevista a José Vicente Lopes, Onésimo Silveira afirma que deixou o PAIGC naquela altura (início dos anos 1970, logo depois do assassinato de Amílcar Cabral) em razão do projeto de unidade Guiné - Cabo Verde. Em junho de 1974 publica um artigo no jornal *Le Monde Diplomatique*, o qual também repercute em outros jornais, americanos e europeus,

⁵⁹ Fonte: Anders Möllander: Memorando Minnesanteckningar från besök, 02 jan. 1973. Notas da visita de Aristides Pereira, Estocolmo, 4 de Janeiro de 1973. Maiores detalhes podem ser obtidos na já citada tese de doutoramento de Tor Sellström.

consumando publicamente a sua ruptura com o PAIGC: “Le particularisme des îles du Cap Vert et l’unité nationale”. Nesse artigo Onésimo Silveira analisa as causas que levaram ao assassinato de Amílcar Cabral e os problemas decorrentes da insistência do projeto de unidade:

“O golpe na Guiné veio dar-me razão”, acrescenta Silveira. “Eu estava em Luanda. No dia em que chegou a notícia, o Baró chorou, emocionado. Disse-me: ‘Ó Coxo, tu tinhas razão’. Só que nenhum deles me quis fazer justiça. Sempre fui crítico em relação à unidade orgânica dos dois países. Eu era, sim, a favor da unidade de luta. Depois da independência cada um deveria ir cuidar da sua vida” (LOPES, 1996, p. 454).

Ao todo, teriam sido três as vezes que Silveira rompeu com o partido:

“Temos todos uma dívida para com o PAIGC”, sublinha. “A independência custou caro. A malta que vivia naquelas zonas libertadas da Guiné vivia mal. Mas é pena que o PAIGC tenha pensado sempre em libertação e não na liberdade. E quanto ao facto de eu ter entrado e saído três vezes do PAIGC, na verdade, entrei e saí mais de três vezes. Quando as coisas corriam mal, em termos de direitos humanos, eu saía. E isso porque sempre pensei que quando estou do melhor lado os outros não são melhores do que eu. Fui do PAIGC desde a primeira hora. Infelizmente, o PAIGC desiludiu-me várias vezes. Uma delas foi quando ouvi notícias de pessoas que tinham sido fuziladas após o assassinato de Cabral. Houve pessoas que eram minhas amigas e que eu não acreditava que pudessem estar implicadas na morte de Cabral. Toda gente sabia que a unidade era uma coisa que não dava. Bastava conversar com qualquer pessoa em Conakry. Uma vez o Osvaldo [Lopes da Silva] levantou o problema e o Luís Cabral comentou comigo nestes termos: ‘O Osvaldo está muito atrevidinho’. No dia em que mataram o Amílcar, o Abílio telefonou-me da RDA para a Suécia a dizer-me: ‘Não ponhas os pés na Guiné, porque Cabo Verde precisa de ti’. Não havia vez em que eu não fosse a Guiné que ele, a Dulce e eu não passássemos o tempo a conversar sobre todas as coisas que aconteciam no interior do PAIGC” (LOPES, 1996, p.455).

A aproximação entre Onésimo Silveira e Amílcar Cabral foi relativamente curta (cronologicamente falando), em função do assassinato de Cabral, porém considerando aquilo que temos de documentação, seja em depoimentos do primeiro e de pessoas que conviveram com ambos, ou ainda com base nos documentos disponibilizados pela Fundação Mário Soares, foi uma relação importante e de respeito mútuo. De acordo com o próprio Silveira, durante sua longa entrevista a José Vicente Lopes, foi após morar 3 anos na China e ter sido tradutor das obras de Mao Tsé Tung, que ele encontrou Amílcar Cabral em um avião durante uma viagem e conversaram. Um pouco depois desse encontro Cabral lembra-se de Onésimo, e aproveitando a presença deste na Suécia, o convida para ser o primeiro

representante do partido naquele país, onde o mesmo cumpriu essa estratégica tarefa. Em documento intitulado “Missão do Camarada Onésimo Silveira à Suécia e a Escandinávia em geral”⁶⁰, encontramos o roteiro de ações traçadas por Cabral e Onésimo, em reunião realizada em 19 de agosto de 1968:

- 1 – Contato com entidades (individuais ou coletivas) ligadas às autoridades governamentais e aos partidos no poder.
 - 2 – Contato com todas as esferas anti-colonialistas, quaisquer que sejam as suas tendências políticas. Evitar que os extremistas sejam os mais ligados à nossa presença.
 - 3 – Contato com as organizações humanitárias que poderão interessar-se em ajudar-nos.
 - 4 – Informação à imprensa, rádio, televisão e outros meios de informação, para propaganda e esclarecimento sobre a luta.
 - 5 – Sondagem para criação dum Comitê de Soutien ao P.A.I.G.C. – englobando gente eficaz, de todas tendências.
 - 6 – Conferências, palestras e outras atividades entre as organizações anti-colonialistas jovens, de estudantes e outras esferas sociais, para informação sobre a situação [...] da luta e sobre as nossas necessidades.
 - 7 – Preparação duma visita duma delegação do P.A.I.G.C. no próximo Outono. Visita a [...] por gente de preferência ligada ao Governo ou não marcada como sendo extremista. Possibilidades de bilhetes ida-volta para uma delegação de 2 pessoas. Prever exposição de fotos e projeção de filmes.
- (1968), "Missão de Onésimo Silveira à Suécia, Escandinávia e Bélgica", CasaComum.org, Disponível para consulta em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_41905 (2016-4-6).

Em sua entrevista Silveira também faz duras críticas ao endeusamento de Amílcar Cabral dentro do PAIGC, denunciando o fato de muitos companheiros chegarem ao cúmulo de afirmar que não precisavam pensar pois Cabral pensava por eles. O trabalho realizado por Lopes é revelador quanto a relação tumultuada entre Onésimo e o PAIGC, com períodos de dissidência e de reconciliação, com esforços de ambas as partes, como podemos ver na fala de Abílio Duarte, também em entrevista a José Vicente Lopes:

“Por proposta minha decidimos contatar todos os nacionalistas caboverdianos que, por algum motivo ou outro, se tivessem afastado do partido, e com isso levar adiante a luta em Cabo Verde. Tratava-se de uma pessoa inteligente, por quem Cabral nutria algum respeito; tinha sido representante do PAIGC nos países escandinavos, teve uma atividade útil na mobilização da opinião pública e dos próprios governos desses países” (LOPES, 1996, p. 453).

⁶⁰ Pertencente ao fundo DAC (Documentos de Amílcar Cabral) datado de 19 de agosto de 1968, disponibilizado para consulta on-line pela Fundação Mário Soares.

As críticas de Onésimo Silveira não recaem diretamente sobre Cabral, e sim sobre o posicionamento de muitas pessoas de sua geração e da seguinte, ao adotarem uma postura de submissão e ausência de crítica as ideias e propostas de Amílcar Cabral. Podemos supor que este último, como homem inteligente que era, não devia ignorar esse comportamento ou atitude da maioria daqueles que o cercavam, então a crítica de Silveira chega até Cabral, mas de modo indireto.

2.4 A REPRESENTAÇÃO DO PAIGC NA ESCANDINÁVIA

Sellström (2008) nos relata que em 13 de Dezembro de 1968 ocorre um encontro organizado por Onésimo Silveira, reunindo Amílcar Cabral e C. H. Hermansson, secretário geral do Partido de Esquerda Comunista da Suécia. De acordo com Silveira, enquanto fora representante permanente do PAIGC na Suécia, os contatos com os partidos comunistas do Ocidente foram diminutos, devido ao fato do PAIGC não queria “imiscuir-se nas suas lutas”. O Partido Social Democrata e o PAIGC já tinham entabulado contatos antes dessa visita de Cabral à Suécia ocorrer, no final de 1968. Anteriormente, nesse mesmo ano, o partido que governava a Suécia naquele momento, doou 10.000 coroas suecas ao movimento de libertação, dinheiro esse retirado do Fundo Internacional para a Solidariedade, que havia sido criado em outubro de 1967. Tinham também sido feitos contatos estreitos entre as partes, por intermédio e articulação de Onésimo Silveira, que vivia e estudava em Uppsala, com o “Comitê da África Austral” dessa cidade universitária. Esses contatos levaram o movimento sueco para a Solidariedade a apoiar o PAIGC. Em meados de 1968, foi enviada uma unidade de raios-x para o PAIGC em Conakri, com a ajuda do comitê. O próprio Amílcar Cabral visitou também Uppsala durante a sua estadia na Suécia, comparecendo numa reunião pública co-organizada pelo Comitê da África do Sul, a Associação Social Democrata Laboremus, a Associação de Estudantes de Verdandi e a Liga da Juventude do Partido de Esquerda (VUF). A reunião teve lugar na Universidade em 27 de novembro. Em 1969 o Comitê da África do Sul de Uppsala deu início a uma campanha nacional angariando fundos em prol do PAIGC e vários membros do comitê, como Bertil Malmström, Lars Rudebeck e Birgitta Dahl, visitaram as zonas libertadas da Guiné-Bissau em 1969 e 1970. A

Noruega e a Finlândia também colaboraram com o PAIGC, porém cabe ressaltar que dentre os países escandinavos a principal e mais significativa ajuda veio dos suecos.

Figura 1 - Foto Arte Matillainen (1971), Visita de Amílcar Cabral à Finlândia.



Fonte: CasaComum.org - <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_43352>. Acesso em: 6 jun. 2016

Ainda segundo Sellström (2008), a importância da cooperação com o PAIGC para a participação sueca na questão da África Austral foi enorme. Acabou sendo o primeiro programa sueco concebido para dar ajuda humanitária de forma direta e oficial a um movimento de libertação africano, e foi criado em conjunto com o PAIGC, o qual, por sua vez, já estava na época profundamente empenhado numa luta armada contra uma nação europeia que tinha ligações comerciais formais com a Suécia. Esse fato acabou determinando o caráter e as limitações dessa ajuda. Ocorreram apelos de algumas entidades em prol de um apoio incondicional, ou seja, que fossem disponibilizadas verbas para o PAIGC, porém foi mantida uma orientação para a vertente humanitária. Era importante que a ajuda não fosse vista como apoio à luta militar. A parte mais importante da ajuda ia para as zonas libertadas no interior da Guiné-Bissau, onde a população participava na guerra. O PAIGC passou a oferecer escolas, clínicas de saúde e armazéns do povo que, eram fornecidos com ajuda sueca. A linha divisória entre ajuda humanitária e ajuda militar era tênue e traçada à medida que as listas de mercadorias eram elaboradas. O principal critério era o caráter da mercadoria. Sellström (2008) nos permite perceber

que até uma mercadoria tão obviamente “não-militar” como a sardinha, pode ter um papel importante a desempenhar, na luta de libertação, como ficou claro num episódio importante envolvendo Onésimo Silveira. Uma grande quantidade de alimentos foi fornecida ao PAIGC, em especial comida enlatada. A Suécia então decidiu doar cem toneladas de sardinha enlatada. O fornecedor foi uma empresa sueca chamada Strömstad Canning, a qual se dispôs a colocar algum rótulo especial neste lote. Contatado Onésimo Silveira, que na altura era o representante do PAIGC na Suécia, este ficou muito entusiasmado com essa possibilidade e decidiu colocar no rótulo a bandeira do PAIGC e o texto “das zonas libertadas da Guiné-Bissau”. E depois disso o PAIGC arranjou uma maneira de parte dessas latas aparecerem em locais ainda na posse dos portugueses, tendo conseguido distribuir algumas latas na capital da Guiné-Bissau. Foi uma estratégia muito eficaz de guerra psicológica. A remessa de propaganda, que tinha a bandeira do PAIGC foi composta por cerca de 400.000 latas. Por isso se compreende que o PAIGC tenha encaminhado parte do lote dos armazéns do povo para as zonas detidas pelos portugueses.

Ao pesquisar o trabalho de Tor Sellström, ficou evidente a importância que teve, para uma estreita relação entre a Suécia e o PAIGC ser possível, o fato de, antes de se iniciar o relacionamento, o PAIGC ter já um representante residente na Suécia, o qual participou ativamente nos debates, e com quem os suecos tiveram consultas frequentes, justamente o jovem Onésimo Silveira.

Figura 2 - As sardinhas do PAIGC.



Fonte: Fonte:SELLSTRÖM (2008). 1

2.5 ONÉSIMO SILVEIRA E A SUPERAÇÃO DA CLARIDADE

Ainda que em determinados momentos possamos nos deparar com algumas discussões e até mesmo com polêmicas, fica evidente que o percurso da literatura caboverdiana esteve recheado de reivindicações sociais e políticas que visavam com variado grau de intensidade defender uma identidade nacional, com uma farta produção literária servindo de testemunho disso, deixando entrever uma vinculação muito precoce entre a literatura e a expressão dos descontentamentos da coletividade, mesmo que condicionada pelas imposições e restrições do regime salazarista durante boa parte do século XX. Algumas obras publicadas em Cabo Verde tiveram especial importância, constituindo-se em referências, ao abordar temáticas que legitimaram uma demarcação artística e literária caboverdiana frente as demais literaturas africanas de língua portuguesa no tocante a construção ideológica do Estado-Nação. Podemos destacar Arquipélago⁶¹ (1935), Claridade (1936-1960), Chiquinho⁶² (1947), Flagelados do vento leste⁶³ (1960) e Consciencialização na literatura caboverdiana (1963).

Ao estudar a construção das identidades nacionais, é possível perceber que os intelectuais em alguns casos tem um papel decisivo. Isso se torna evidente e comprovado ao se estudar a história de Cabo Verde, pois desde o estudo pioneiro de Manuel Ferreira⁶⁴, passando pelas gerações seguintes, que acentuaram e intensificaram a discussão, é o trabalho dos intelectuais, através da literatura, que acabou sendo o aspecto mais valorizado quando da tentativa de compreender o percurso de gênese da formação da identidade nacional naquele arquipélago. Um longo percurso aliás, que vai desde o final do século XIX chegando a primeira década do século XXI ainda com muitas discussões acaloradas sobre o que é a caboverdianidade.

⁶¹ Conjunto de poemas de autoria de Jorge Barbosa (um dos fundadores da Revista Claridade) nos quais o autor coloca as ilhas que formam Cabo Verde em condição de protagonismo, descrevendo suas características e chamando atenção para os dramas da seca e da fome.

⁶² Considerado o primeiro romance de autêntica inspiração caboverdiana, escrito por Baltasar Lopes, um dos maiores expoentes da geração claridosa e da literatura africana de língua portuguesa.

⁶³ De autoria de Manuel Lopes, também ele um poeta claridoso, é visto como uma obra que apresenta influência dos neo-realistas portugueses e dos autores regionalistas brasileiros. Denuncia a pobreza e a persistência na luta contra a seca e a fome.

⁶⁴ Nascido em Portugal, chegou a Cabo Verde como expedicionário do exército português em 1941, ainda durante a Segunda Guerra Mundial. Tornou-se um profundo conhecedor da cultura caboverdiana. Foi casado com a escritora caboverdiana Orlanda Amarílis. Fonte: http://wiki.ued.ipleiria.pt/wiki/Educacao/index.php/FERREIRA,_Manuel. Acesso em: 22 maio 2016.

Pouco a pouco, *Claridade* acabaria por se converter numa espécie de “cartão de visita” do arquipélago dito crioulo, com a difusão da ideia de uma manifestação de regionalismo português no meio do Atlântico, em aproximação aos territórios dos Açores e da Madeira. Fica evidente que o regime de Salazar manteve uma política discriminatória, disfarçada sob o manto de um discurso baseado na teoria de Gilberto Freyre, apadrinhando Cabo Verde, como a “melhor” concretização da ação civilizadora luso-tropical, a exemplo do caso do Brasil.

Para poder compreender o papel dos intelectuais na história de Cabo Verde no contexto pré-independência, é impossível não se debruçar sobre o trabalho realizado pela revista *Claridade* e sua contribuição para a construção da nação caboverdiana. Em realidade esta publicação, ao mesmo tempo muito elogiada, e em alguns momentos criticada, conseguiu um lugar de destaque no espaço colonial português do século XX. A revista acabou convertendo-se no maior fenômeno cultural da história de Cabo Verde. Recebeu elogios, críticas e comentários ao longo de várias décadas, no arquipélago que naquele então era colônia e também na metrópole portuguesa, dando-lhe uma imagem plena de complexidades, que muitas vezes dificultaram e condicionaram uma visão objetiva dos seus antecedentes, do seu contexto, dos seus objetivos e do seu significado. Entretanto, alguns intelectuais ergueram a voz para discreta ou abertamente criticar o trabalho dos claridosos:

Amílcar Cabral, expoente máximo dessa nova geração, não só por perfilhar a concepção de intelectual engajado, como também por tê-la levado até às últimas consequências, desencadeando e liderando a chamada luta de libertação a partir da Guiné-Bissau, explicita, num artigo publicado em 1952, sob o título *Apontamentos sobre a poesia cabo-verdiana*, essa nova orientação pela qual o regionalismo caboverdiano passaria a incorporar e a traduzir o anticonformismo caboverdiano. Ou seja, em que as motivações políticas, segundo ele existentes, mesmo que latentes, passariam a influenciar em moldes diferentes dos até então prevalentes, as produções culturais dos ilhéus (FERNANDES, 2006, p. 185).

Neto (2013) observa que possivelmente o maior crítico da *Claridade*, Onésimo Silveira, que como já vimos anteriormente, também publicou na revista, julgava a geração claridosa sob uma luz muito severa, definindo a produção dos claridosos como uma “literatura de exportação”, até certo ponto alienante, e interessada em colher “o aplauso metropolitano”, abrindo mão de espelhar as dificuldades da vida no arquipélago, como por exemplo: as estiagens, a fome, a pobreza, a emigração e a indiferença de um regime autoritário e ditatorial. Em termos simples, para Silveira o projeto literário claridoso era concebido pensando num público desejoso de

temáticas exóticas, devidamente embebidas num caldo luso-tropical, e não para trazer alento a população local, nem contribuindo para tomar consciência da dominação colonialista de Lisboa. Foram muitos os intelectuais que ouviram a mensagem e o apelo por um despertar proposto no âmago do discurso ideológico de Cabral. Entretanto foi Onésimo Silveira, que tomaria para si o encargo de ser um dos maiores defensores da africanidade do caboverdiano, delimitando uma clara fronteira entre a sua geração de intelectuais, e a dos claridosos.

2.6 CONSCIENCIALIZANDO

Ao estudar a formação das identidades nacionais, em especial no caso Europeu, vimos que trata-se de uma criação, na qual um patrimônio comum (coletivo) é inventado e se constitui ao longo das gerações em uma herança inalienável, instituindo unidade onde antes havia diversidade, traçando fronteiras e fazendo um trabalho pedagógico que levará a que parcelas cada vez maiores de população possam reconhecer a si mesmas nessa criação.

Isto sugere que, independentemente do que possa ser, aquilo que entendemos por identidade <<nacional>> implica uma consciência de comunidade política, por sua vez, por mais tênue que seja. Uma comunidade política, por sua vez, subtende pelo menos algumas instituições comuns e um único código de direitos e deveres para todos os membros da comunidade. Sugere também um espaço social claro, um território bastante demarcado e limitado, com o qual os membros se identificam e ao qual pertencem (SMITH, 1997, p.22).

Lembrando Thiesse (2001), é importante destacar alguns elementos básicos na formação das identidades nacionais. Assim como outros autores que se debruçaram sobre o tema, ela destaca o quanto pesa a adoção de uma língua nacional. É a língua que garante efetivamente a comunicação nacional, independente de fatores geográficos ou sociais, daí o quanto é necessário tratar-se de uma língua que todos compreendam e saibam usar. Resolvida a questão linguística, outro fator fundamental decorre daí e emerge: a literatura nacional. Justamente o romance será comumente o modelo para a elaboração de uma escrita da nação a qual vai servir de “vetor” de difusão de uma visão nova acerca do passado. Outros elementos emergentes junto com a ideia de nação são a concepção

de um patrimônio material coletivo, a natureza nacional e as fronteiras⁶⁵. Uma nação “digna” somente pode reivindicar um território cujo direito ancestral esteja devidamente comprovado. Essa delimitação é realizada, estabelecendo com alguma precisão o território reivindicado, recorrendo-se ao uso de ciências como a filologia, a etnografia, a história e a arqueologia.

Se por um lado os modelos teóricos acerca da formação das identidades nacionais, em sua maioria procuram tomar a Europa como paradigma, por outro lado, como temos visto ao longo deste trabalho, há exemplos carregados de especificidades e particularidades, como é o caso da formação da identidade nacional caboverdiana. No modelo proposto por Anne-Marie Thiesse um paradoxo de origem é destacado:

A formação das nações esteve intrinsecamente ligada à modernidade econômica e social, à transformação dos modos de produção, ao alargamento dos mercados, à unificação e à racionalização dos procedimentos de conhecimento e de troca. Não é por acaso que as identidades nacionais resultam de um mesmo modelo, fundamentalmente transnacional (THIESSE, 2001, p.19).

É justamente esse modelo que a autora aponta como “padronizado”, que em seu modo de ver explica o sucesso e o amplo alcance desta forma de identidade coletiva. Mas é ela também quem alerta, apontando que a distância entre representação e realidade acabou por constituir um ponto de fragilidade nas sociedades contemporâneas, face às mutações tanto no campo tecnológico como também no econômico. As obras de Onésimo Silveira, escolhidas como fontes primárias para esse trabalho e estudadas tanto neste segundo capítulo como também no terceiro, vão destacar, ainda que partindo de espaços de experiência e horizontes de expectativas distintos, a importância e a relevância que os elementos recém-listados tiveram e seguem tendo para a formação e a compreensão do fenômeno nação e nacionalismo em Cabo Verde: a língua crioula, a literatura nacional (sobretudo na forma dos romances e da poesia), e a identificação da população com a condição geográfica de Cabo Verde. Certamente outros elementos

⁶⁵ Em Cabo Verde o apelo da natureza nacional e a sua importância para formação da identidade nacional é muito evidente, tendo em vista a condição arquipelágica do país, as secas e estiagens (que trouxeram consigo a fome em muitos momentos de sua história) e o fato destas ilhas terem sido descobertas desabitadas, cabendo portanto ao mestiço caboverdiano o mérito de ter nascido como fruto das gentes que se estabeleceram nestas terras e se desenvolvido como produto típico de um regionalismo singularmente específico.

também serão importantes para complementar essa compreensão, porém estes são aqueles que o autor dá maior destaque e importância.

Onésimo Silveira abre o seu ensaio dedicado a consciencialização com uma dedicatória “À memória de Pedro Cardoso – cujo exemplo de caboverdianidade se nos impõe, a nós, os mais novos “Filhos da Terra”, seguir quotidianamente” (SILVEIRA, 1963, p.3), que foi um poeta e intelectual da geração nativista, portando anterior a geração claridosa. A inspiração de Silveira vem do movimento “Descobrir Angola”⁶⁶, o qual rejeitou uma adesão total a cultura lusitana e se voltou para o passado, redescobrimo as raízes do nacionalismo angolano em fins do século XIX e início do XX. Assim como em Angola os novos poetas redescobriram uma herança cultural, em Cabo Verde, ele enquanto representante da “Moderna Geração”, inicia buscando a memória dos nativistas, dos quais se faziam em certa medida herdeiros. Ele defende o abandono da ideologia nacionalista lusitana, mediante a superação da opção identitária proposta anteriormente pelos claridosos, no que diz respeito aos seus elementos constitutivos, em que eram destacados e valorizados apenas os componentes lusitanos da cultura caboverdiana:

[...] impõe-se a nós os mais modernos cavadores da literatura insular, o problema de definir, em palavras claras e insofismadas, e através de uma literatura verdadeiramente funcional, uma consciencialização com raízes no húmus étnico-social caboverdiano (SILVEIRA, 1963, p.7).

Onésimo assegura, no que diz respeito à orientação política, que a opção claridosa também não era satisfatória, uma vez que Cabo Verde aparecia como um caso de regionalismo europeu, ou seja, lusitano. Silveira demonstra a mesma preocupação de Manuel Duarte no que tange a mentalidade que deixa o caboverdiano segregado do pensamento africano em geral, impondo-se a essa nova geração de intelectuais:

[...] uma consciencialização autêntica, étnica e culturalmente, temos para nós que a literatura de exportação como a criada pelo Movimento Claridoso, pode, pelos efeitos enganosos que comporta, constituir séria e fecunda advertência a quantos, aqui, se dedicam à missão literária pensando unicamente em si e postergando, em

⁶⁶ A leitura de Santos (2007) nos permite ampliar a compreensão acerca da influência que esse movimento angolano teve sobre a obra de Onésimo Silveira naquele então. Em 1948, capitaneados por Viriato da Cruz (poeta e político angolano), estabeleceram uma nova e importante fase da literatura angolana, promovendo a ruptura com os padrões estéticos até então vigentes, em favor de uma literatura agora permeada pela africanidade e angolanidade, as quais seriam um importante suporte da reivindicação pela soberania e pelo fim do jugo colonial português, tendo sido o momento em que a palavra literária passou a ser usada como arma de combate.

consequência de tal pessoalismo, as aspirações irreversíveis dos povos que compõem a paleta social desta terra africana (SILVEIRA, p.8, 1963).

Em “*Consciencialização na literatura caboverdiana*” há uma reflexão sobre a questão do papel e da função que a literatura caboverdiana devia cumprir, e o modo como ela deveria se reestruturar por força de circunstâncias sociais, políticas e literárias. Temos que lembrar que o referido ensaio, foi escrito no contexto caloroso da guerra colonial recém iniciada em Angola no ano de 1961, e o seu autor é um jovem que passou pela experiência de ter trabalhado nas roças de São Tomé e Príncipe, denunciando o que considerava uma falta de engajamento político e uma atitude apática dos escritores caboverdianos diante dos dramas sociais, como os ciclos de seca e fome que vitimavam grande parte da população e forçavam a emigração as roças de São Tomé, constituindo-se numa esperança para a difícil situação vivida em Cabo Verde. O ensaio se divide em duas partes. Na primeira o autor argumenta sobre a inviabilidade do prosseguimento do Movimento Claridoso em Cabo Verde, apresentando uma caracterização geral do Movimento e a sua inadequação à realidade social do arquipélago. Na segunda ele afirma e reforça o aparecimento de uma literatura de reivindicação Pan-Africana, relacionando os problemas de Cabo Verde com os da África em geral e os novos rumos literários a partir daquilo que seria uma autêntica consciencialização. É interessante notar como o Movimento Claridoso é referido como ponto de partida da trajetória literária caboverdiana, ainda nos anos 1930. Entretanto, Silveira imediatamente ressalta a importância da consciencialização, como recurso capaz de atribuir merecimento a literatura produzida em Cabo Verde, para que a mesma pudesse participar, mesmo que de um modo modesto, de um amplo ressurgimento de uma ideologia autêntica e atual na segunda metade do século XX, indicando com isso um movimento muito maior que a seu ver estava em curso no continente africano de modo geral, com destaque para Angola⁶⁷:

Demonstraremos, ao longo deste trabalho, que a literatura caboverdiana, estando profundamente ferida de inautenticidade, não traduz nem produziu uma mentalidade consciencializada e daí se ter tornado, como não é difícil verificar, em título de prestígio da elite que

⁶⁷ Wheeler; Pélissier (2013) afirma que o movimento Descobrir Angola buscou redefinir o passado e o futuro angolano, a partir de uma rejeição de uma adesão total a cultura nacional portuguesa. Investigaram jornais, panfletos e livros antigos, redescobrimo as raízes de um nacionalismo angolano em fins do século XIX e início do XX, resultando em uma estreita identificação e reencontro com a cultura africana.

a vem encabeçando e não em força ao serviço de Cabo Verde e suas gentes.

Ora, hoje que é mais do que nunca imperativo definir-se, numa terra como Angola, uma consciencialização autêntica, étnica e culturalmente, temos para nós que uma literatura de exportação como a criada pelo Movimento Claridoso, pode, pelos efeitos enganosos que comporta, constituir séria e fecunda advertência a quantos, aqui, se dedicam à missão literária pensando unicamente em sair mesmo e postergando, em consequência de tal pessoalismo, as aspirações irreversíveis dos povos que compõem a paleta social desta terra africana (SILVEIRA, 1963, p.8).

Onésimo denuncia que existiu um epicentro geográfico na Ilha de São Nicolau, o qual serviu de raiz ao Movimento Claridoso, resultando daí uma influência “*européia e europeizante*”, a qual em sua interpretação foi ao mesmo tempo responsável pela gênese e pela falência do movimento. Fica evidente na opinião do autor, o “barlaventismo” da literatura claridosa, deixando de lado ou dando muito menor expressão aos homens e as ilhas que formam o Sotavento, justamente o grupo de ilhas menos ocidentalizadas e mais próximas de uma raiz negro-africana:

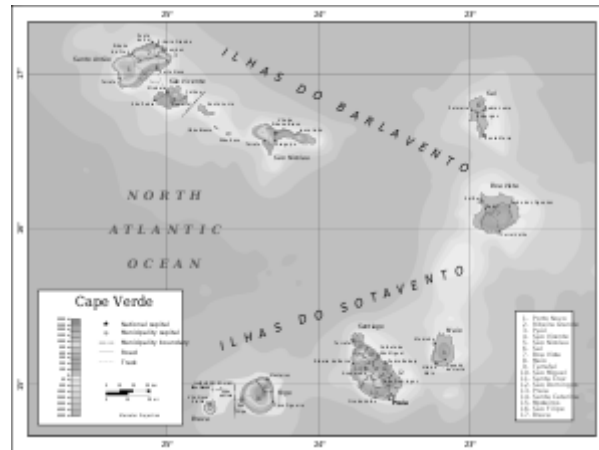
A atenção quase exclusiva aos aspectos da realidade caboverdiana que por haverem sofrido uma maior lusitanização, permitiam uma imediata coincidência entre a mentalidade saturadamente europeia dos “claridosos” e a matéria de observação e anotação literária. (SILVEIRA, 1963, p.16).

A atitude de valorizar e preferir abordar as características do grupo de ilhas do Barlavento em detrimento do grupo de ilhas do Sul, chamado de Sotavento⁶⁸, seria para Silveira mais uma evidência da não identificação dos Claridosos com a realidade da sociedade caboverdiana e do seu rechaço ao movimento das ideias dos intelectuais africanos. Assim os Claridosos se posicionaram de modo a sustentar que Cabo Verde seria um caso de regionalismo europeu, o que fez com que dessem pouca ou nenhuma importância aos elementos negros presentes na cultura caboverdiana. Silveira defendia que a erudição apresentada pelos Claridosos pecava sobretudo por não levar em conta as realidades socioculturais do Arquipélago, o fez com que tal movimento não tivesse feito mais que arranhar a superfície dos problemas sofridos pelos ilhéus:

⁶⁸ As ilhas do arquipélago de Cabo Verde integram-se em dois grupos, o de Barlavento (de onde sopra o vento) e o de Sotavento (por onde se escoia o vento), conforme o posicionamento relativamente aos ventos dominantes (alísios) que sopram de Nordeste, coincidindo assim as de Barlavento (Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boa Vista) com as que se encontram mais a Norte, e as de Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava) com as que se alinham a Sul. Fonte: <http://www.caboverde-info.com/Identidade/Geografia/Artigos-Geografia/Barlavento-e-Sotavento>. Acesso em: 30 ago. 2016.

Por isso é que o enraizamento tentado pelos componentes do grupo resultou numa atitude literária inoperante. Isto, em consequência de não se terem esses homens apercebidos de que o enraizamento da literatura caboverdiana era impossível sem a consciencialização, entendida esta como intervenção no processo social, quer no momento da criação literária quer no momento da ação prática (SILVEIRA, 1963, p.9-10).

Figura 3 - Arquipélago de Cabo Verde, Ilhas do Barlavento e Ilhas do Sotavento.



Fonte: <http://amilcarcabral.webnode.com.br/cabo-verde/>. Acesso em: 21 set. 2016.

Uma das principais falhas dos Claridosos teria sido a ausência de um verdadeiro sentido do povo, que se traduziria como um grau de comunhão emocional e intelectual responsável por identificar a consciência individual do escritor com a consciência coletiva das massas. Conforme já apontamos anteriormente, é sobre o evasimismo que uma boa parte do esforço crítico é direcionado. Um dos argumentos utilizados por Silveira é o fato de que na obra dos Claridosos quase exclusivamente se observa a emigração para as Américas e quase nunca para o trabalho degradante em São Tomé e Príncipe, o qual o próprio Onésimo denunciou quatro anos antes, nas páginas da própria Revista Claridade. Outro aspecto criticado é o assim denominado “realismo paisagístico”, o qual deixava de lado a verdadeira realidade social e comportamental do homem de Cabo Verde, promovendo uma fuga da realidade:

Esta seleção de elementos pitorescos perante uma realidade eivada de problemas básicos e de importância decisiva para o destino do homem caboverdiano como tal, traduziu-se, em última análise, numa verdadeira fuga à mesma realidade, em que, programaticamente, se propuseram enraizar a literatura das Ilhas. Nisto consistiu sua inautenticidade (SILVEIRA, 1963, p.13).

O tom das críticas aumenta, e a atitude dos claridosos diante das inúmeras crises vividas no arquipélago ao longo principalmente dos anos 1940, e até mesmo a

carência de uma cobertura dos fatos ocorridos é apontada como estéril. Podemos lembrar que o autor viveu diretamente essa experiência, que cronologicamente corresponde aos anos de sua adolescência. Em síntese, o trabalho produzido pela Revista Claridade ao longo de sua longa existência, não oferecia condições mínimas para a consciencialização de quem quer que fosse, não despontando em momento algum, segundo pensava Silveira, uma atividade realmente crítica:

Uma literatura assim inautêntica, oferecendo ao povo, em vez dos caminhos duma resolução do seu problema, alguns dados só propícios à romantização do mesmo, não pode, logicamente, conduzir à consciencialização, sem a qual todo o povo se sujeita sempre à perda de sua dignidade, por enfeudalização e conseqüente omissão dos seus anseios, manifestados em reivindicações justas e adequadas à sua participação no concerto universal dos povos (SILVEIRA, 1963, p.15).

Na segunda parte do ensaio, Onésimo Silveira retoma a crítica com a qual encerra a primeira parte, onde distingue a realidade do mestiço brasileiro, principalmente do nordeste do país, e a literatura produzida por nomes como Jorge Amado, José Lins do Rego, Gilberto Freyre e Graciliano Ramos, daquela que foi produzida pelos claridosos em Cabo Verde, que segundo suas palavras tinham uma mentalidade centrada em interesses europeus, supostamente deslumbrados com a produção tecnológica do Ocidente, e ao mesmo tempo distante dos valores humanos e culturais da África:

Eram, porém, demasiado espessos os estratos de europeísmo na mentalidade dessa geração, para que, repetindo a façanha dos modernistas e regionalistas brasileiros, rompessem as cadeias do inibitivo complexo de inferioridade e atentassem substancialmente nos componentes negróides da cultura caboverdiana (SILVEIRA, 1963, p.19).

Discordando do esquema interpretativo apresentado por Manuel Lopes, Silveira arrola como argumento definitivo para refutá-lo o fato da impossibilidade de se conciliar a literatura dos claridosos com os elementos negróides da cultura caboverdiana:

Para os homens da geração claridosa, “a convicção de uma originalidade regional caboverdiana” significava, no fundo, que é Cabo Verde um caso de regionalismo europeu (SILVEIRA, 1963, p. 21-22).

Cabe destacar que já em 1963 o autor ressaltava que a verdadeira questão não era tanto saber quais as contribuições humanas que mais predominavam em

seu país e sim tornar o homem caboverdiano comum consciente de seu destino africano, o qual para ser cumprido exigia autonomia:

Os jovens da nossa geração pensam que Cabo Verde é um caso de regionalismo africano. Esta inversão dos termos do problema decorre do influxo do renascimento africano, que revitaliza todos os campos de atividade e todos os momentos de espiritualidade do homem negro ou negricado (SILVEIRA, 1963, p. 22).

Neste ponto a ruptura com a geração da Claridade é nítida e total, uma vez que para os primeiros Cabo Verde era um caso de regionalismo europeu. Todavia, é contraditório ele defender abertamente como solução a difusão maciça de uma ideologia africanizante, determinando para as massas o que é ou não autêntico. Afirma ele que a proposta dos “novos” era fazer da arte literária uma projeção intencionalmente combativa dos problemas do ilhéu, tendo um alcance prático e vinculado a realidade quotidiana.

A moderna geração vem-se alimentando nesta matriz ideológica, e por isso sabe bem distinguir entre as elites feridas de inautenticidade – floração efêmera duma sociedade decrépita – e as massas depositárias das verdadeiras aspirações da coletividade (SILVEIRA, 1963, p. 23).

Um assunto que também será retomado no terceiro capítulo é o papel e importância da língua: sua relação com a formação e o reconhecimento de uma identidade nacional. É apontada como um instrumento de relações e comunicação do pensamento, “mas também um quadro lógico e emocional de organização da experiência específica decorrente de determinada ambiência física e cultural (Silveira, 1963, p.24)”. Há neste ponto uma sutileza que não se viu na discussão precedente, uma vez que tanto num contexto de luta em prol da descolonização quanto num contexto de afirmação internacional em pleno terceiro milênio, o trabalho de Baltasar Lopes é citado, elogiado e valorizado, pela contribuição a afirmação da língua crioula diante do português e de qualquer outra língua. Onésimo Silveira cita também as palavras de Baltasar Lopes em uma mesa redonda organizada por Almerindo Lessa na ilha de São Vicente em julho de 1956:

“O crioulo é uma língua suficiente”. “Todos nós que ensinamos português no liceu verificamos que o crioulo já oferece hoje aos alunos possibilidades expressionais. Eu já ouvi à saída de exercícios de matemática e até de filosofia os alunos a discutirem sobre exercícios em crioulo” (SILVEIRA, 1963, p. 25).

Neste trecho vemos como Silveira (1963) percebe a importância e o destaque da língua crioula como elemento fundamental da formação de uma cultura nacional,

e que se traduz num importante elemento para o reconhecimento de Cabo Verde enquanto nação. Onésimo Silveira encerra retomando a figura do nativista Pedro Cardoso⁶⁹, cujo conjunto da obra é valorizado enquanto intelectual patriota:

Só hoje compreendemos a grandeza dos propósitos desse esclarecido patriota que foi Pedro Cardoso, pertencente à geração anterior à dos escritores claridosos. Seu esforço de dar dignidade literária ao crioulo e libertar seus conterrâneos do complexo de inferioridade ligado ao mesmo e aos componentes negróides da cultura caboverdiana, traduz já, ainda que embrionariamente, a mesma inquietação de autenticidade que domina os da nossa geração (SILVEIRA, 1963, p.25).

Somente no término do ensaio nos é oferecida uma definição daquilo que o autor entende por consciencialização: uma tomada de consciência do processo histórico geral que envolve o cidadão de Cabo Verde, em toda a sua conjuntura. O impulso para buscar a si mesmo enquanto realidade étnica e cultural (que para Silveira estava perdida no abismo da alienação) e um absolutamente necessário encontro consigo mesmo. Silveira considera que a opção da “Nova” ou “Moderna” geração pela consciencialização demonstraria o seu grau de maturidade espiritual e a sua tomada de posição. Algo que para ele e para toda uma geração inspirada nas ideias defendidas por nomes como Cabral e Fanon (para citar apenas dois grandes ideólogos africanos de grande influência no período da descolonização) era um modo de participar ativamente dessa luta, a qual no seu entendimento só poderia ser ganha na medida em que cada caboverdiano individualmente tomasse consciência deste teleológico “destino africano”. A consciencialização representava uma tomada de consciência necessária e indispensável para a superação da ideologia colonial, segundo a qual o africano era por natureza inferior ao europeu, e seria um importante veículo indispensável para se pensar a independência do país.

Dentro do contexto em que vivia, Onésimo Silveira sustentava que o regionalismo caboverdiano tinha de encaixar-se dentro de uma realidade ideológica africana, a qual seria autêntica e atual, defendendo que a imersão e o apego dos intelectuais a especificidade étnico-cultural caboverdiana não deveria comprometer seu destino africano. Em sua definição a literatura produzida pelos claridosos não era autêntica e sim desprovida de uma mentalidade consciente, tornando-se “em

⁶⁹ Cardoso é apontado aqui nas últimas páginas do ensaio como o precursor de uma literatura autêntica, retomada agora pela “moderna geração”, uma vez que este último teve coragem para defender e praticar sua própria forma de pensar, mantendo-se coerente de acordo a condição da época.

título de prestígio da elite que a vem encabeçando e não em força ao serviço de Cabo Verde e suas gentes” (Silveira, 1963, p.8), ele enfatiza a necessidade de uma literatura capaz de ser funcional e que devia colocar-se ao serviço de um ressurgir africano. Também em sua crítica argumenta contra a erudição socialmente inútil dos claridosos:

Assim imbuídos duma erudição que não tinha em conta as realidades sócio-culturais do Arquipélago, foram-se distanciando das massas de que inicialmente faziam parte e impregnando-se de um complexo de sedimentos de saberes que, pela sua força de expansividade e correlativas possibilidades de aceitação, muito contribuiriam para esse afastamento do povo, embora se servindo deste para as suas criações literárias de fundo pretensamente telúrico (SILVEIRA, 1963, p.9).

Observamos como para o autor o problema crucial que a sua geração se colocava, era denunciar as causas econômicas e as raízes psicológicas das frustrações coletivas da sociedade caboverdiana, e não apenas a contemplação dos mesmos, em uma crítica aberta ao trabalho dos Claridosos. Passam a se preocupar basicamente em tornar o homem comum caboverdiano consciente de seu destino africano e possibilitar os meios que permitam conduzir à realização do seu destino, o qual consistiria na emancipação da nação, resultando em soberania para o Estado caboverdiano. Onésimo, assim como outros intelectuais de sua geração, entendia que a exigência política de uma inserção africana implicava postergar o reconhecimento da realidade crioula. Estavam inaugurando uma nova era, de militância e atividade política ativa por parte daquela que chamou a si mesma de “moderna geração”.

O jovem Onésimo assinala que uma nova postura frente a realidade caboverdiana estava surgindo e seria adotada pela geração de intelectuais da qual ele nesse momento se apresentava como porta-voz. Era um momento em que se intensificavam os movimentos que ajudariam a conduzir às independências das colônias portuguesas, e no caso específico de Cabo Verde assinalava-se um impasse entre a literatura protagonizada pelas diferentes gerações de intelectuais, uma denunciada por sua suposta conivência e submissão, e a outra dita engajada, politizada e lutando contra a opressão e a crise, desejando se livrar do jugo colonialista:

A vivência da problemática caboverdiana, entendida como conjunto dos problemas de organização da sociedade insular, em todos os seus sectores e níveis de vida, e que vêm afligindo pelo sofrimento

na própria carne as sucessivas gerações, é vasto campo onde a posição consequente e desmistificadora do grupo, liberto das influências claridosas, não se confunde com a daqueles que, embora de boa-fé, ainda se deixam seduzir pelo canto da sereia. (SILVEIRA, 1963, p. 29-30).

O ensaio termina marcando uma tomada de posição com o uso de um verso extraído do ainda hoje tão citado poema de Ovídio Martins, apelando evidentemente à mudança, e a posição clara de ficar e enfrentar a realidade:

Esta geração, a cujas fileiras esperamos se venham juntar vozes como Gabriel Mariano, Aguinaldo Fonseca... pela razão da evolução crescente que acompanha a temática de sua poesia no sentido de uma consciencialização mais perfeita, dispõe já de um escol onde ressaltam nomes-promessa como os de Abílio Duarte, Corsino Fortes, Rolando Martins...Dulce Almada... ESTA É A GERAÇÃO QUE NÃO VAI PARA PASÁRGADA. (Silveira, 1963, p. 30).

Na medida em que aprofundamos a pesquisa, atestamos a importância e o papel dos intelectuais na história de Cabo Verde, e em especial da geração Claridosa como grande marco de projeção da literatura produzida no arquipélago. A crítica de Onésimo Silveira, contida em seu ensaio “*Consciencialização da literatura cabo-verdiana*” se constitui em um momento de ruptura clara entre a geração intelectual da qual Silveira fazia parte, inspirada por Amílcar Cabral, e seus antecessores naquele então já consagrados.

Onésimo Silveira, que como acabamos vimos neste capítulo, também publicou na *Revista Claridade* e inclusive foi aluno do próprio Baltasar Lopes no Liceu Gil Eanes, julgou a revista sob uma ótica muito severa e definiu a produção dos Claridosos como “literatura de exportação”, até certo ponto alienante, feita para obter o reconhecimento e aceitação por parte das autoridades e intelectuais metropolitanos, mas que servia para espelhar as dificuldades e o condicionamento da vida no arquipélago. A indiferença colonial diante das estiagens, da fome, da pobreza, da emigração, nada disso era denunciado pela *Revista Claridade*. Era ao seu modo de ver um projeto literário concebido para pensar em um público desejoso de temáticas exóticas, típicas da maioria das literaturas acerca da África, e revestidas das teorias luso-tropicais, não permitindo nem contribuindo para dar qualquer alento a população local nem para ajudá-la a tomar consciência da dominação colonial e do autoritarismo vindos de Lisboa:

“*Eu achava os claridosos cúmplices morais do colonialismo*”, confessa Silveira, com a distância dos anos. “*E, para mim, a maior prova disso era a sua atitude em relação à emigração para S. Tomé.*”

Eu achava que essa emigração não rimava com os caboverdianos, se é que rimava com algum povo” (LOPES, 1996, p.444).

Após a publicação de seu ensaio, e apesar do tom demolidor das críticas que fez, Silveira conta que este fato não impediu mestre e discípulo de continuarem a manter uma relação especial:

*“Eu e o Baltasar falamos muitas vezes sobre esse ensaio; ele dizia que havia aspectos que eu não teria compreendido. Mas, tem graça, ele nunca me disse quais eram os aspectos que eu não teria compreendido. Eu penso que a **Claridade** nasceu de um projeto literário mas teve um objetivo político. O exército de Baltasar, como ele chamava os seus colegas de **Claridade**, revelou-se ser um exército que preferia a literatura à política” (LOPES, 1996, p.444).*

Embora reconheça o tom das críticas que fez aos claridosos, Silveira admite a importância do trabalho do autor de *Chiquinho* e também de Jorge Barbosa. Ao propor um novo discurso e uma orientação africana no discurso dos intelectuais de sua geração, Onésimo Silveira dá voz a uma inquietação nova e emergente, precocemente detectada por Manuel Duarte já em 1954, em uma acirrada oposição à opção identitária claridosa, chamando por novos tempos que seriam possíveis somente como resultado de uma mudança de atitudes. A situação vivida neste ponto de transformação da sociedade cabo-verdiana, ainda profundamente marcada pelas ideias da geração claridosa, que foram preponderantes sobretudo entre as décadas de 1930 e 1960, impôs um ajuste político e ideológico que exigiu, dos protagonistas desejosos da emancipação, a preparação de um discurso novo, que perturbaria o referencial colonialista português. Onésimo Silveira, assim como Ovídio Martins e Corsino Fortes são alguns dos autores que protagonizaram um discurso de emancipação sob a inspiração do pensamento de Amílcar Cabral, sem dúvidas o maior intelectual engajado nessa luta e que terminaria pagando um alto preço por seu empenho.

Para Fernandes (2013) são os jovens poetas do *Suplemento Cultural* (1958), o grupo que se manifestou no *Seló – Página dos novíssimos* (1962), dentre estes Oswaldo Osório, Jorge Miranda Alfama, Mário Fonseca e Rolando Martins, bem como a geração da *Nova Largada* liderada por Ovídio Martins e sobretudo Onésimo Silveira que constituem um exemplo de tentativas de demarcar e enraizar efetivamente um discurso de emancipação que abriria espaço para um resgate do lugar e da história de Cabo Verde. Desde o momento da tomada de consciência da necessidade de operar na prática uma “reafricanização dos espíritos”, os

caboverdianos se viram na obrigação de operar uma transição identitária, uma vez que a nova geração intelectual percebia o problema como sendo muito mais de natureza política do que de ordem simbólica, imagética ou cultural. Precisavam, acima de tudo, saber qual a opção era susceptível de sustentar e tornar viável um projeto emancipador, que se daria contra o sistema, enfrentando e rompendo com a geração claridosa, a qual era culturalmente regionalista, porém politicamente orientada para um futuro lusitano dos ilhéus, enquanto estes jovens intelectuais fizeram uma clara opção por esse “novo pensamento africano”, culturalmente inspirado em valores de uma África negra e politicamente orientada para um futuro que implicava romper com o lusitanismo.

Em nossa pesquisa, comprovamos que entre os membros dessa nova geração de intelectuais houve um entendimento de que a opção claridosa ou não tinha um princípio de pensamento adequado as necessidades políticas do país, ou quando muito se o tinha, ele era canalizado e utilizado de modo incorreto, não servindo à nova causa: a da emancipação. Assim, eles preferiram descartar não o regionalismo caboverdiano, mas sim o seu suposto carácter apolítico (denunciado por Onésimo Silveira). O pensamento claridoso, estando atrelado ao nacionalismo lusitano, e não fazendo oposição aberta às suas práticas, não podia contribuir para alavancar um movimento anti-colonialista. Deste modo, esses intelectuais acreditam que não deviam estar alheios ao seu entorno social e político, pois correriam o risco de não expressar senão opções desinteressadas que não seriam capazes de prestar o devido serviço a sociedade caboverdiana. Eram portanto, intelectuais extremante engajados e é daí o seu esforço para romper com essa condição de aparente anomia dos claridosos.

Em Cabo Verde é interessante notar o quanto a literatura teve um papel importante, protagonizando um verdadeiro movimento de emancipação e busca pela independência do jugo colonialista. E em meio aos textos literários, inclusive a poesia, o problema da discussão das identidades se fez presente. Estes autores caboverdianos que integraram os primeiros movimentos pela independência do país, sob a liderança e inspiração de Amílcar Cabral, provocaram uma reformulação no modo de olhar as questões ideológicas e sociais, de modo que a Literatura não ficou indiferente. Escrever e pensar sobre a identidade era não só apropriado como também pertinente e necessário para os caboverdianos, sobretudo nas décadas de 1960 e de 1970.

No próximo capítulo vamos ultrapassar o marco da independência, indo do regime do partido único (incluindo a ruptura do projeto da unidade com a Guiné-Bissau) ao multipartidarismo, até chegar a rediscussão do regionalismo em Cabo Verde, que ganhou novos contornos e força nas primeiras décadas do século XXI. Veremos como Onésimo Silveira revisita o passado de luta anticolonial e revisa sua posição quanto ao legado da geração Claridosa.

3 A RESSIGNIFICAÇÃO DA CLARIDADE EM “A DEMOCRACIA EM CABO VERDE”

Nesta última etapa da pesquisa, após termos analisado o posicionamento de Onésimo Silveira nos anos 1960, através do qual este procura advogar pela necessidade de reconhecer Cabo Verde como um caso de regionalismo africano, tendo sido necessário para isso promover uma ruptura com a geração da *Revista Claridade*, veremos como após 42 anos o autor novamente se dispõe a pensar sobre as questões identitárias de seu país. Veremos que em seus primeiros quinze anos como país soberano, Cabo Verde assistiu ao fim do projeto da unidade com a Guiné-Bissau, e também a superação do regime monopartidário e a abertura política.

Uma vez estabelecida a democracia e o multipartidarismo, o país rediscute sua identidade e suas heranças, trocando símbolos nacionais como o hino e a bandeira, dando início a uma aproximação maior com a União Europeia (UE), especialmente por meio das relações com Portugal e as Regiões Ultra Periféricas (RUP)⁷⁰. Paralelo a esses acontecimentos, Onésimo Silveira cumpriu labor diplomático na ONU e em 1992, após eleições livres e democráticas tornou-se o primeiro presidente eleito da Câmara de São Vicente, tendo permanecido no cargo até 2001. Em 2002 é empossado como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Cabo Verde em Portugal, Israel, Espanha e Marrocos, cargo que deixou de ocupar em 2005, ano em que publica seu livro “*A Democracia em Cabo Verde*”. Ao analisarmos este livro veremos como Onésimo retoma a discussão sobre a formação da nação em Cabo Verde, assim como analisa a política de Estado e as questões de caráter identitário, revisitando o passado e reposicionando-se de forma particularmente interessante quanto ao papel e a importância da geração dos Claridosos.

Neste terceiro capítulo vamos problematizar a nossa análise, levando em conta a proposta koselleckiana, a partir de uma história dos conceitos, tendo em vista a pertinência das categorias por ele formuladas, as quais nos oferecem uma

⁷⁰ Devido a natureza e as limitações deste trabalho, não poderemos esmiuçar os detalhes dessas relações, as quais se deram principalmente pela via das relações comerciais, como por exemplo através de tratados de cooperação econômica e tecnológica.

perspectiva adequada para compreender o posicionamento de Onésimo Silveira no contexto da “Consciencialização na literatura caboverdiana” e no contexto de “A Democracia em Cabo Verde”. Entram em cena o campo de experiência e o espaço de expectativa:

A abordagem formal que tenta decodificar a história com essas expressões polarizadas só pode pretender delinear e estabelecer as condições das histórias possíveis, não as histórias mesmas. Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem (KOSELLECK, 2012, p. 306).

São conceitos que segundo Paredes (2016, p. 91) propiciam: “[...] uma retomada crítica sobre o estudo das nações, dos nacionalismos e das identidades nacionais [...]”, e isso será fundamental para analisar o dilema identitário caboverdiano e os seus diferentes desdobramentos ao longo do tempo.

3.1 A INDEPENDÊNCIA E A IMPLANTAÇÃO DA LOPE

A independência de Cabo Verde ocorre em um momento muito conturbado da política e da economia internacionais, tendo em vista o conjunto de acontecimentos que ocorreram durante os anos 1970. Tivemos a crise do petróleo, o avanço geoestratégico da União Soviética, especialmente na Ásia e na África, a guerra entre a Grécia e a Turquia, assim como a Guerra de Yom Kippur. A grande marca desse período histórico foi o embate geopolítico e geoestratégico, entre os EUA e a URSS, caracterizando aquilo que viria a ser chamado de Guerra Fria. Fica claro que a época em que Cabo Verde conquista a independência coincidiu com um período crítico na relação entre os dois grandes blocos que disputavam a hegemonia mundial. Em meio a esse cenário, como veremos na primeira parte deste capítulo, chama muita atenção o rumo da condução da política externa do arquipélago, que se mostrou muito hábil na defesa dos interesses do país.

Um dos maiores desafios era posicionar-se na ordem internacional vigente, o que trazia como uma das principais dificuldades sobreviver entre os dois blocos em disputa. Diante das condições adversas enfrentadas pelo arquipélago, como a seca e a fome, seria fundamental conseguir conquistar parceiros internacionais que garantissem recursos, sobretudo apoio econômico para poder enfrentar as carências alimentares da população. Como podemos ver no livro em que José Vicente Lopes

esmiúça os bastidores da independência, havia profundas preocupações por parte de muitos caboverdianos quanto a viabilidade de um país que era desprovido de recursos naturais e com uma grande carência de infraestruturas. O governo recém empossado no comando do arquipélago estava consciente de que se a diplomacia falhasse seria uma catástrofe tanto para a subsistência dos caboverdianos quanto para a própria independência política do país:

A preocupação de Aristides Pereira quanto ao futuro era partilhada pelo seu primeiro-ministro, Pedro Pires, que sentia o vazio à sua volta: *Antes havia um outro poder, as Forças Armadas, o abastecimento, tudo pertencia a um outro país. Perguntei a mim próprio: “Como é que vamos aguentar no meio deste oceano; se houver alguma invasão a quem é que vamos pedir ajuda? Não temos Força Aérea, não temos Marinha...” Para mim ficou claro que era preciso ter uma política que tivesse essa realidade, para além da nossa fraqueza econômica e fragilidade externa. Era preciso muita sensatez e muito cuidado no nosso comportamento* (LOPES, 1996, p. 465).

Assim, a tarefa principal a que os dirigentes de Cabo Verde se dedicaram foi estabelecer relações de amizade com o maior número possível de países, procurando conseguir apoio, especialmente econômico. As secas prolongadas, o território reduzido, a falta de recursos naturais, a condição arquipelágica, entre outros fatores, condenavam o país à dependência externa. Resistir às influências políticas dos dois blocos rivais durante a Guerra Fria foi parte fundamental da política externa do país. Considerando-se as relações estabelecidas durante a luta da descolonização, onde a cooperação e a ajuda dos soviéticos foram importantes, naturalmente a maior pressão vinha do bloco socialista. Houve por parte do governo de Cabo Verde um comportamento que visava equilibrar a relação com as duas potências, Estados Unidos e União Soviética. Na prática existiu um relacionamento mais próximo para com o bloco soviético, provocando certamente alguma desconfiança por parte dos norte-americanos. Os soviéticos estiveram mais próximos do continente africano durante a luta pela independência, o que se manteve até certo ponto no pós-independência. Os políticos cabo-verdianos, cientes de alguma desconfiança por parte dos Estados Unidos, começaram contatos e investiram na diplomacia e cooperação com os EUA.

Antes mesmo de 5 de julho, os futuros governantes da Cidade da Praia procuram desfazer certas ideias acerca do futuro do arquipélago, ao mesmo tempo que tentam capitalizar o prestígio ou a simpatia que o PAIGC trazia da luta de libertação. Um dos alvos foram os EUA, para onde é enviado Pedro Pires, em abril de 1975, à

frente de uma delegação. Consequência ou não dessa investida diplomática, Washington será um dos primeiros a colaborar para o arranque de Cabo Verde. “Uma das contribuições mais significativas que recebemos logo no início foi a administração Ford, que pôs à nossa disposição uma ajuda escalonada de três milhões de dólares”, destaca Aristides Pereira (LOPES, 1996, p. 471-2).

Cabe notar o pragmatismo diplomático caboverdiano, que não assumiu um alinhamento explícito com o bloco soviético, evitando com isso maiores consequências nas esferas políticas e econômicas. Havia também o cuidado com a emigração, uma vez que salvaguardar os interesses dos emigrantes nos países que os acolhiam seria fundamental. E, nesse caso os destinos comuns eram países da Europa Ocidental e os Estados Unidos. Como Cabo Verde não tinha recursos que garantissem emprego para todos, era fundamental garantir que fosse possível a saída daqueles que assim optassem por fazer. Chama atenção o fato de Cabo Verde ter recebido apoio dos soviéticos, tanto antes quanto depois da independência, especialmente nos primeiros anos após a independência. Havia a impressão inicial de que o PAIGC iria levar o país a um alinhamento total com o bloco soviético, mas isso nunca ocorreu de fato. Existiram rumores de que os soviéticos estavam interessados em instalar uma base militar em Cabo Verde, sendo este um fato que nunca se confirmou. No pós-independência, a pretensão de Cabo Verde era estabelecer relação de cooperação com o maior número possível de países, e isso foi determinante para o desenvolvimento do país. Por isso não faria sentido que Cabo Verde tivesse uma relação que desse preferência a URSS, sendo mais promissor se aproximar do maior número possível de países.

Para Évora (2001), a implantação do regime monopartidário em Cabo Verde foi justificada em razão da legitimidade histórica por parte de um partido político, o PAIGC (depois PAICV), que se proclamava o responsável por salvaguardar a identidade caboverdiana, num processo histórico diferente de outros casos africanos que também adotaram o monopartidarismo, mas que se justificaram em razão das grandes clivagens étnicas e culturais existentes neles. Mesmo com um regime autoritário e monopartidário, depois de obtida a independência, Cabo Verde não se iguala em termos de repressão política e de violação de direitos humanos aos outros casos de monopartidarismo existentes na África⁷¹. Talvez a grande prova da singularidade do caso político caboverdiano seja que esse país africano foi um dos

⁷¹ Embora se saiba, conforme denunciado por Onésimo Silveira nos anos 1990, que o expediente da tortura foi usado pela polícia política do Estado caboverdiano durante o governo do PAICV.

raros casos de transição pacífica para o multipartidarismo, e um dos poucos onde se respeitou o resultado das primeiras eleições. A autora destaca que no caso específico de Cabo Verde, a transição não foi precedida por um clima de instabilidade política, social e econômica que se verificou em alguns países. O caso caboverdiano é um caso de transição iniciada pela elite que governava, mas que adquiriu rapidamente uma dinâmica diferente com o surgimento da oposição.

Martins (2009) explicita a contradição que a escolha pelo regime de Partido Único representou para Cabo Verde, uma vez que essa opção foi justificada como uma opção necessária para garantir a unidade nacional e a coesão da sociedade. Para a autora, o PAIGC considerava a si mesmo como o criador do Estado de Cabo Verde e por isso, considerava que lhe cabia de modo exclusivo o direito de governar o país. A conjuntura internacional ajudou a legitimar o regime, uma vez que a comunidade internacional concordava que cabia aos movimentos que lideraram o processo da independência o direito de assumir o poder do Estado. No caso específico de Cabo Verde, tanto a ONU quanto a OUA reconheceram exclusivamente o PAIGC como dotado de legitimidade para governar o país. A independência política foi explorada como argumento pelo PAIGC para justificar o “fato” de ser o único e legítimo representante dos caboverdianos.

Em agosto de 1974, a Guiné-Bissau obteve o reconhecimento da sua independência⁷², antes de Cabo Verde, através de um acordo assinado em Argel⁷³, onde Portugal reconhece a independência do povo guineense. Em dezembro de 1974 Portugal se compromete em conceder a independência de Cabo Verde. Em 5 de julho de 1975, no estádio da Várzea, localizado na cidade de Praia, foi declarada a independência de Cabo Verde, marco da liberação do arquipélago depois de séculos de domínio colonial português, e que marcou o começo de um regime monopartidário sob comando do PAIGC, que sendo o partido por trás da luta de

⁷² É necessário fazer-se uma ressalva sobre esse ponto, uma vez que como foi destacado por Wollacott (1983), no verão de 1973 foi eleita uma Assembleia Nacional Popular nas zonas libertadas, e em sua sessão inaugural em Medina do Boê, realizada em 24 de setembro do mesmo ano, a Assembleia proclamou solenemente a independência da República da Guiné-Bissau, a qual em finais de outubro já fora reconhecida por cerca de 70 Estados soberanos e em novembro o reconhecimento também se deu na ONU. Portanto, a referência que fizemos ao ano de 1974 diz respeito ao reconhecimento da independência por parte do novo governo português.

⁷³ Neste trabalho não será possível apresentar e analisar todos os detalhes envolvendo os bastidores da proclamação de independência de Cabo Verde e da Guiné Bissau. A Fundação Mário Soares disponibiliza um farto acervo sobre esse momento, com documentos do próprio Mário Soares, que esteve envolvido diretamente nas rodadas de reuniões que ocorrem em Londres e Argel, com o principal interlocutor de Cabo Verde, que foi Pedro Pires, futuro primeiro-ministro de seu país. Este acervo é tanto documental quanto fotográfico.

libertação, se autoproclamou senhor dos destinos da política do país. Ao estabelecer-se a primeira legislatura do PAIGC, foi aprovada por unanimidade, a Lei de Organização Política do Estado (LOPE), com seus 23 artigos e tendo também sido eleito o Presidente da República⁷⁴ e, sob a indicação deste, um Primeiro-Ministro⁷⁵, tendo estabelecido-se a Assembleia Nacional Popular. Este foi o marco histórico, no qual a ANP, na qualidade de mandatária e legal representante do povo de Cabo Verde, assumiu todos os poderes de soberania e administração até então detidos pelo Estado Português sobre o território de Cabo Verde. A LOPE expressa em seu primeiro artigo:

A soberania do povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estritamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.), que é a força política dirigente da nossa sociedade (LOPE, p.1).

Isso permite observar que no regime recém-implantado, do partido único, implantado em Cabo Verde, a partir de 1975, o partido se identifica com o Estado. O partido passa a ter o controle do Estado, tendo como princípio básico a planificação e a direção do Estado. Acrescenta em seu segundo artigo:

É eleita uma comissão que será presidida pelo Presidente da Assembleia Nacional e constituída por mais seis deputados, à qual é confiada a missão de elaborar e submeter à Assembleia, no prazo de 90 dias, um Projecto de Constituição da República de Cabo Verde (LOPE, p.1).

Este prazo não se cumpriu e a LOPE vigorou de julho de 1975 até setembro de 1980, quando foi aprovada a primeira Constituição da República de Cabo Verde. Em outras palavras, o prazo inicial não se cumpriu e foi prolongado por cinco anos. Para poder realizar uma análise referente às condições do exercício da cidadania durante a vigência da LOPE, é necessário, antes de tudo, referenciar alguns de seus artigos, que demonstram como era a participação popular após a independência. Isso nos dará uma ideia de como atuou o PAIGC e seu governo no período em que sobreviveu o projeto da unidade com a Guiné-Bissau.

⁷⁴ Aristides Pereira assume a presidência de Cabo Verde, cargo que ocuparia até a abertura política em 1990. Por ocasião da independência segue acumulando também o cargo de Secretário-Geral do partido.

⁷⁵ Pedro Pires é indicado como Primeiro-Ministro, cargo que ocuparia com desenvoltura e a mesma habilidade diplomática que havia demonstrado por ocasião das negociações que culminaram no reconhecimento da independência por parte do governo português, que até aquele momento reconhecia apenas a independência da Guiné-Bissau, onde havia sido derrotado militarmente.

A LOPE foi uma espécie de Constituição e definia os órgãos de poder do Estado e a organização jurídica-política para a governabilidade e a administração do país, portanto era necessário que ela tivesse artigos que permitissem nortear a organização do Estado até a promulgação da primeira Constituição. Como já referido anteriormente, o artigo 1º instituiu que a soberania reside no povo e é exercida no interesse das massas populares e estão estritamente ligadas aos interesses do partido, que era a força política dirigente da sociedade cabo-verdiana. O artigo 1º mostra que o partido se referia à população usando a designação “massas populares” e ao mesmo tempo se auto-proclama como a única força política no país e não permitindo a possibilidade de criação de outros partidos políticos.

Por sua vez, o art. 8º, estabelecia que é eleito pela ANP um Presidente da República, que é o Chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, demonstrando a inexistência de uma efetiva participação popular no que diz respeito à eleição do Presidente da República, uma vez que essa decisão residia nas opções dos membros do Partido, os quais foram os únicos a compor a lista de candidatos para eleição da Assembleia Nacional. É significativo o que diz o juramento da tomada de posse referente, conforme o art. 12º, que diz:

Juro, por minha honra, dedicar a minha inteligência e minhas energias ao serviço do povo de Cabo Verde, cumprindo os deveres da alta função do Presidente da República, com fidelidade total aos objectivos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. (LOPE, p.3).

Cabe destacar que esse juramento não promete fidelidade ao povo ou à unidade nacional, mas sim, aos objetivos do próprio partido e aos seus próprios interesses, que segundo o art. 1º correspondem também aos interesses das massas populares. A situação constitucional de Cabo Verde, durante a vigência da LOPE, no que tange aos órgãos institucionais, para além da Assembleia Nacional Popular e do Presidente da República como chefe de Estado, previa também os Tribunais, cuja existência objetivava o cumprimento das leis. No vigésimo artigo da LOPE estava previsto que o juiz só pode participar da composição dos Tribunais quando provada a sua idoneidade para o exercício da função de julgador com fidelidade às conquistas revolucionárias do povo de Cabo Verde, o que em outras palavras queria dizer que mesmo em relação à justiça não era permitido contrariar os objetivos do partido. De tudo isso ficava implicado que a Nação em si estaria sujeita à fidelidade

ao PAIGC e às conquistas revolucionárias, sendo a própria participação do povo restrita, não cabendo a ele decisões referentes à organização do Estado, sendo importante realçar que o voto popular era restrito a um só partido, ou seja, uma única lista e não havia o direito ao voto em relação à especificação dos órgãos institucionais, sendo essa decisão possível unicamente aos membros do próprio partido.

O partido então passou a controlar todos os aspectos que diziam respeito à vida social, mas se esqueceu dos direitos e liberdades fundamentais, uma vez que os 23 artigos aprovados por unanimidade na primeira sessão da Assembleia Nacional não explicitavam os direitos dos cidadãos e nem as condições para o exercício da cidadania, sendo esta última uma qualidade pertencente a todos os cidadãos sob um regime verdadeiramente democrático, o qual pressupõe o exercício do poder pelo povo, pelos cidadãos, conjuntamente com os governantes; e esse exercício deve ser atuante, traduzindo a capacidade dos cidadãos de formar uma vontade política autônoma frente os seus governantes.

Para Dahl (2001) a democracia significa que a vontade do povo, quando manifestada nas formas constitucionais, deve ser o critério que pauta a ação dos governantes. Fica demonstrada a incompatibilidade entre democracia e o regime do partido único, pois tanto a LOPE como posteriormente a própria Constituição de 1980 estavam ao serviço do partido, e não do povo. A LOPE que deveria ter vigência por três meses acabou se mantendo durante cinco anos, e somente após esse período a primeira Constituição cabo-verdiana foi aprovada.

Durante o período de sua vigência, que foi de cinco anos, podemos afirmar com base no texto da própria LOPE, que o nível efetivo de participação do cidadão cabo-verdiano comum foi praticamente nulo, e o próprio estatuto de cidadão poderia ser questionado, tendo em vista que o já citado 1º artigo da LOPE afirmava que a soberania do povo seria exercida em função dos interesses das massas populares, aos quais estão estritamente ligadas aos objetivos do PAIGC. Com isso fica claro que aquilo que prevalecia em relação aos interesses do povo era um reflexo dos interesses e dos objetivos do partido único instaurado em Cabo Verde. Ao se declarar como sendo o único autorizado a decidir as diretrizes a serem seguidas, mostrava que a soberania popular só se encontrava na teoria, prevalecendo portanto os objetivos do partido que supostamente iam de encontro aos objetivos do próprio povo.

A eleição ocorrida em 30 de junho de 1975, foi um pleito no qual o povo votou na lista única de candidatos apresentada pelo PAIGC. Naquele então o partido era o único representante dos “anseios ou objetivos populares” de Cabo Verde, reconhecido pela ONU e por Portugal, e uma vez que seu primeiro objetivo era o de alcançar a independência e sair das mãos dos colonialistas portugueses, atendendo aos anseios populares, os recém empossados constituintes aprovaram a LOPE, sem se preocuparem na prática com definir os direitos fundamentais dos cidadãos, que na altura eram designados pela expressão “massas populares”. Esse fato resultou ser no mínimo uma divergência entre aquilo a que o PAIGC propunha e o que acabou sendo efetivado por ele na prática. Os interesses do partido claramente se sobrepuseram aos do cidadão, seja no âmbito dos direitos, liberdades e deveres fundamentais, conforme preconizado nos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁷⁶. Fica assim evidenciado que na prática alguns desses direitos fundamentais não eram respeitados, como os de associação, manifestação, expressão e reunião. O que nos leva a aceitar que a participação política dos cabo-verdianos nos primeiros cinco anos pós-independência nacional foi frágil, não tendo o povo poder de escolha real, uma vez que não podia escolher outros candidatos para governar o país, senão aqueles do PAIGC.

Os “candidatos” eleitos juravam fidelidade aos próprios interesses do PAIGC, assim como o fez o próprio Aristides Pereira, primeiro presidente de Cabo Verde após a independência, cumprindo com o previsto no 12º artigo da LOPE. Cabe destacar que as eleições realizadas colocavam diante do povo uma lista na qual só constava a nominata do PAIGC, redundando que a escolha dos líderes ficava acima da escolha da população, a qual em realidade não tinha escolha. O episódio a seguir ilustra isso:

[...] Jorge Querido lembra-se de ter aparecido na Brava um grupo liderado por Aguinaldo Teodoro Fonseca (Tuca), pai de Luís Fonseca, que tenta lançar uma lista independente. A ousadia não deixou de causar alguma irritação e embaraço ao PAIGC (LOPES, 1996, p.426).

Lopes (1996) segue descrevendo em detalhes o modo como a lista proposta pelo senhor Aguinaldo Teodoro Fonseca não foi permitida nem teve assegurado o seu direito de concorrer. Este aparelhamento do Estado, o qual funcionava na dependência e submissão aos ditames do partido mostra-nos que as expectativas

⁷⁶ http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf

populares não coincidiram com a realidade do pós-independência, uma vez que o PAIGC estruturou um Estado autoritário, com as instituições dependentes do partido e sem garantias das liberdades e direitos fundamentais, uma vez que já no primeiro artigo da LOPE deixa claro que os interesses das massas populares estavam estreitamente ligados ao Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde.

Com base em uma leitura e análise da LOPE, podemos afirmar que os elementos considerados básicos e necessários em qualquer democracia, como o são a cidadania, a independência e autonomia dos poderes, ficaram submetidos e dependentes dos interesses do PAIGC. O texto da LOPE é autoritário e conferia poderes amplos ao partido, quer em matéria de políticas públicas e sociais, quer no âmbito econômico, cultural ou qualquer outro. Antes de se ter um partido servindo ao Estado, o que ocorreu aqui foi um Estado que estava a serviço de um partido. Resulta que a Assembleia Nacional Popular votou a Lei de Organização Política do Estado em tempo recorde e sem que houvessem as condições para um debate amplo e adequado:

Pressionados pelo tempo e pelas autoridades portuguesas, os deputados aprovaram em poucas horas os 23 artigos da LOPE, cujo projecto lhes foi entregue durante a própria sessão legislativa, não fazendo muitos deles a mínima ideia do que estava verdadeiramente em jogo (LOPES, 1996, p. 428).

Podemos nos perguntar se durante os cinco anos de vigência da LOPE, Cabo Verde constituiu-se em uma democracia ou em um regime autoritário. Não havia independência dos poderes, o regime político era o do partido único, criou-se uma polícia política a qual intimidava a população, a qual por sua vez para ser considerada idônea deveria necessariamente ter opiniões que fossem de encontro as do partido e de sua prática revolucionária. Em nenhum dos seus 23 artigos encontramos menção ao termo “cidadão”, e sim a “massas populares”. De 1975 até 1980 (período aqui analisado) o povo de Cabo Verde estava pela Lei em vigor, submetido a ideologia partidária, devendo respeitar e obedecer ao que fosse determinado pelo PAIGC e suas lideranças.

Por detrás da identificação liberal do totalitarismo com o autoritarismo, e da concomitante inclinação a ver tendências “totalitárias” em toda limitação autoritária, jaz uma confusão mais antiga de autoridade com tirania e de poder legítimo com violência. A diferença entre tirania e governo autoritário sempre foi que o tirano governa de acordo com o seu próprio arbítrio e interesse, ao passo

que mesmo o mais draconiano governo autoritário é limitado por leis (Arendt, 1992, p.134).

Com isso, podemos inferir que a escolha do PAIGC para Cabo Verde nestes primeiros cinco anos de independência foi a via do autoritarismo, fato esse que se manteria inalterado após a ruptura com a Guiné-Bissau, que analisaremos mais a diante. Como foi possível observar pelos artigos citados da LOPE, esta última criava todas as condições, jurídico-políticas, para um poder ditatorial. Sancionava a organização do Estado de Cabo Verde, em condições de total submissão ao PAIGC e seus interesses e ideologias, imprimindo, ao seu funcionamento, uma lógica revolucionária. Nesse sentido o artigo número quatro estipulava que a Assembleia Nacional Popular (ANP) exercia o poder soberano do povo, enquanto no quinto artigo era-lhe imputado o poder de modificar ou anular as medidas adotadas pelos outros órgãos do Estado. E uma vez que tanto o Presidente da República quanto o Primeiro Ministro (artigos 12º e 16º respectivamente) eram eleitos pela ANP e juravam “fidelidade total aos objetivos do PAIGC” a separação dos poderes legislativo e executivo era completamente eliminada.

O poder judiciário por sua vez, também tinha a sua independência tolhida, uma vez que no 2º parágrafo de seu 20º artigo estipulava que no exercício da Justiça “*só pode participar da composição dos tribunais aquele que tiver provado a sua idoneidade para o exercício de julgador com fidelidade às conquistas revolucionárias do Povo de Cabo Verde*”.

Da leitura e estudo da LOPE podemos resumir a situação em quatro pontos cruciais:

- 1 - O PAIGC é a força dirigente da sociedade e do país.
- 2 - O poder soberano não é exercido pelo povo, mas somente em seu interesse (o qual é estreitamente ligado aos interesses do próprio PAIGC).
- 3 - A Assembleia Nacional Popular (ANP), o Presidente e o Governo submetem-se totalmente ao Partido.
- 4 - Os tribunais não têm autonomia na medida em que os seus agentes têm de provar a sua idoneidade como defensores fiéis das conquistas revolucionárias, ou seja, ao próprio PAIGC.

Por fim, completando o quadro, a LOPE deixou omissos os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e o estatuto das Forças Armadas. O Presidente da República ficou estabelecido conforme o artigo 8º, como “Comandante Supremo

das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP)”. Ao não consagrar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos na lei máxima do país, os cidadãos de Cabo Verde ficaram em uma posição sem defesa, face aos interesses e decisões do Estado, durante cinco anos. Uma vez reconhecida as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) como cumpridora do papel de forças armadas do país, a LOPE sujeitou-se à definição do seu papel de braço armado do Partido/força dirigente da sociedade e do Estado. Nesse quadro as FARP eram autônomas e situavam-se fora do controle da própria ANP e tinham um caráter binacional, sendo uma instituição única para Guiné e para Cabo Verde.

Deste modo seguiu-se uma política de consolidação e fortalecimento do poder de um grupo, escudado no monopartidarismo e na não independência dos poderes do Estado (legislativo, executivo e judiciário), acrescentando-se ao quadro a ausência das garantias dos direitos e liberdades dos cidadãos, num projeto de dominação respaldado por uma força militar acima controle civil e da lei, que contava com efetivos de outro país (Guiné-Bissau), para defender os interesses do Partido Único, num caso singular de dois Estados livres e soberanos, governados por um único partido. Assim sendo, o que se construiu foi um aparelho jurídico-institucional que consolidou o poder do Partido, sufocando as liberdades sociais, e que perduraria por quinze anos, até que ocorresse a abertura política e o multipartidarismo nos anos 1990.

3.2 O FIM DA UNIDADE COM A GUINÉ-BISSAU

A União entre a Guiné e Cabo Verde foi uma união realizada artificialmente e dentro da conjuntura da luta pela independência dos dois países, idealizada e encabeçada por Amílcar Cabral, e que mesmo antes do assassinato deste líder político já sofria contestações. Essa união, mesmo que artificial, revelou-se importante durante a luta de libertação nacional, levando ao aproveitamento de quadros caboverdianos engajados não só na guerra travada no território guineense como também sobretudo no campo diplomático, exercendo grande pressão sobre Portugal. A criação do PAIGC tinha em sua origem como objetivo a luta pela independência de ambos os territórios.

Apesar do projeto da unidade ser um dos pilares do PAIGC (como já vimos),

existiu entre alguns dos seus membros, divergências quanto ao programa do partido, e em especial ao projeto da unidade. Tudo leva a crer que essas tiveram influência direta no assassinato de Amílcar Cabral. Cabe ressaltar que também entre a população foi na questão da unidade que as divergências se fizeram sentir com maior peso, entre caboverdianos e guineenses:

Para muitos guineenses e cabo-verdianos esta não era uma questão tão simples e tão natural. Dois anos depois da criação do PAIGC, em 1956, surgiu em Cabo Verde um movimento, chamado UPICV (União dos Povos Independentes de Cabo Verde), formado por caboverdianos e que defendia a independência, mas era contra a ideia de unidade entre os dois países (ÉVORA, 2001, p.49-50).

E entre outras correntes políticas existentes⁷⁷, dentre as quais se pode destacar a própria UPICV e a UDC, a questão era levantada como um modo de fazer oposição ao PAIGC, propondo um rumo diferente para o futuro de Cabo Verde:

[...] para a UPICV o projeto de unidade constituía uma ação forçada, tanto para Guiné quanto para Cabo Verde, uma vez que as diferenças sociais e culturais eram de tais formas significativas que, aliadas aos ressentimentos seculares dos guineenses em relação aos cabo-verdianos, inviabilizavam qualquer projeto dessa natureza. O próprio presidente da UPICV, Leitão da Graça, chega a firmar que [...] o povo da Guiné não quer essa unidade, porque os cabo-verdianos foram agentes dos portugueses no passado e no presente” (LOPES, 1996, p.127).

A união entre os dois países era um processo extremamente difícil, devido à realidade de cada país e as divergências políticas no seio do partido entre os membros caboverdianos e guineenses, divergências essas existentes desde o período da libertação nacional principalmente nos finais da década de 1960. Ao longo da pesquisa realizada para a elaboração desta dissertação, nos deparamos com aquilo que foi um fragante sentimento de desconfiança, muito especialmente por parte de alguns guineenses, em relação ao projeto da unidade. Vários fatores contribuíram para essa realidade, dentre os quais o principal possivelmente seja pelo fato de caboverdianos terem ocupado postos na administração colonial na Guiné-Bissau, o que os colocava numa condição de representantes do Estado português. Também a alardeada “maior” intelectualidade da elite caboverdiana, ajudou a nutrir um sentimento de superioridade destes últimos em relação aos guineenses.

⁷⁷ Destacar aqui algumas das correntes ou partidos políticos existentes naquele então e as nuances da disputa ainda num contexto pré-independência.

Cabral defendeu o seu projeto de unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde com base na ligação histórica entre os povos das então colônias portuguesas. Porém, apesar de tais laços históricos, esses dois povos não se reconheciam mutuamente como um só povo. É essa falta de reconhecimento mutuo que irá refletir no projeto de unidade binacional de Amílcar Cabral (MONTEIRO,2013, p.149).

Cabe destacar que Amílcar Cabral, como homem inteligente e culto que era, dificilmente ignoraria as dificuldades em levar adiante o projeto da unidade entre os dois países. Entretanto sabedor que a população de Cabo Verde tinha um forte vínculo de ancestralidade com as populações originárias da Guiné-Bissau, de onde muitos foram trazidos para o arquipélago a força, devido ao sistema do escravismo, assim como posteriormente muitos caboverdianos foram forçados a emigrar para a Guiné-Bissau buscando melhores condições de sobrevivência, Cabral aparentemente apostava nesses vínculos como sendo suficientes para justificar o início a manutenção da ideia da unidade. Após o assassinato deste último, o PAIGC convocou e realizou o seu II congresso, em Boé, no qual procurou reestruturar o partido, com Aristides Pereira assumindo a função de secretário geral enquanto Luís Cabral assumia como secretário adjunto.

É verdade que o cenário de desconfianças que se desenhou depois do assassinato de Amílcar Cabral entre os bissau-guineenses e os caboverdianos se refletiu nos bastidores do II Congresso em Boé, que objetivava a nomeação de um novo secretário geral do PAIGC; cabe ressaltar que o assassinato de Cabral já assinalava o fim da unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde, ou seja, estava mais do que evidente que, com a morte de Amílcar Cabral, seria difícil prosseguir com o seu projeto de unidade binacional (MONTEIRO, 2013, P. 198).

Antes de abordar diretamente o fim da unidade binacional entre Cabo Verde e Guiné-Bissau, vamos revisar a situação dos dois países ao obterem suas independências e iniciar o período cinco anos em que perdurou o projeto da unidade. Segundo Rizzi (2012), Cabo Verde era economicamente fraco, com uma agricultura impactada pelas secas, pela erosão e pela má-distribuição das terras, tinha uma agropecuária limitada e a pesca, embora sendo potencialmente importante, estava dividida entre os pescadores artesanais da costa e as indústrias pesqueiras estrangeiras. Já o setor industrial era obsoleto e o país dependia sobretudo das importações, em especial de alimentos. Acrescente-se o baixo nível de nutrição da maioria da população, a qual também tinha acesso limitado à água potável. As estatísticas apresentadas pela autora dão conta que aproximadamente 72% da população economicamente ativa estava desempregada em 1975. O

cenário na educação também era negativo, com apenas 20% da população tendo escolaridade primária e com 75% dos cabo-verdianos analfabetos em 1975. Rizzi (2012) prossegue com informações que mostram que o cenário na Guiné-Bissau era muito parecido ou mesmo pior que em Cabo Verde. O país também tinha um legado colonial negativo para reverter. Havia uma séria dependência do exterior, pois os recursos financeiros eram poucos e a estrutura produtiva era frágil. A tarefa dos dois novos Estados soberanos era na verdade dupla: solucionar os problemas internos e realizar na prática a unidade Cabo Verde - Guiné-Bissau:

Em 25 de junho de 1975, reuniu-se em Bissau o Conselho Superior de Luta (CSL), onde foi falha a primeira tentativa da união —constitucional entre a Guiné e Cabo Verde. A contenção de um Estado nascente, com um aparelho político, ideológico e administrativo tão pesado, parece ter levado a delegação cabo-verdiana a recusá-lo, pelo que nem sequer chegou a ser discutido na reunião do CSL. A forma de união dos dois povos seria estabelecida pelos seus representantes eleitos. Eleitas as duas comissões, em 1975, constituiu-se o Conselho da Unidade, organismo comum dos dois Estados, cujo objetivo era a elaboração do projeto da constituição da associação das duas repúblicas, o qual será depois submetido à apreciação das duas Assembleias soberanas (RIZZI, 2012, p.104-5).

De acordo com a farta documentação disponibilizada pela Fundação Mário Soares, durante o período colonial o PAIGC realizou dois congressos: em Cassacá (1964) e Boé (1973). Ambos com efeitos políticos práticos apenas na Guiné-Bissau, uma vez que em Cabo Verde o PAIGC restringia-se a clandestinidade. Fernandes (2007) destaca que o III congresso, realizado em novembro de 1977, em Bissau, foi um evento de grande envergadura, com a presença de 305 delegados (sendo 100 deles vindos de Cabo Verde) e tendo como lema: “Congresso da Independência Para a Unidade e o Desenvolvimento”. Sintetizado em um documento chamado “Resolução Geral do III Congresso”, ficou estabelecido que era preciso incentivar e trabalhar medidas de fortalecimento da vivência comum dos dois países, assim como das bases materiais, sociais e culturais, de modo a que as populações pudessem adotar e defender o projeto da unidade. Neste mesmo documento foram traçados objetivos na agricultura, na pesca, na indústria, no comércio, nos transportes e também a nível político, com a aprovação de um novo estatuto para o PAIGC. Fernandes encerra a sua análise sobre o III congresso destacando um paradoxo: se por um lado gerou uma expectativa quanto ao projeto da unidade, por

outro serviu para que houvesse a manifestação de algum ceticismo⁷⁸.

Finalmente, em 14 de novembro de 1980, na cidade de Bissau, foi realizada uma ação militar, liderada por João Bernardo Vieira (então Presidente do Conselho Nacional da Guiné-Bissau do PAIGC), a qual destituiu Luís Cabral (irmão de Amílcar Cabral e presidente da República). Foi formado um órgão chamado de “Conselho da Revolução” para dirigir o Estado guineense. Nas primeiras horas do dia 15 de novembro, Bissau estava controlada pelos militares que tinham aderido ao golpe. Para Rizzi (2012), aparentemente não havia nenhuma descontinuidade ideológica que permitisse justificar o golpe. A ação militar teria sido detonada pela revisão constitucional que, supostamente implicava na negação ao povo bissau-guineense da sua identidade nacional. Também foi apontado pelas lideranças guineenses o fato de que em Cabo Verde a Constituição não permitia a um guineense ocupar o cargo de Presidente; já a Carta Magna guineense foi elaborada de forma a permitir que um cabo-verdiano fosse Presidente, assim como permitia a pena de morte na Guiné, enquanto em Cabo Verde isso não ocorria. Os telegramas trocados entre Nino Vieira e Aristides Pereira mostram que para as autoridades de Bissau o golpe não punha em risco o pensamento de Cabral e os fundamentos do partido⁷⁹.

Em Bissau, a adesão popular ao golpe de Estado foi imediata. No início, o que vem a chamar-se movimento reajustador de 14 de Novembro apresentava como razões valores que tocavam fundo a população. A alegada supremacia dos cabo-verdianos na condução dos destinos da Guiné, a penúria de produtos básicos, nomeadamente o arroz, agravada por sucessivos maus anos agrícolas e pela incapacidade dos chamados armazéns do povo em assegurar a sua distribuição, a falta de combustíveis, a aposta numa industrialização acelerada do país, com a capital a funcionar como polo de desenvolvimento; enfim, a corrupção, o compadrio, a insatisfação das Forças Armadas, que tinham acabado de passar pela distribuição de patentes e reforma de um número significativo de antigos combatentes, a degradação acelerada do nível de vida da população, e principalmente a unidade com Cabo Verde, que as novas autoridades apelidam de *unidade de cavalo e cavaleiro*, eram, segundo os observadores, algumas das causas mais do que suficientes para o sucesso do golpe junto da população (LOPES, 1996, p. 634).

Há por ocasião do golpe perpetrado por Nino Vieira, um grande esforço por

⁷⁸ É também Antero Fernandes um dos autores que concede maior destaque a “Conferência Intergovernamental”, realizada pelos governos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, e que foram num total de três até 1980, destacando que esses eventos representaram o principal instituto da construção e materialização do projeto da unidade. Para uma informação detalhada sugerimos o estudo de sua dissertação, a qual consta em nossas referências bibliográficas.

⁷⁹ Telegramas disponíveis em Monteiro (2013).

parte dos golpistas e seus apoiadores em desacreditar e expor o governo de Luís Cabral, com denúncias de fuzilamentos em massa e julgamentos sumários de opositores do regime. A imprensa guineense e especialmente a portuguesa, retrataram o golpe como uma “segunda libertação”, agora do colonialismo caboverdiano. A revolução foi considerada como nacionalista e populista, como aponta o próprio José Vicente Lopes ao citar o trabalho realizado por Luís Moita e Carolina Quina, dirigentes do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (Cidac). Segundo Mateus (1999 apud PEREIRA 2013) descreve a tensão histórica entre caboverdianos e guineenses, justificando que esta teria iniciado ainda durante a era colonial. A costa da Guiné passou por períodos de administração a partir da cidade da Praia e, mais recentemente postos de trabalho na área administrativa em território guineense foram ocupados por caboverdianos, por possuírem formação superior e terem maior domínio da língua portuguesa. Desse modo os guineenses viam os caboverdianos como exploradores ou dominadores, e isso provocou um clima de desconfiança e competição entre ambos.

Pereira (2013), Monteiro (2013), Rizzi (2012) e Fernandes (2007) destacam a tensão entre as lideranças do PAIGC nos dois países e a troca de acusações que remontavam ao assassinato de Amílcar Cabral. O golpe de Estado de novembro de 1980 serviu como uma válvula de escape para se livrarem do pesado fardo da unidade. O PAIGC como entidade binacional deixou de existir desde o golpe. Passada a surpresa que o golpe provocou em Cabo Verde, à sua elite política reuniu-se de 16 a 20 de janeiro de 1981, na Cidade da Praia, para analisar a situação criada com o golpe, considerando as implicações desse ato e quais as medidas pertinentes a serem adotadas. Proclamou-se a existência de um partido nacional em Cabo-Verde, o qual passou a denominar-se Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), e pretendeu assumir para si todo o legado histórico, político e ideológico do PAIGC e do pensamento de Amílcar Cabral, e adotando o Programa e os Estatutos do PAIGC em tudo o que não fosse incompatível com a nova realidade. Além de criar um partido autônomo era necessária uma revisão do texto constitucional. As relações oficiais entre os dois Estados se restabeleceram quando Aristides Pereira e João Bernardo Vieira se reuniram em Maputo, de 16 a 22 de junho de 1982. A rodada de negociações que iniciou em Maputo findou em 1983 na cidade de Bissau, onde as questões pendentes foram tratadas, em especial a questão da Companhia Marítima de

Navegação Guiné-Cabo Verde (NAGUICAVE), tendo ficado decidido que não havia necessidade de designar Embaixadores residentes.

3.3 O REGIME MONOPARTIDÁRIO EM CABO VERDE

O regime monopartidário vigorou em Cabo Verde por quinze anos, iniciando ainda em 1975 por ocasião da independência e tendo sua derrocada em 1990, quando se estabeleceram as bases para as eleições multipartidárias que foram realizadas em 1991. Durante a quase totalidade desse período, Onésimo Silveira esteve a serviço das Nações Unidas, como diplomata engajado no apoio e proteção a refugiados de todo o mundo, e no seu caso específico sempre voltado com especial atenção para os países africanos.

O monopartidarismo foi justificado como uma necessidade para garantir a unidade nacional, a coesão social e o desenvolvimento econômico da Nação caboverdiana. Entre a elite governante caboverdiana o monopartidarismo foi considerado a única forma de se construir um Estado Moderno, uma vez que desde as décadas anteriores, quando da formação intelectual, sobretudo nos tempos da CEI e do CEA em Portugal, houve contato com o PCP e com as ideias marxista-leninistas, as quais influenciaram a formação destes quadros e era considerado por eles como uma maneira de reduzir as possíveis tensões sociais que poderiam surgir por causa da multiplicidade étnica e religiosa. MARTINS (2009) chama atenção para o fato de que o PAIGC julgava-se o criador e o doador de um Estado para a nação caboverdiana, e por isso considerava que competia exclusivamente para si governar o país. A própria conjuntura internacional ajudou a legitimar essa postura, pois a comunidade internacional referendava que caberia aos movimentos que lideraram o processo da independência o direito de assumir o poder do Estado. No caso específico de Cabo Verde, tanto a ONU quanto a OUA reconheceram ao PAIGC como detentor de legitimidade para governar o país após a independência. Assim, a independência política foi usada pelo PAIGC como justificativa para ser o representante legítimo e único dos caboverdianos.

O Estado caboverdiano que surgiu após a independência, nasceu com características autoritárias, com o consentimento do governo português, uma vez que durante as negociações, ao reconhecer a soberania de Cabo Verde, reconhece

somente um único partido como representante legítimo dos interesses do povo de Cabo Verde: o PAIGC. Num comunicado publicado pelo Conselho Superior da Luta do PAIGC, chamado de Boletim Oficial nº1, com data de 5 de julho de 1975, o partido deixa claro que a independência só foi possível devido a luta por ele desencadeada, e por isso se proclama como guia do povo caboverdiano e como força dirigente da sociedade.

Apesar do PAIGC ter adotado características autoritárias a partir de 1975, quando da primeira Constituição de Cabo Verde, aprovada em setembro de 1980, ficou estabelecido e aprovado pluralismo partidário como sistema político de Cabo Verde. Entretanto, em fevereiro de 1981, cinco meses depois da constituição ter sido aprovada e pouco mais de dois meses após o golpe liderado por Nino Vieira, que pôs fim ao projeto da unidade com a Guiné Bissau, uma revisão constitucional colocou um ponto final na possibilidade de pluripartidarismo. Nessa revisão foi dada uma nova redação ao 4º artigo, que a partir de então passou a estabelecer o PAICV como a única força política dirigente da sociedade e do Estado, e como partido único. Houve também uma revisão do artigo 46, que dispunha sobre os poderes da Assembleia Nacional Popular, sujeitando-o aos princípios estabelecidos pelo PAICV, e tornando a ANP um órgão subordinado as diretrizes do partido único:

A chave para análise e a caracterização da Constituição da República de Cabo Verde, do seu sistema político, do seu regime político, é a consagração do princípio da direção e controle do Estado pelo partido único institucionalizado... [...] o partido decide, o Parlamento ratifica e dá força legal às decisões do partido, o governo executa, sob controle do partido (LOPES, 1996, p.625).

Segundo Évora (2001) essa revisão constitucional mudou a forma de eleição do Presidente e do Primeiro-Ministro. Inicialmente, pelo artigo 64, estava estabelecido que o Presidente da República seria eleito por sufrágio universal, livre, direto, secreto e igual pelos eleitores recenseados no território nacional. E o artigo 73 determinava que o Primeiro Ministro seria nomeado pelo Presidente da República, uma vez ouvidos os partidos políticos representados no parlamento e levando-se em conta os resultados eleitorais. Esses artigos foram mudados na revisão constitucional de 1981, e tanto o Presidente da República como o Primeiro Ministro passaram a ser eleitos indiretamente pela Assembleia Nacional Popular. Na prática isso significou que o partido controlava os poderes Executivo e Legislativo, uma vez que o artigo 4º estabeleceu o PAICV como única força dirigente do Estado,

o Legislativo ficou submetido em sua totalidade aos membros do partido, os quais por sua vez elegeriam entre eles o Presidente da República e o Chefe de Governo do país. Essa revisão constitucional trouxe consigo um intenso controle do Estado sobre a economia, sobre a produção industrial, sobre os meios de informação e comunicação, os bancos, os seguros, a infraestrutura e os meios fundamentais de transporte.

Entre 1975 e 1980, a política em Cabo Verde foi caracterizada por uma forte carga ideológica, período no qual tudo estava centrado no Partido único – o (PAIGC), e em que no lugar de uma constituição o país era regido com base na LOPE. De 1981 a 1990 temos um segundo período⁸⁰, no qual o país passa a ter a sua primeira Constituição, datada de 1980, mas é somente no final desta década que dita constituição sofre alterações que permitem a abertura política. O fim do regime monopartidário que teve lugar nos anos 1990 levou a alterações no âmbito das políticas interna e externa do país, especialmente no intervalo de 1991 e 2001. A abertura política culminou com a alternância de governo, com a vitória do MPD nas eleições de 1991. Com o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim em 1989, o mundo entrou em uma nova era nas relações internacionais, e Cabo Verde manteve o seu pragmatismo diplomático, fator até então fundamental para a sobrevivência do país.

3.4 ABERTURA POLÍTICA

Ao perceber a viragem política em seu país e o advento da democracia, Onésimo Silveira - que se manteve distante e crítico ao PAICV até 2002 - se desliga da UNHCR e volta a Cabo Verde, onde se elege Presidente da Câmara Municipal da cidade do Mindelo, lançando no ano seguinte um livro de denúncias contra os excessos do PAICV⁸¹ durante esses quinze anos. O regime do partido único

⁸⁰ Neste trabalho não iremos nos ocupar de alguns detalhes importantes relativos ao período em questão, porém gostaríamos de destacar que foi um período marcado por muitos acontecimentos relevantes, nos quais o governo de Cabo Verde leia-se PAICV, assumiu e manteve posições firmes nas suas relações internacionais, como foi o caso do uso do aeroporto da cidade da Praia pelos aviões sul-africanos da SAA e também tomando posição em favor do MPLA, ao permitir que os cubanos enviados por Fidel Castro para Angola pudessem fazer a necessária escala em Cabo Verde, de modo a poder chegar posteriormente ao seu destino final na parte continental da África.

⁸¹ Devido as limitações documentais, e também tendo em vista a proposta desta pesquisa, não iremos nos debruçar sobre essa obra e o impacto das denúncias nela realizadas: A tortura em nome do partido único: do PAICV e sua polícia política. Mindelo: Terra Nova & Ponte e Vírgula, 1992.

inicialmente impediu qualquer tipo de oposição política e impossibilitou qualquer tentativa de organização da sociedade civil que não fosse a ditada pelo próprio partido, que como vimos ao nos debruçarmos sobre a LOPE, confundia-se com o Estado. Uma vez obtida a independência de Cabo Verde em 1975, havia dúvidas (inclusive entre aqueles que foram protagonistas da luta para que tal fim fosse alcançado, e que passaram a governar o país) sobre a capacidade de sobrevivência do país. O solo pouco fértil para a agricultura, períodos de seca (algumas vezes longos) e recursos naturais escassos, que historicamente levavam a fome, era o que mais atormentava a população recém independente. Apesar de todas as adversidades e de sua condição arquipelágica, Cabo Verde conseguiu levar adiante um projeto de relativo sucesso no contexto africano, tendo superado a fase do regime de partido único e se estabelecido como uma democracia multipartidária.

RILEY apud ÉVORA (2001) afirma que as maiores pressões para a abertura política vieram dos países que foram colonizadores no passado e que se transformaram nos principais financiadores dos programas de desenvolvimento das suas ex-colônias. Tanto França e Inglaterra, como depois a União Europeia, determinaram que a liberação de verbas só ocorreria se fossem introduzidas reformas políticas e depois reformas econômicas. A pressão exercida pelos Estados Unidos e pelo Banco Mundial foi menor, pois estes dois só exigiam "boa governança" e "menos corrupção". Portanto, mesmo as razões internas, foram influenciadas por motivos econômicos, pois muitos africanos começaram a acreditar que os problemas econômicos que atravessavam eram resultado da ação de políticos corruptos que satisfaziam os interesses de uma pequena minoria que detinha o poder, enquanto as necessidades básicas da maioria da população não eram satisfeitas. O autor ainda destaca que no final dos anos 1980, os doadores internacionais passaram a estipular como requisito para liberar verbas de ajuda econômica o início de reforma política e a introdução da democracia e do reconhecimento do multipartidarismo, o respeito aos direitos humanos e menos corrupção⁸².

⁸² A proposta neste trabalho não é analisar em detalhes os múltiplos fatores que somados resultaram na abertura política em Cabo Verde. Para um estudo detalhado sugerimos Martins (2009), que no segundo capítulo de sua dissertação, realiza um estudo do cenário internacional em finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, analisando o impacto da implosão do "Bloco do Leste" sobre os países africanos, em especial para aqueles que tinham sua base ideológica e inspiração nas teorias marxista-leninistas. A autora em questão também se debruça sobre os fatores econômicos e as

Um fator externo que influenciou o processo de transição política na África em geral foi a queda da antiga URSS. De um modo geral, todo o Leste Europeu foi uma importante base de apoio para os regimes monopartidários na África, aliança essa que teve origem durante os processos de independência. Por volta das décadas de 1960 e 1970, os países do Leste Europeu, passaram a ter hegemonia de influência no continente africano. Os países da então União Soviética deram apoio financeiro, bélico, ajudaram na formação de quadros militares e na luta pela independência política de muitos dos países africanos. Após a descolonização e a independência, o Leste Europeu passou a ser o grande inspirador dos regimes monopartidários que invadiram a África após a colonização, pelo menos na África Portuguesa, onde a maioria dos regimes monopartidários assumiu a ideologia marxista-leninista como vanguarda. A queda do regime soviético simbolizou a falência da fonte ideológica desses regimes e o fim da principal inspiração deles.

O país aderiu ao multipartidarismo em 1990 e no início do ano seguinte, organizou eleições, que culminariam com o afastamento do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), que governava desde 1975. A derrota foi reconhecida pelos derrotados, e desde 1991 as eleições acontecem regularmente, conforme disposto na Constituição. Tanto o Parlamento quanto o Presidente da República são eleitos pelo voto direto. Não existem registros de perturbação da ordem ou incidentes graves entre partidos e instituições públicas desde a abertura política. Como vimos anteriormente, a Lei sobre a Organização Política do Estado (LOPE), funcionou até à aprovação da Constituição em 1980, instituindo o regime de partido único. O PAIGC (depois PAICV) ao assumir o governo do país adotou uma estratégia política tendencialmente socialista e centralizadora de poder. Este foi o cenário político do arquipélago durante cerca de quinze anos, após os quais sobreveio, por fatores internos e externos, a abertura ao multipartidarismo, enquadrado em um panorama internacional de mudanças políticas protagonizadas pela queda da União Soviética (URSS) e os seus aliados europeus, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, o que significou culminou com a abertura política e a realização de eleições livres e democráticas em muitos países.

Ramos (2012) aponta que o descontentamento no interior do partido único passava por algumas divergências ideológicas⁸³, assim como pela fraca circulação dos dirigentes, fator que impedia a mobilidade ascendente dos mais jovens que não haviam participado na luta pela independência, mas que tendo acesso ao ensino superior fora do país, estando desejosos de participar da vida política do país de forma ativa, assim como nas instituições públicas. Contudo, a autora refere que as mudanças desencadeadas no arquipélago no biênio 1990/91 foram diferentes do processo que levou a independência de Portugal em 1975, tendo sido agora conduzido por diversas esferas da sociedade e não tiveram uma base intelectual, nem cultural, com as mesmas características daquele então.

Para ÉVORA (2009) a transição política em Cabo Verde é o resultado de uma iniciativa conjunta dos líderes do regime anterior, de natureza autoritária e da oposição política que se formou posteriormente. Sobre esse momento da história caboverdiana, Onésimo Silveira declarou em entrevista:

A minha diferença com o partido era sobretudo uma diferença de práxis. No fundo, a minha posição coincidia com a de Baltasar Lopes da Silva. Nós não podemos ser intelectuais admitindo abusos contra os nossos cidadãos (LOPES, 1996, p. 457).

O envolvimento de empresários e comerciantes teria sido decisivo, ainda de acordo com ÉVORA (2009), uma vez que eles lideravam um setor com enormes dificuldades de crescimento, devido ao domínio do setor público em todas as áreas da economia do país. A introdução do elemento econômico no processo teve implicações na organização do país, como por exemplo, em relação à política de privatizações.

Para Furtado (1997) é importante destacar que tanto em 1975, quando ocorreu a conquista da independência, como em 1990, quando foi a vez da abertura ao multipartidarismo, uma pequena elite liderou os dois processos, ou seja, foram desenvolvidos de cima para baixo. No período colonial existiram sujeitos que se posicionavam de forma destacada (uma elite intelectual como já vimos) e que ajudaram a definir o futuro do país, sem um envolvimento maior do povo. O regime político de partido único com uma presença forte do Estado em todos os setores e

⁸³ No caso concreto de Onésimo Silveira, este se manteve, como vimos anteriormente, a serviço da ONU e afastado do PAICV. José Vicente Lopes, em “Cabo Verde: os bastidores da independência”, relata dois momentos em que Silveira foi detido durante suas visitas a Cabo Verde, a primeira em 1976 e a segunda em 1980, quando já na condição de funcionário da ONU, chegou a ficar preso por 12 horas. Para maiores detalhes: LOPES, 1996, p. 456.

uma iniciativa privada muito limitada, também contribuiu para uma certa passividade dos cabo-verdianos em relação à defesa dos seus próprios interesses. A mudança política de 1990-91 foi engendrada por membros da elite que estavam insatisfeitos, não se tendo verificado uma adesão ou participação expressiva das massas.

Évora (2001) chama atenção para o curto intervalo no processo de abertura política em Cabo Verde. Entre a intenção de se fazer a abertura política à concretização constitucional para tal fim, foram decorridos seis meses. A revisão constitucional em setembro criou as condições para o multipartidarismo, e foi estabelecido um calendário que determinava a realização das eleições presidenciais para fins de novembro (ainda em 1990) e as eleições legislativas para fevereiro de 1991. A campanha eleitoral para estas primeiras eleições democráticas se realizou de 4 de dezembro de 1990 até 1 de janeiro de 1991. Em 13 de janeiro se realizam as primeiras eleições legislativas pluripartidárias, onde foram eleitos os deputados da legislatura que iria se iniciar em 25 de fevereiro de 1991. O processo teve continuidade com a realização da eleição presidencial, realizada em 17 de fevereiro de 1991, tendo ocorrido a posse do novo presidente eleito em 22 de março.

Em fevereiro de 1990, o PAICV declarou a intenção de fazer a mudança do regime para um sistema multipartidário. Passaria a aceitar que outras associações políticas pudessem disputar as eleições, que deveriam ocorrer no final do referido ano. Em julho, quando se realizou o IV Congresso Extraordinário do PAICV, os dirigentes do partido viram que a abertura política era necessária e que para prosseguir com o desenvolvimento de Cabo Verde, além da democracia o sistema político precisava ser aperfeiçoado para poder acompanhar as mudanças que ocorriam no plano internacional.

Évora (2004) detalha a cronologia da abertura política ao longo do ano de 1990, a qual foi institucionalizada em setembro, no momento em que a Assembleia Nacional Popular (ANP), em uma convocação extraordinária, removeu o Artigo 4º que reconhecia o PAICV como única força política. Essa assembleia instituiu a lei do regime jurídico dos partidos políticos, a lei eleitoral para a ANP e para Presidente da República, entre outras. Assim formalizou-se o direito de existência do multipartidarismo e as condições legais para ter a separação entre os poderes legislativo e executivo. Entre a intenção de fazer a abertura, anunciada em fevereiro de 1990, até a sua realização (em termos constitucionais), passaram-se seis meses. Criadas as condições legais para o multipartidarismo, o PAICV estabeleceu um

calendário que determinava a realização das eleições presidenciais para finais de novembro de 1990 e as eleições legislativas para fevereiro de 1991⁸⁴. No decorrer das negociações, a oposição conseguiu que fosse aceita a presença de observadores internacionais e que as eleições para o legislativo antecedessem as presidenciais.

Évora (2009) chama atenção para o fato de que no momento da transição para a democracia, Cabo Verde era um país que na comparação com as outras ex-colônias portuguesas na África, parecia reunir um conjunto de condições mais favoráveis a instalação de um regime democrático, mantendo a estabilidade, algo não conseguido pelos outros PALOP, pois em alguns casos haviam conflitos pela hegemonia étnica e religiosa, e ainda pelo fato de nunca ter ocorrido no arquipélago um conflito armado, ou seja, de não existia um histórico de violência em Cabo Verde, algo que se pode verificar nos outros países da África lusófona, tendo sido um fator determinante para que o próprio regime autoritário instaurado após a independência assumisse características distintas dos demais regimes autoritários nos países africanos, e também fez com que Cabo Verde nesse contexto fosse também pioneiro no processo de democratização, o qual tardou em alguns destes outros Estados, devido aos frequentes conflitos armados.

Évora (1998) afirma que o novo governo introduziu uma política econômica baseada no livre mercado e que a privatização de empresas estatais se transformou na principal reforma realizada, logo após a abertura. Em linhas gerais, no pós-democratização, o arquipélago foi edificando as suas instituições, aprimorando o seu funcionamento, em parte muito graças aos investimentos estrangeiros, que contribuíram fortemente para o país se desenvolver e crescer, sobretudo economicamente. As condições de vida têm melhorado, como por exemplo, o acesso à saúde e à educação. Cabo Verde encontra-se afastado dos cenários mais negativos que via de regra caracterizam alguns países africanos. O país convive com desigualdades sociais, dimensões reduzidas e limitações próprias de sua condição arquipelágica, assim como um incremento do interesse pelos assuntos públicos. Houve melhoria da escolaridade e expansão do uso da internet contribui para uma melhoria dos níveis de aprendizado e leitura.

⁸⁴ Martins (2009) chama atenção para o fato das eleições legislativas (que acabaram ocorrendo em 13 de janeiro de 1991) foram as primeiras da África Lusófona em que houve a participação de mais de um partido político, sendo que o MPD obteve 62% dos votos, o que significou 56 dos 79 assentos parlamentares da ANP.

Gonçalves (2010) chama atenção para o fato de que a partir dessas mudanças, o PAICV começou a tomar consciência da necessidade de redefinir a sua política externa, iniciando uma aproximação da Europa, principalmente de Portugal, pois ali reside uma das maiores comunidades de imigrantes cabo-verdianos, além da relação histórica entre os dois países. Ao mesmo tempo deu-se a aproximação com o continente americano, em especial com o Brasil e os Estados Unidos, sendo que neste último é também muito significativa a presença caboverdianos. Na Ásia, com destaque para a China, novas parcerias são estabelecidas para cooperação. Este autor ao abordar a abertura política, procura demonstrar a importância da mesma enquanto uma viragem na história do país, muito mais nos aspectos da política interna, pois para ele, no que diz respeito à estratégia de condução da política externa existe certa continuidade⁸⁵. O regime democrático que se instalou em Cabo Verde contribuiu para a afirmação e reconhecimento do país como um Estado de Direito, com pluralismo político, a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e a liberdade.

3.4.1 BANDEIRAS E SÍMBOLOS

De acordo com os teóricos do nacionalismo, embora a nação se caracterize como algo imaterial ou intangível, ou até mesmo por essa razão, ela necessita de símbolos que possam lhe dar uma condição mais concreta. Por muito tempo ao longo da história, não existiam bandeiras, brasões ou armas nacionais, e sim insígnias que muitas vezes representavam as casas dinásticas, os condados, ducados e afins. Na medida em que os Estados-nações se consolidaram, novos símbolos foram adotados para permitir a sua representação, ou como no caso português, os símbolos dinásticos foram por fim apropriados e adaptados, de modo a representar a nação portuguesa. Dentre os teóricos referidos acima, podemos destacar Fernando Catroga, quando afirma que:

[...] mais importante do que criar uma bandeira nacional era popularizar e interiorizar a sua representatividade sintética, assim como os seus efeitos identitários e pedagógico-cívicos [...] (CATROGA, 2005, p. 166).

⁸⁵ Sobretudo no que diz respeito a já citada postura de não-alinhamento, marcada pela flexibilidade e inteligência, como nas relações exteriores que equilibravam os interesses estrangeiros, procurando submetê-los ao que fosse mais importante para o arquipélago, como veremos mais adiante.

Tanto o hino, como também a bandeira são definidos por ele como meios de uma representação quase “totêmica” ao patriotismo.

Pereira (2013) destaca que após assumir o poder, o MPD tomou algumas medidas de grande potencial polêmico. Uma delas foi em relação à troca dos símbolos nacionais: a bandeira e o hino nacional de Cabo Verde. As razões do governo em efetuar esta mudança poderiam até ser consideradas lógicas, uma vez que esses símbolos representavam o partido único e estavam ligados à criação do PAIGC e aos seus ideais. O objetivo inicialmente era mudar esses símbolos e, para isso, realizou-se um concurso público onde se escolheu os símbolos que representariam a nação e o Estado caboverdiano, sem se estar imbuído neles cor política ou ideológica. A proposta de mudança da bandeira foi apresentada na Assembleia Nacional e aprovada pela maioria dos deputados do governo, com a oposição votando contra. Não houve consulta ou referendo popular. Com isso a decisão ganhou ares de polêmica e deu margem a discussão sobre a sua legitimidade.

Neste episódio da troca dos símbolos nacionais após a queda do PAICV, para além da discussão política, é necessário chamar a atenção para a discussão identitária. Em nosso segundo capítulo destacamos a necessária busca e reaproximação das raízes africanas, seja através da “reafricanização dos espíritos”, seja através da “consciencialização”. Fazia-se necessário aproximar Cabo Verde da África Negra, justificando o projeto da unidade com a Guiné-Bissau, que culminaria na independência dos dois países. E é nesse contexto que a bandeira do PAIGC foi criada, com as cores e símbolos que remetiam ao continente africano⁸⁶. Deste modo, temos na bandeira o símbolo máximo da afirmação de Cabo Verde como um caso de regionalismo africano.

⁸⁶ Conforme Monteiro (2013), as cores seriam aquelas representativas do nacionalismo africano. O vermelho simbolizando o sangue derramado pelos negros heróis e mártires, desde os tempos imemoriais, no seu combate contra a dominação estrangeira. O verde a nova esperança nascida nos nossos corações com o ressurgimento da luta para a paz e o progresso. O amarelo a abundância que vai ser criada pelas nossas próprias mãos, nos nossos países libertos do colonialismo e a estrela negra lembra os objetivos do Partido, instrumento de unidade e da libertação dos nossos povos (referindo-se a luta conjunta para libertação de Cabo Verde e da Guiné-Bissau).

Figura 5 - Bandeira de Cabo Verde de 1975 até 1992.



Figura 6 - Bandeira da Cabo Verde de 1992 em diante.



Figura 4 - Bandeira da União Europeia.



Nota: Apresentada oficialmente em 13 de dezembro de 1955 e adotada como símbolo oficial da Europa em 26 de maio de 1986.

Uma vez passados quinze anos da independência, e tendo Cabo Verde se afirmado enquanto país soberano, livre do monopartidarismo e agora no rumo de se constituir uma democracia plena, o país aparentemente fazia as pazes consigo mesmo e com sua identidade. Bandeira de Cabo Verde de 1992 em diante.⁸⁷

Neste novo contexto, e sempre dentro de um pragmatismo diplomático, o país cada vez mais mira o continente europeu, enxergando nele a sua mais preciosa fonte de apoio para os desafios do final de um século e início de outro, buscando afirmar-se, sim, como um caso de regionalismo, porém europeu e não mais africano. Mais do que uma ruptura política, a troca da bandeira especialmente, simboliza uma tentativa de mostrar ao mundo a afirmação dessa identidade, adotando as cores e as estrelas que em muito se assemelham a bandeira da UE. Cabe notar que a

⁸⁷ De acordo ao site oficial da Embaixada de Cabo Verde no Brasil, o simbolismo presente na bandeira atual do país é o seguinte: O retângulo azul da Bandeira simboliza o espaço infinito do mar-e-céu que envolve as ilhas. As faixas, o caminho da construção do país. O azul, o mar e o céu. O branco, a paz que se quer. O vermelho, o esforço de suas gentes, e as estrelas, as dez ilhas que compõem o arquipélago. Disponível em http://www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/?tac=S%EDmbolos_Nacionais. Acesso em: 30 ago. 2016.

mudança nos símbolos nacionais é emblemática, tendo em vista, do ponto de vista individual, que iremos observar um reposicionamento no modo de pensar de Onésimo Silveira, uma mudança no horizonte de expectativa, como vamos detalhar ainda neste capítulo, a qual se dá com base em um novo campo de experiência, construído ao longo das quatro décadas que separam as duas fontes documentais primárias que constituem a base da pesquisa que aqui realizamos.

3.5 RELAÇÃO COM A UNIÃO EUROPEIA, PORTUGAL E DIPLOMACIA

Ainda durante o governo do PAICV ocorreu gradualmente uma reaproximação com a Europa, a qual se intensificou no governo do MPD, o que pode ser observado em ações da política externa e interna. Pensando em termos ideológicos, para manter a coerência com sua história, o PAICV deveria cultivar uma posição africanista, que lhe conferia legitimidade. Mais uma vez fica patente o pragmatismo das ações dos dirigentes caboverdianos, que devido as relações diplomáticas, os acordos internacionais e dependência em relação à Europa, especialmente Portugal, fez com que o posicionamento do partido fosse mudando.

Em certa medida o golpe de estado de 1980 na Guiné-Bissau também serviu para reduzir os laços com a África continental, sendo que a abertura política de 1991 resultou em uma estratégia de desenvolvimento através da liberalização da economia, com maior abertura para investimentos estrangeiros, ficando claro que uma aproximação com a Europa seria uma opção mais pragmática.

Martins (2009) aborda de modo minucioso as relações de Cabo Verde com o exterior⁸⁸, incluindo as medidas que foram adotadas na política e na economia. Após a abertura política em 1991, o governo criou um plano de desenvolvimento, e estabeleceu um conjunto de reformas prioritárias, como a reforma do setor público, a estabilização macroeconômica (visando a eliminação da dívida interna, a liberalização da economia e a privatização das empresas do Estado). Essas medidas eram parte de acordos com o FMI e com Portugal, que incluía paridade cambial.

⁸⁸ A autora apresenta números da balança comercial de Cabo Verde após a abertura política. Das importações do país em 1996, 60% eram provenientes da Europa, sendo 40% de Portugal. Já nas exportações, em 1996 cerca de 90% de tudo que Cabo Verde exportava era destinado para Europa, sendo 70% para Portugal. Nos anos seguintes esses números aumentaram, deixando clara a dependência de Cabo Verde para com a União Europeia de um modo geral.

É interessante notar que as relações entre Cabo Verde e Portugal sempre foram importantes, tanto política quanto economicamente, em especial no pós-independência. Aos poucos acabaram formando um grupo regional e originou-se a CPLP, em 1996, a qual teve o apoio do governo português e abriu o leque para maior cooperação entre os países lusófonos. Para além das relações estabelecidas e consolidadas no âmbito da lusofonia, Portugal tem contribuído nas relações entre Cabo Verde e a União Europeia.

Portugal teve muita importância no que tange aos bastidores da graduação de Cabo Verde por parte das Nações Unidas, quando este deixou o grupo dos PMA (Países Menos Avançados) e passou ao status de PVD (Países em Vias de Desenvolvimento), sobretudo ao esforçar-se junto a União Europeia e as Nações Unidas para que fosse concedido um período de transição para Cabo Verde consolidar o novo estatuto. Em dezembro de 2004 foi concedido para Cabo Verde um período de três anos de transição⁸⁹. Entre os argumentos em favor de Cabo Verde estão a melhora no IDH e na renda per capita.

Martins (2009) esclarece que a ideia da integração de Cabo Verde na União Europeia ressurgiu em Tenerife, nas Ilhas Canárias, em 1994, durante uma conferência de Mário Soares. Uma das figuras mais distintas da política portuguesa, tanto por sua ação enquanto opositor ao Estado Novo quanto pelos cargos políticos que desempenhou depois do fim do regime, inclusive porque esteve envolvido nos processos de negociações para a independência das colônias portuguesas, ele ao fazer referência às ilhas da Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde), afirmou que os caboverdianos não são exclusivamente africanos: são uma mistura de diversos povos que cruzaram o Atlântico. Para além dos argumentos históricos, teria apresentado argumentos comportamentais e políticos, lembrando que os caboverdianos tiveram sempre um comportamento diferente dos outros povos colonizados, porque se consideravam intermediários entre eles e a África. A discussão foi reativada por um artigo de Adriano Moreira publicado no Diário de Notícias, em 8 de Fevereiro de 2005. Nesse artigo, ele defendeu que, “não existem

⁸⁹ Reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, resolução 59/209 de Dezembro de 2004. Para obter informações detalhadas, consultar o site da embaixada de Cabo Verde no Brasil, em: www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/files/files_4774fa95c6835.doc.

obstáculos nos estatutos da UE que impeçam Cabo Verde de solicitar à Bruxelas abertura negociações para a sua adesão”⁹⁰.

Onésimo Silveira foi o Embaixador de Cabo Verde em Portugal por quatro anos (2002-2005), e desempenhou um papel ativo nos esforços aqui relatados, especialmente ao ajudar na organização de um evento para a Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde⁹¹, o “Ciclo de Encontros ‘Negócios e Afinidade’, Seminário Portugal Cabo Verde: uma parceria para o futuro”⁹², realizado em 22 de junho de 2005, no Hotel Altis em Lisboa.

Figura 7 - Ciclo de Encontros, Negócios e Afinidades: Portugal – Cabo Verde.



Fonte: <http://www.portugalcaboverde.com/> 1

É também em 2005, ainda com a Embaixada sob o comando de Onésimo Silveira, que Mário Soares e Adriano Moreira defendem a adesão de Cabo Verde à UE⁹³:

⁹⁰ Em notícia divulgada pela Agência Lusa em junho de 2005, o então Primeiro-Ministro, José Maria Neves, afirma que “não vê qualquer obstáculo à adesão plena de Cabo Verde à União Europeia”, e que Cabo Verde vem trabalhando nesse sentido desde 2001.

⁹¹ Em nossa pesquisa não temos como aprofundar as informações sobre o trabalho que a Câmara em questão realiza, entretanto maiores informações podem ser obtidas diretamente em seu site oficial: <http://www.portugalcaboverde.com/main.php>.

⁹² Pode-se obter uma resenha do evento em www.portugalcaboverde.com/download.php?id=67

⁹³ A integração de Cabo Verde com a UE costuma ser abordada pelos seus defensores dentro de três possibilidades: Em primeiro lugar a possibilidade de uma adesão plena, dando a Cabo Verde o estatuto de Estado Ultraperiférico, como parte da Macaronésia. Também há quem veja como solução passar a considerar o arquipélago como parte da Wider Europe Neighbourhood, juntamente com

Retomando a análise da questão no que concerne à ação desenvolvida por parte de Portugal, em Março de 2005, Mário Soares e Adriano Moreira, numa petição assinada por destacadas figuras da sociedade portuguesa e apoiada a título pessoal pelo, na altura, Ministro dos Negócios Estrangeiros Freitas do Amaral, defenderam a adesão de Cabo Verde à UE, aconselhando estas duas entidades a dar início às negociações para essa mesma adesão. Esta petição foi apresentada na Sociedade de Geografia de Lisboa. Segundo os defensores desta iniciativa, Cabo Verde reunia as condições históricas e políticas necessárias para iniciar um processo de integração na UE (MARTINS, 2009, p. 81/2).

Cabo Verde recebeu desde que alcançou a sua condição de soberania, uma significativa ajuda internacional, e foi gradualmente consolidando sua estabilidade, seja em termos políticos, como sociais e econômicos. A estratégia de desenvolvimento do país se deu desde o início com base em um olhar atento das oportunidades que se abriram no cenário internacional, canalizando e gerindo os recursos obtidos. Aos poucos, no pós-independência a discussão sobre a condição de Cabo Verde como um caso de regionalismo europeu foi voltando a tona. Se por um lado a tese da adjacência foi perdendo força, gradualmente foi substituída pela ideia da parceria especial com a União Europeia, como prova de uma relação privilegiada de Cabo Verde com o velho continente, em especial com Portugal.

3.6 ONÉSIMO SILVEIRA E A DEMOCRACIA EM CABO VERDE

Nesta altura do presente trabalho, novamente retomamos a tese de Koselleck (2012), segundo a qual as condições da possibilidade da história real são as condições do seu conhecimento. Assim, a experiência e a expectativa são vistas como constitutivas, de modo simultâneo, da história e de seu conhecimento, mostrando a relação dialógica entre o passado e o futuro:

[...] experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem ações concretas no movimento social e político (KOSELLECK, 2012, p. 308).

E a mudança no pensamento de Onésimo Silveira, sobre temas capitais da primeira obra aqui analisada, verificada por ocasião da publicação de “A Democracia em Cabo Verde”, é uma amostra de que como propõe Koselleck, a história

amadurece em meio a determinadas experiências e determinadas expectativas, e isso nos remete à temporalidade do homem e à temporalidade da história.

A pesquisa realizada ao longo deste capítulo permitiu observar que o ano de 2005 foi muito significativo para Onésimo Silveira, marcando por um lado a sua saída de Embaixada de Cabo Verde em Portugal, após um período marcado por esforços concretos para uma maior aproximação entre os dois países e consequentemente com a UE também. E foi em março do mesmo ano, ainda na condição de Embaixador, que reunindo dezenove ensaios e dois discursos políticos, todos de sua autoria, Silveira publica em Lisboa o livro “A Democracia em Cabo Verde”. Não foi possível em nossa pesquisa determinar com exatidão o momento e o lugar em que foram publicados originalmente os ensaios que passaram a compor o livro. Tendo em vista a necessidade de estabelecer uma conexão entre os elementos basilares da obra “Consciencialização na literatura caboverdiana”, reencontrando-os em “A Democracia em Cabo Verde”, a nossa análise da obra, neste capítulo, ficará restrita a primeira parte, intitulada “Pressupostos”⁹⁴ e composta por oito ensaios/capítulos. Em dita análise, vamos realçar a leitura histórica nela contida e a mudança de posicionamento no pensamento do autor nas questões relativas a identidade nacional em Cabo Verde e ao trabalho dos Claridosos.

Nesta obra vamos nos debruçar sobre o tema da formação e emergência da Nação e do Estado, o dilema identitário, assim como o impacto que a igreja Católica, a fome, a crise do escravismo e a emigração tiveram na formação dessa identidade nacional. O autor estuda a ascensão do mestiço e o fenômeno da criouldade, analisa o Estado-Nação na África e em Cabo Verde, assim como a importância e a necessidade de promover uma descolonização das mentalidades, dentre muitos outros temas necessários para se compreender minimamente a realidade das ilhas de Cabo Verde. Quarenta e dois anos após ter escrito a sua “Consciencialização na literatura caboverdiana”, no qual defendeu a ideia de Cabo Verde como um regionalismo africano e advogou pelas raízes identitárias africanas do arquipélago, e embora insista no conceito de “regionalismo africano”, esse regionalismo é apresentado de modo diferente, quase moribundo:

⁹⁴ Na segunda parte da obra, intitulada “práxis”, o autor se detém em questões políticas, num conjunto de onze ensaios, nos quais sobressai o papel de igreja católica ao longo de toda história do arquipélago, sua relação com a escravatura, a constituição de um “catolicismo crioulo” e a religião como ópio da democracia. Termina a obra com dois discursos políticos anexos.

Cabo Verde é um caso de regionalismo africano que, feliz ou infelizmente, tende a sê-lo cada vez menos, na medida em que sua dinâmica política e sociocultural se torna cada vez mais dependente e tributária dos valores da civilização ocidental, tanto os que são importados e incorporados diariamente, como aqueles que estão inscritos no código genético da sua existência como entidade humana (SILVEIRA, 2005, p.9).

A formação da identidade nacional em Cabo Verde é um caso ímpar, e que encerra em si características específicas como uma mestiçagem altamente particular, com a presença de elementos do mundo ocidental que para ali foram transplantados, e na visão de Silveira o foram sem “sintomas aparentes de rejeição” e que gradualmente contribuíram para subalternizar a herança africana que é conferida ao arquipélago, seja pela geografia seja por questões culturais originárias. Antes de se deter no momento atual de Cabo Verde (no terceiro milênio), o autor nos oferece em seus “pressupostos”, uma análise que nos permitem ir desde a criação colonial, com o início da habitação das ilhas, passar pela sua primeira experiência política e comercial, e avançar até a formação da Nação caboverdiana, a qual na opinião de Onésimo Silveira se deu aproximadamente 200 anos antes da formação do Estado, passando também pelos subsídios do regionalismo em Cabo Verde, bem como o nativismo e o seu nacionalismo.

A nação cabo-verdiana, forjada em condições materiais precárias e sociais dolorosas, esperou cerca de dois séculos para ser Estado, o que só ocorreu em 1975. Este processo, dito de “emancipação”, envolveu, na mesma ocasião, todos os espaços da língua portuguesa em África, onde Portugal tinha imposto uma administração já multissecular (SILVEIRA, 2005, p. 62).

Em nosso primeiro capítulo, vimos como desde o século XIX, atravessando todo o XX, e chegando até princípios do XXI, diversos autores se esforçaram por negar a historicidade dos povos e das nações africanas. Com o tempo muitos autores se esforçaram por criticar essa negação da historicidade africana. Silveira (2005) destaca inicialmente o preconceito sofrido pelo continente africano no campo teórico-erudito das várias escolas políticas. Onésimo Silveira exemplifica esse fato citando Hegel e à influência do que ele chama de “escola do exotismo”, que rebaixa o continente africano a um plano inferior, revelando uma época e mentalidade marcadas pelo preconceito a-científico e anti-humano, os quais negavam o atributo da historicidade aos africanos. A maioria dos europeus ao estudar a realidade africana, o fez mediante um paradigma ocidental, e seus conceitos fizeram crer em um exotismo o qual foi atribuído de forma generalizada aos diferentes povos e

territórios da África, aos quais estenderam sua mão dominadora com o argumento de civilizar e desenvolver.

No primeiro grupo de constrangimentos, destacamos, pela abrangência do seu impacto, a questão da etnicidade, cuja leitura restritiva deforma o modelo de gestação e maturação do Estado na África pré-colonial, negando, por esta via, “historicidade” às sociedades africanas. Com efeito, a utilização, socialmente preconceituosa, do conceito de etnicidade e sua aplicação num quadro de explicação unívoco, em detrimento da heterogeneidade, amputou, por muito tempo, às sociedades africanas pré-coloniais, a qualidade de sociedades históricas e políticas por mérito próprio. Por imperativos operacionais, a noção de etnia é transmutada em premissa ideológica da intervenção do colonizador, na sua tentativa de subordinação e de domínio das realidades a serem geridas ou alteradas. A esse nível de corrupção conceitual, a etnicidade deixa de ser uma qualidade, uma abstração, para ser um atributo com conotações negativas e inferiorizantes. Mas a etnicidade resiste à descaracterização conceitual e à manipulação ideológica; ela continua sendo o que sempre foi, afirmando-se como uma noção de realidade, e não como uma substância, num quadro de luta social e política que lhe empresta um alto grau de ambivalência em relação aos conceitos de dominação e de desigualdade. Em suma: é o produto histórico da ação contraditória de diversas categorias sociais (SILVEIRA, 2005, p.18).

Isso exemplifica o quanto o próprio conceito de etnia (que antes era usado pejorativamente como raça) foi utilizado de forma direcionada pelos colonizadores. Em pleno século XXI ainda seguimos tendo mostra de como esse preconceito segue vivo e presente nas mentes da elite europeia. Quando se fala em “tradições africanas”, temos que ler nas entrelinhas e perceber no uso desta expressão uma tentativa de dar uniformidade para algo que não possui tal atributo. Uma tentativa de integrar comunidades etnicamente heterogêneas em um mapa continental demarcado de modo artificial pelos colonizadores. É forçoso dizer que inúmeras questões relativas ao Estado africano pré-colonial terão de ficar de fora deste trabalho.

3.6.1 - A MISTIÇAGEM

A história em Cabo Verde nos brindou um fenômeno de mestiçagem com características únicas no mundo. O seu processo foi dinâmico e também recíproco, de tal modo que chama a atenção o fato da maioria da população ter sua origem no continente negro ao mesmo tempo em que não ficaram rastros que pudessem determinar de forma rigorosa as suas origens étnicas.

Mas, tendo em consideração que a compra de escravos na Costa da Guiné não se fazia, por razões óbvias, dentro do mesmo território étnico, causa certa perplexidade que só alguns traços culturais tenham, em certa medida, resistido à força do empreendimento assimilacionista” (SILVEIRA, 2005, p.25).

Silveira (2005) aponta dois fatores como principais responsáveis pelo impedimento da sobrevivência de tais traços. A mestiçagem é o primeiro deles, pois para o autor ela cumpre um efeito simultâneo de desestruturar e estruturar os sistemas referidos, e o segundo, de natureza mais teórica refere-se ao que ele aponta como a indissociabilidade do meio exterior com o funcionamento de sistemas políticos determinados. Também aponta para o fato de que o binômio formado por escravatura e Igreja católica levou a quebra de padrões morais, ao passo que particularidades históricas, culturais, geográficas e até ecológicas, a uma das mais “extraordinárias” experiências raciais decorrentes do encontro do Ocidente Cristão com a África Negra.

Sobre o balanço histórico dos elementos étnicos que teriam contribuído para o advento do mestiço cabo-verdiano, não se pode infelizmente avançar precisões, mas apenas formular generalizações. Do tronco melano-africano, é grande a propabilidade de Jalofos, Balantas, Papeis e outros grupos étnicos terem fornecido cotas apreciáveis às ilhas, sobretudo à de Santiago, a maior e a primeira a ser habitada; no extremo oposto do espectro racial, assinala-se a contribuição do tronco leucodérmico, com grupos humanos da Madeira e do Sul de Portugal, aos quais se deve adicionar um punhado de espanhóis, genoveses, ingleses, franceses e holandeses (SILVEIRA, 2005, p.26).

Nesse cadinho étnico singular, chamado Cabo Verde, o ponto de ruptura estaria localizado em meados do século XVII, quando do declínio econômico devido à crise do tráfico internacional de escravos. Até esse ponto não se nota uma miscigenação acentuada, a qual vai ocorrer daí em diante. Nesse ínterim a sociedade caboverdiana está demarcada, tendo de um lado o negro escravizado e “incivilizado” e do outro o branco, que escraviza e é “civilizado”. Teria sido então nesse ponto que o principal agente da assimilação passaria a se destacar, levando a redução das divergências étnicas: a Igreja católica.

Despida dos preconceitos de uma moral constrangedora, a posição da Igreja, como referência, deu cunho de legitimidade a um certo número de práticas sem as quais a sociedade cabo-verdiana nunca teria podido absorver valores portugueses, sem destruir valores africanos, que ainda lhe são próprios (SILVEIRA, 2005, p.28).

Na obra “A Democracia em Cabo Verde”, um dos fatos que mais chama atenção é quando o autor aponta para o fato da Igreja ter ali legitimado o “filho de fora”, ou seja, aquele nascido de um relacionamento fora do casamento. Isso justifica um equilíbrio do ponto de vista sociológico e político, o qual serviu para inibir preconceitos raciais no arquipélago. Assim estava sendo estruturada a família crioula caboverdiana, e a própria Igreja fez jus a esses valores de mestiçagem, como demonstra uma citação das palavras do padre Antônio Vieira no natal de 1652, quando de sua escala para o Brasil, em que ele afirma ter encontrado em Cabo Verde:

[...] Clérigos e cônegos tão negros como azeviche; mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer inveja aos que lá vemos nas nossas catedrais (VIEIRA apud SILVEIRA, 2005, p.28).

Para Silveira (2005), a Igreja ocupou um papel destacado na formação da identidade nacional em Cabo Verde, a qual está ligada de forma indissociável ao fenômeno da mestiçagem e a figura do crioulo. Essa tolerância em relação aos valores ditos cristãos permitiu que não ocorresse contradição frontal com os valores africanos. Ao contrário, foi um facilitador do processo histórico de mestiçagem, em um palco composto de tantos elementos étnicos diferentes, onde estava gestando-se um sentimento de pertencimento nacional. É preciso lembrar também o fato dos missionários cristãos terem cumprido em Cabo Verde, a tarefa de pioneiros na educação. Criou-se assim por meio da formação intelectual, uma força que terminou por dar o que o autor chamou de “alma própria” à sociedade caboverdiana. Seria essa força a responsável por permitir a mobilidade de um estrato social inferior para outro superior, valorizando sobremaneira a educação.

3.6.2 - A CRISE DO ESCRAVISMO, A LÍNGUA CRIOULA, E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EM CABO VERDE

A crise econômica ocorrida no século XVII, como fruto do decréscimo do regime escravocrata projetada para outro patamar o crioulo caboverdiano. A expressão crioulo foi usada já nos idos de 1617, como o registra Silveira (2005), de uma forma ampla, designando tanto a língua quanto o mestiço. E o mestiço é um homem “novo”, que surge da relação dos senhores escravistas com as negras escravas, sendo este um homem cristão e portador de uma cultura específica. Nascia assim

de forma precoce a ideia e o sentimento de criouldade. Uma nova formação social está emergindo com ele, ao mesmo tempo em que a sociedade escravocrata começa a sucumbir, e a mestiçagem se reflete numa sociedade com perfil e dinamismos novos.

Assiste-se ao ruir estrondoso das estruturas de exploração da terra. O morgado vai colar-se cada vez mais ao poder político, para fugir à sentença de morte econômica e institucional; o escravo torna-se demasiado caro, porque o seu sustento deixa de ser compensado pelo trabalho que produz. Ele é alforriado, trocado por mantimentos sobrevalorizados, vendido desbarato, ou dado de graça em tempo de crise, para o salvar da morte pela fome (SILVEIRA, 2005, p.31).

Em meio à crise do escravismo o arquipélago também sofre com a seca e a dificuldade de produção. Aumenta drasticamente o número de alforriados e acelera a mobilidade social, de um modo inimaginável até então. O autor é sem dúvida categórico quando afirma que a fome teve um papel decisivo na estruturação da sociedade cabo-verdiana pós-escravismo, tendo facilitado até mesmo o processo de aculturação, e usa alguns dados estatísticos para reforçar essas afirmações.

Os escravos, que constituíam cerca de 85% da população por volta de 1582, representam pouco mais de 17% em 1731, altura em que os mestiços e forros somam 29% e 51% respectivamente. As classes intermediárias marcam a sua preponderância numérica, fato que traduz maior mobilidade social e o surgimento de um novo modelo de estratificação social. O senhor, branco, perde economicamente em favor do negro; ambos, porém, perdem etnicamente a favor do mestiço (SILVEIRA, 2005, p.32).

Silveira (2005) ressalta que com a queda do escravismo e do latifúndio, o modelo padrão que estabelecia o branco como senhor e os negros como escravos, também morre. Estava pavimentada a estrada para que o processo de assimilação pudesse ocorrer. O escravo alforriado constitui-se em um parceiro da sociedade, o qual intervém nos meios e no modo de produção. A monocultura cede seu lugar para uma policultura, de caráter familiar e de “inspiração afro-negra”. Dessa simbiose tão ampla Cabo Verde transforma-se nas palavras do autor, no “berço da primeira sociedade crioula nos trópicos”. O mestiço passa a predominar e com ele novas formas de convívio social, tanto no coletivo como no individual. O negro e o mulato podem agora ascender socialmente, formando uma nova aristocracia. A língua crioula joga um papel estratégico nesse processo, pois representa uma autonomia em relação ao português, ainda que não aja uma ruptura total em função da língua.

Para justificar o fato de que a etnicidade no seu sentido negativo está ausente hoje em Cabo Verde, o autor argumenta que não existe acento étnico no arquipélago, e sim acento social. Portanto, quando ocorre discriminação, ela não é de cunho racial e sim social. O fato de brancos, negros e mulatos portarem valores da cultura portuguesa dá a estes uma razoável liberdade de conflitos e uma unidade para além de possíveis preconceitos coloniais. Passa a ser comum a presença de pessoas de todas as “cores” em todos os níveis ou estratos sociais, já ao longo do século XVIII.⁹⁵

Ao longo de “A Democracia em Cabo Verde”, Onésimo Silveira procura sustentar com argumentos a sua posição quanto a formação da identidade nacional em Cabo Verde, a qual resulta em sua opinião como produto do crioulo e da mestiçagem, mas que faz-se necessário esclarecer, está além do preconizado por autoridades como Gilberto Freyre (a quem chama respeitosamente de mestre) e Almerindo Lessa. Sustenta que para além do proposto pelo conjunto de ideias desses dois autores, que gira em torno do conceito de “hibridismo”, a mestiçagem caboverdiana é na realidade um fenômeno de assimilação cultural. O hibridismo pressupõe o preconceito e o exotismo, enquanto a assimilação pressupõe síntese e integração de valores. Para explicar e delimitar com clareza a diferença desses conceitos, Onésimo Silveira cita um dos maiores intelectuais caboverdianos de sua época:

O mestiço é, para Gabriel Mariano, portador de uma sensibilidade inconfundível, criador de uma língua e uma literatura com qualidades fortemente identificadoras. São alguns dos valores que conferem autonomia civilizacional ao homem cabo-verdiano. Mas o quadro civilizacional é novo, porque não é nem subeuropeu nem subafricano mas, sim, luso-tropical, o branco, o negro e o mulato são os arquitetos da estruturação da sociedade, que empresta o seu corpo à encarnação dos valores espirituais dessa civilização nova (SILVEIRA, 2005, p.39).

Em outras palavras, citando Gabriel Mariano, o próprio Onésimo Silveira elenca a língua e a literatura como elementos importantes para que uma nação possa se reconhecer como tal. Ambos apontados como valores que permitiram que em Cabo Verde pudesse surgir uma civilização com indivíduos que não são nem europeus nem africanos. Uma civilização com características próprias e exclusivas.

⁹⁵ Essa posição é fortemente criticada por Cláudio Alves Furtado, professor da UFBA. Para maiores informações sugerimos a seguinte leitura: “Raça, Classe e Etnia nos Estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio”, in: *Afro-Ásia*, 2012. v. 45, p. 146-147.

As ilhas eram desertas quando foram descobertas e em seguida povoadas. Com isso lançaram-se as bases de uma sociedade de tipo novo, na qual a mestiçagem promoveu uma síntese tanto no sentido étnico como no sentido sociológico. Para além disso, destaca-se o surgimento e o fortalecimento da língua “crioula”, a qual serviu, na metáfora proposta por Baltasar Lopes da Silva⁹⁶, de primeira grande “experiência românica nos trópicos”.

A colonização portuguesa, sem o programar, tinha criado nas ilhas desertas uma sociedade nova, com coloração fortemente ocidental. Talvez sem o desejar, tinha acabado por dotar essa mesma sociedade de uma ferramenta política e institucional de formato e inspiração ocidental (SILVEIRA, 2005, p.45).

A singularidade desse povoamento trouxe consigo ou produziu, uma espécie de paradoxo: na medida em que implantava as suas concepções (sociais, económicas, jurídicas ou de qualquer natureza) o colonizador acabava por alienar-se dessas mesmas bases conceituais, já que não haviam estruturas prévias para eliminar e este terminava por inventar novas estruturas, capazes de garantir sua sobrevivência nessa terra nova. E foi justamente nas ilhas de Santiago e do Fogo (que fazem parte do grupo de ilhas do Sotavento) que esse povoamento teve início e se manteve como único por aproximadamente 200 anos, tendo sido ali o berço da identidade e da língua crioula, resultando daí a razão para crítica tão contundente que foi realizada na “Consciencialização na literatura caboverdiana”⁹⁷, uma vez que Silveira (2005) procura deixar claro que a língua crioula (nascida nessa parte do arquipélago), é um instrumento de expressão oral de fundamental importância na formação da identidade nacional em Cabo Verde, tendo por base o português, o qual teria sido adaptado para uma forma de linguagem simples e direta, constituindo-se em uma língua vulgar, no sentido de ser para expressão cotidiana.

Silveira (2005) ao discutir a relação entre Estado, nação e identidade nacional em Cabo Verde, afirma que a nação caboverdiana é o resultado de uma vivência

⁹⁶ Altamente recomendável o estudo do já referido trabalho de João Alberto Costa Pinto, por sua análise quanto a decepção do Claridosos com Gilberto Freyre, quando este em sua passagem pelo arquipélago, durante viagem de sete meses as colônias portuguesas da África e do Oriente, joga por terra os argumentos utilizados pelos Claridosos para fundamentar o seu modo de pensar, paradoxalmente inspirados na obra do próprio Freyre. Ver PINTO, João Alberto Costa. Gilberto Freyre e a cultura nacionalista em Cabo Verde (1936-1956). In: PAREDES, Marçal (Org.). *Portugal, Brasil, África: História, identidades e fronteiras*. 2012, p. 111-119.

⁹⁷ Crítica essa já estudada no capítulo II, e na qual Onésimo Silveira denuncia a parcialidade dos Claridosos no que diz respeito ao que se relaciona às Ilhas do Sotavento, no que o autor enxerga como uma tendência europeísta da revista, já que esse grupo de ilhas era considerado menos ocidentalizado, de modo que ficava minimizado o papel e a importância dos elementos negro-africanos na formação da identidade nacional caboverdiana.

multissecular de vários povos, que constituíram uma sociedade miscigenada, multiétnica e com uma língua comum. O caboverdiano é visto como resultado de uma espécie de fusão do material genético e cultural africano e português, constituindo-se em uma entidade própria e coesa.

É possível encontrar e destacar alguns elementos para fundamentar a posição do autor, elementos estes que encontramos em nosso primeiro capítulo quando nos debruçamos sobre a questão do nacionalismo: **a língua crioula** (que devido ao isolamento das ilhas teria preservado alguns vocábulos arcaicos típicos dos séculos XVI, XVII e XVIII, com uma lógica gramatical adaptada à simplificação linguística das etnias africanas que vieram para o arquipélago), **os hábitos, os costumes e a música** (o autor deixa claro não ter a pretensão de fazer um estudo etnográfico em sua obra, mas cita a forte aculturação resultante do contato das civilizações africanas e europeias ao longo de séculos de convívio nestas ilhas, oferecendo dentre outros exemplos possíveis a similitude entre a morna e o fado⁹⁸), e por fim **as festas religiosas** (em especial no mês de junho: Santo Antônio, São João e São Pedro).

3.6.3 ONÉSIMO SILVEIRA E A REDENÇÃO DA CLARIDADE

Em sua obra “*Futuro Passado*”, Reinhart Koselleck reúne uma série de ensaios nos quais apresenta as suas conclusões sobre a história conceitual e a teoria da história. E uma das características mais importantes dessa obra diz respeito a questão do tempo histórico, a qual perpassa toda a extensão do livro. Para Koselleck (2012), é na relação entre o passado e o futuro, na distinção entre ambos que o tempo histórico se constitui naquilo que ele resolveu designar como uma relação entre experiência e expectativa. Simplificando, isso diz respeito ao modo como cada geração lida com o seu passado e com o seu futuro, resultando dessa análise os conceitos que são básicos neste livro: o campo de experiência (diretamente ligado a relação com o passado) e o horizonte de expectativa (que diz respeito a relação projetada com o futuro). Em Onésimo Silveira temos um autor, duas obras, e campos de experiência e horizontes de expectativas distintos. E é na relação do autor com os Claridosos, permeada pela discussão acerca da realidade

⁹⁸ Elementos como melodia, sentimento, angústia, saudade e a presença da viola, são lembrados por Onésimo para justificar essa proximidade entre a morna e o fado.

de Cabo Verde enquanto um regionalismo africano ou europeu, que fica mais evidente a mudança de opinião de Silveira, e para a qual Koselleck oferece uma possibilidade de entendimento e compreensão.

Silveira (2005) destaca que o gosto pela cultura intelectual foi uma das qualidades que cedo se revelaram nos caboverdianos, tendo sido importante na luta contra as limitações do ambiente. Após uma breve síntese sobre o surgimento das primeiras escolas e liceus, é dada ênfase no grande desenvolvimento alcançado pela ilha de São Vicente já no século XIX, tendo sido ali, segundo suas palavras, que uma sociedade civil de tipo novo toma consciência de classe e logo desencadeia conflitos laborais/sindicais. Dado o seu progresso e a sua relação privilegiada com o resto do mundo, São Vicente:

É o “mundo que o cabo-verdiano criou”⁹⁹ e que iria assistir, nos anos trinta, ao nascimento e afirmação da primeira grande manifestação socioliterária do arquipélago, que se convencionou chamar de “Movimento Claridoso” e que deu origem à publicação da revista *Claridade* que é um marco incomparável de autonomia espiritual no mundo de expressão portuguesa, incluindo Portugal, onde a sua influência se fez sentir sobre o momento neo-realista, cuja principal bandeira foi a revista *Novo Cancioneiro*. Baltasar Lopes, Manuel Lopes, Jorge Barbosa e Félix Monteiro são figuras históricas, que deram à *Claridade* o brilho do seu intelecto e a riqueza do seu grande saber (SILVEIRA, 2005, p. 41-2).

Fica evidente a posição distinta assumida por Silveira (2005) se o comparamos com Silveira (1963), onde a literatura dos Claridosos é tachada de “inautêntica” e julgada de modo severo, sendo definida (como vimos no segundo capítulo) através de termos como “literatura de exportação”, “alienante”, e interessada no “aplausos metropolitanos”. Em 1963 o projeto literário Claridoso foi criticado como sendo recheado de temáticas exóticas, enquadradas no caldo luso-tropical, e descompromissada com as necessidades e realidades da população

⁹⁹ Observamos aqui uma alusão explícita a teoria luso-tropicalista de Gilberto Freyre, e uma apropriação e resignificação por parte de Onésimo Silveira, da expressão “o mundo que o português criou”. A herança colonial é discutida não sob a ótica racial e sim cultural. A ideia original é de que nenhum conquistador/colonizador se adaptou de forma tão igualitária com os povos “de cor”. A mestiçagem é apresentada como tendo sido responsável por “adoçar” as duras relações do escravismo. SILVEIRA (2005) paradoxalmente tenta se descolar de FREYRE (1940) ao equiparar o processo histórico da ilha de São Vicente e em especial de sua capital, a cidade do Mindelo, com aquilo que Freyre atribuiu aos luso-descendentes em geral: “uma unidade de sentimentos e de cultura”. Aqui o português é substituído pelo caboverdiano, o qual é responsável pelo florescimento da primeira “experiência românica nos trópicos”, graças a mestiçagem e a democratização social, a qual impede que exista (segundo Silveira) discriminação étnica no arquipélago, sendo estas algumas das características básicas que permitiram o florescimento do nacionalismo e da nação em Cabo Verde.

local, incapaz de contribuir para tomada de consciência necessária para desencadear a luta anticolonialista.

Para além dessa contradição, a sociedade caboverdiana, tendo na mestiçagem e na língua crioula a base de sua singularidade, alimentou a metáfora criada por Baltasar Lopes da Silva e reverenciada por Silveira (2005), segundo a qual Cabo Verde teria sido “à primeira grande *experiência românica nos trópicos*”, a qual não se presta para uma analogia com a colonização do tipo clássico:

Nas ilhas, o “colonizador”, ao implantar as suas próprias concepções nacionais, sociais, econômicas e jurídicas, assentava as bases da sua auto-alienação, dado que não havia estruturas sociais e culturais a ser eliminadas, mas, sim, a necessidade de inventar novas formas de convivência na terra inóspita e desabitada, como meio de assegurar a sobrevivência e a viabilidade do empreendimento mercantil (SILVEIRA, 2005, p. 48).

Essa “experiência românica” teria se transformado em uma “experiência política”, e isso graças as atividades literárias dos Claridosos, com as quais se afirmava a caboverdianidade. Em Silveira (2005) o tom para com a geração Claridosa é muito diferente daquele que vimos em nosso segundo capítulo. Classificada por este como “uma consciência literária autônoma”, a *Revista Claridade* é apresentada agora como uma “anúnciação” da maturidade social e cultural do mestiço caboverdiano, tendo sido reconhecida por Onésimo Silveira como um marco particular da evolução da história de Cabo Verde e novamente a questão linguística é enfatizada, destacada em sua importância:

[...] Baltasar Lopes da Silva, um dos fundadores da Claridade, iniciou, em Março de 1937, a publicação de estudos linguísticos que apresentam o *crioulo* como língua *suficiente*, resultante de um processo de aculturação que atingiu a meta da *aceitação*. No seu ensaio *Uma Experiência Românica nos Trópicos*, Baltasar Lopes concluiu que o *crioulo* de Cabo Verde é de formação e cunho português. A experiência românica tinha-se traduzido numa linguagem tão radicada no solo das Ilhas como o próprio indivíduo (SILVEIRA, 2005, p. 69).

A língua crioula, para Silveira (2005), é destacada como o veículo essencial, seja do conhecimento como também da comunicação, e é apontada por este como o sedimento da coesão nacional e da própria identidade cultural do país. Deste modo, o trabalho dos Claridosos, e sobretudo de Baltasar Lopes, passa ser visto e reconhecido como tendo sido suficiente e pioneiro na luta pela autodeterminação e

especialmente contra o Ato Colonial¹⁰⁰ de 1933. A própria crítica sofrida por estes intelectuais durante o período de luta pela independência, é amenizada, e agora o seu pensamento literário é exaltado como tendo sido um instrumento político de peso para a geração que os sucedeu, a qual como já vimos, teve entre seus expoentes nomes como Amílcar Cabral e mais adiante escritores como Corsino Fortes e o próprio Onésimo Silveira, que assinala o fato de que para ele, quando a independência ocorreu e o país tornou-se um Estado soberano, a Nação já estava pronta e foi fácil dar corpo a ele:

Tem de reconhecer-se, pois, que em Cabo Verde, apesar da realidade colonial e da sobreposição de valores civilizacionais distintos, a nação caboverdiana impôs-se como um facto, muito antes de ter ganho a independência e o Estado. E pode mesmo afirmar-se, como o fez o grande intelectual e humanista Baltasar Lopes da Silva, que a sociedade cabo-verdiana nasce como a primeira sociedade românica nos trópicos. O que quer dizer que os negros deixaram de ser africanos e os brancos deixaram de ser europeus. Esta simbiose é a alma e a essência de Cabo Verde (SILVEIRA, 2005, p. 102)

As implicações dessa afirmação são importantes, sobretudo por retirar do PAIGC o protagonismo no processo de construção da nação. Em outras palavras, se a nação já existia de fato, fruto dessa simbiose entre brancos e negros, e precedeu o Estado soberano, o papel do partido, embora importante, perde uma parte da sua dimensão histórica, em detrimento do povo caboverdiano, que nesse caso assume a condição de verdadeiro protagonista.

Silveira (2005) reconhece que os limites impostos pela censura do regime salazista reduziram as possibilidades da geração Claridosa realizar um esforço nacionalista mais aberto e declarado. Citando novamente Baltasar Lopes e o apelo regionalista que foi característico da Claridade, justificava-se então a exortação deste último: “*Sejamos, pois, intransigentemente regionalistas e seremos inteligentemente portugueses*”. Era um modo de afirmar a identidade caboverdiana e ao mesmo tempo despistar a censura do Estado Novo português:

Mas os jovens da geração que sucedia à de Baltasar Lopes questionaram muitas vezes o caráter exclusivamente literário da mensagem claridosa. Segundo alguns representantes dessa geração, dentre os quais o próprio Amílcar Cabral, os Claridosos,

¹⁰⁰ O assim chamado *Acto Colonial* publicado em julho de 1930, preconizava que Portugal como um Império, o qual era “uno e indivisível do Minho ao Timor”, e posterior a ele seguiu-se a censura, o Estado Novo e a ditadura Salazarista, que conforme já vimos, seria derrubada pela Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974.

sob a potencial ameaça da censura e de represárias por parte da polícia política, refugiaram-se na literatura para encobrir o seu défice de uma intervenção política, a única capaz de dar um enquadramento adequado à cultura, reconhecendo-lhe um papel pioneiro, e de alavanca, do processo de libertação nacional (SILVEIRA, 2005, p. 140).

Em outras palavras, a literatura do Claridosos estava definitivamente absolvida das acusações que anteriormente lhe foram imputadas (pelo próprio Onésimo Silveira), e agora é reconhecida como tendo sido responsável por uma afirmação identitária que serviu como um instrumento cultural que deu suporte à luta pela independência. Precisamos ressaltar que o momento no qual essa nova posição é assumida, configurando um novo horizonte de expectativa, resultou de um espaço de experiência no qual Cabo Verde estava livre do monopartidarismo, com uma democracia consolidada, e tendo-se assumido uma posição de realocação da identidade nacional, perceptível em ações concretas como a troca da bandeira e do hino, bem como nos esforços de integração e parcerias cada vez maiores com Portugal e a UE.

CONCLUSÃO

Iniciamos este trabalho procurando demonstrar que uma compreensão acerca da formação da identidade nacional somente é possível tendo em conta os aspectos teóricos que estão por trás deste fenômeno histórico. Se por um lado Cabo Verde não apresenta uma ancestralidade anterior à descoberta das ilhas que formam o arquipélago, por outro vimos a formação de uma cultura e de uma língua nacionais. Essa língua, o crioulo caboverdiano, paradoxalmente representa uma ruptura e uma continuidade em relação ao português. E é através da literatura que se levanta a consciência e a noção de uma identidade nacional em Cabo Verde, para justificar, quem sabe tardiamente, a emancipação do Estado.

A luta do mestiço contra fatores ecológicos repulsivos conferiu atributos de nação às ilhas de Cabo Verde: uma língua comum, valorizando o pensamento e exprimindo os estados de alma de todos e de cada um; um Deus e um destino compartilhando a salvaguarda da identidade cultural.

O particularismo da nação cabo-verdiana cria, por mérito próprio, uma referência teórica com valor para diversificar e enriquecer o debate em volta da questão nacional em África. Como é sobejamente reconhecido em certos meios acadêmicos, a abordagem empírica e pragmática deste tema tem limitado a sua análise, tanto em extensão como em profundidade. O estudo do fato nacional cabo-verdiano não só alargaria positivamente o debate, como poderia, também, por comparação, sugerir novas direções para o estudo dos conflitos nacionais de configuração etno-cultural (SILVEIRA, 2005, p. 60-1).

Rediscutindo o tema da nação e do nacionalismo, de modo a centrar nossa análise no caso africano e na especificidade caboverdiana, inicialmente foi preciso desmistificar o equivoco de negar a historicidade dos povos africanos e chamar atenção para o fenômeno específico do nacionalismo africano, para depois poder fazer um estudo de caso tendo Cabo Verde como pano de fundo. Assim como nos outros PALOP, foi durante o esforço para lograr o fim do colonialismo português que se pode levar adiante a discussão acerca da identidade nacional caboverdiana, e foi neste contexto que ficou estabelecido um dilema identitário, centrado na oposição entre aqueles que viam Cabo Verde como um caso de regionalismo europeu, de matriz lusitana, e os que passaram a defender que era um caso de regionalismo africano, tributário de matrizes herdadas da África Negra. Estava posta, assim, uma das questões norteadoras desta pesquisa, a qual nos propusemos analisar pelo prisma de duas obras escolhidas dentre as publicações de Onésimo Silveira.

Em nosso segundo capítulo vimos como a criação da Casa dos Estudantes do Império durante o Estado Novo Salazarista foi um marco importante no contexto da época, pois apesar de ser criada com o intuito de permitir a supervisão dos estudantes vindos das colônias, os quais passariam a estar reunidos em um só local, acabou por permitir um intenso intercâmbio de experiências, sendo um espaço de caráter transnacional, que serviria como um catalisador que aceleraria o despertar de uma consciência em prol da luta de emancipação dos povos colonizados. Os problemas decorrentes do racismo e do colonialismo permitiram aproximar e unir esses estudantes. A capital portuguesa foi talvez o maior de todos os “cadinhos” (ainda que outros possam ter existido) onde fundiram-se os metais que formariam a “liga” dos movimentos libertários e nacionalistas da África Lusófona. Tomaram conhecimento da Negritude e do Pan-africanismo, tomaram conhecimento de ideias e de organizações políticas e suas doutrinas, com destaque para o comunismo, passando a contestar todo o sistema colonial, reivindicando direitos e igualdade. O longo processo de conscientização, mobilização e luta para obter as independências foi marcado pelo transnacionalismo de seus elementos: a circulação de pessoas, a circulação de ideias através da poesia, da literatura em geral, dos panfletos, manifestos e discursos nacionalistas e da afirmação das identidades africanas que jaziam esquecidas.

Neste ponto encontramos Onésimo Silveira, que em 1963 publica e propõe a “Consciencialização na literatura caboverdiana”. Como uma espécie de porta-voz de sua geração, Silveira expõe todo o seu desacordo com a postura e o trabalho dos Claridosos, reforçando a urgência de se utilizar a literatura como um meio para denunciar a crise permanente de Cabo Verde. Em suas palavras, “a literatura caboverdeana, estando profundamente ferida de inautenticidade, não traduz nem produziu uma mentalidade consciencializada e daí se ter tornado [...] em título de prestígio da elite que a vem encabeçando e não em força ao serviço de Cabo Verde e suas gentes” (SILVEIRA, 1963, p.8). Ao passo que “A nova geração não pode silenciar o facto altamente comprometedor que resulta da atitude estéril dos claridosos perante as grandes crises que, na década de quarenta, trouxeram a morte a milhares de cabo-verdianos” (SILVEIRA, 1963, p.13).

O ensaio se traduz na prática em uma crítica contumaz ao Claridosos, com a sua primeira parte dedicada a argumentar pela “inviabilidade do prosseguimento em Cabo Verde, do movimento Claridoso”, defendendo a necessidade de se produzir

uma literatura renovada e autêntica, atualizada em termos ideológicos. Esse discurso era o discurso necessário para aquele momento, em que era preciso fazer a Nação emergir para reivindicar para si a soberania enquanto Estado, e permitia pensar não apenas em uma ruptura com um passado literário que para o autor já não se prestava aos interesses da Nação, como também para pensar um futuro político independente e livre do jugo do colonialismo português. A segunda parte, que anuncia o “Aparecimento de uma literatura de reivindicação para-africana”, vai apresentar um novo posicionamento literário, que resulta da consciencialização, e no qual os problemas de Cabo Verde passam a ser analisados e reconhecidos como sendo parte da problemática geral africana. É importante notar que a crítica de Onésimo Silveira nesse momento (1963), possuía um viés ideológico, uma vez que “A consciencialização na literatura caboverdiana” e a *Revista Claridade* falavam a partir épocas diferentes e desde uma perspectiva distinta, e como vimos ao longo deste trabalho, faz sentido se analisarmos a questão de um ponto de vista koselleckiano.

Ao chegar ao nosso terceiro capítulo, vamos reencontrar Onésimo Silveira através das páginas de “A Democracia em Cabo Verde”. Um Cabo Verde que se fez independente, que assistiu o fim do projeto da unidade com a Guiné-Bissau, superou 15 anos de um regime monopartidário para então promover a abertura política ao mesmo tempo em que passou a discutir o seu lugar no Atlântico: regionalismo africano *versus* regionalismo europeu. Essa discussão se deu de modo evidente, mediante a troca quase imediata dos símbolos nacionais após a abertura política nos anos 1990, representando não somente uma ruptura com a identidade criada pelo PAIGC/V como também um reposicionamento identitário no âmbito das relações África-Europa. Neste novo contexto, a capacidade da diplomacia caboverdiana seguiu em destaque, e foi importante para viabilizar tratados e acordos internacionais, necessários para aportar recursos/investimentos no arquipélago, procurando reforçar os laços com a UE, e situar Cabo Verde em uma órbita europeia.

A pesquisa aqui realizada nos leva a reconhecer que a história de Cabo Verde, como país e como nação, está intimamente ligada à literatura. A literatura serviu de base para afirmar os elementos da caboverdianidade, e isso se deu em diferentes momentos da sua história. Um percurso que inicia em fins do século XIX com a geração nativista e atravessa todo o século XX, com especial destaque para a

geração da *Revista Claridade*. A produção literária teve especial contribuição para constituir uma identidade nacional homogênea.

Justifica-se, portanto, o lugar de destaque dado em nossa pesquisa ao modo como Onésimo Silveira se posiciona quanto ao trabalho dos Claridosos. Esse posicionamento é absolutamente coerente sob o ponto de vista koselleckiano, uma vez que está de acordo ao seu posicionamento identitário e ao discurso ideológico de cada época e a projeção que o autor fazia do futuro. Primeiro se impunha promover e provocar uma ruptura com os Claridosos e sua opção identitária, desclassificando o trabalho dos mesmos e a sua contribuição histórica para formação e o reconhecimento da nação em Cabo Verde. Pavimentava-se assim a estrada para a luta pela independência e pela soberania, que resultaria na formação do Estado nacional. Superada essa etapa e consolidadas as conquistas obtidas, Silveira volta seu olhar novamente para a *Revista Claridade* e os Claridosos. Foi depois de sua passagem por Portugal, agora na condição de Embaixador em Lisboa, que Onésimo retoma a antiga discussão, através de um novo livro, no qual reconhece a importância do trabalho dos Claridosos. Resumindo, os Claridosos foram “Alvos de crítica por não terem traduzido o seu pensamento literário em pensamento político actuante, os ‘claridosos’ deixaram, todavia, um instrumento político de peso à geração que lhes sucedeu” (SILVEIRA, 2005, p.69). Contudo, em 2005, e com outro projeto político e outra expectativa de construção identitária, caberia – agora – reconhecer “A idoneidade social das ilhas, que deu substância ao conceito de autodeterminação, traz a assinatura histórica da sua proeza literária” (SILVEIRA, 2005, p. 69).

Em “A Democracia em Cabo Verde”, sobretudo em sua primeira parte, intitulada “Pressupostos”, Onésimo Silveira faz uma síntese do percurso identitário caboverdiano, para concluir que a Nação precedeu o Estado, “A nação caboverdiana, forjada em condições materiais precárias e sociais dolorosas, esperou cerca de dois séculos para ser Estado, o que só ocorreu em 1975” p.62. Aqui ele destaca que a expressão “crioulo” remonta ainda ao século XVII, e referia-se tanto a língua quanto ao mestiço. Então o sentimento de “crioulidade”, apontado como base da identidade nacional caboverdiana, tem sua matriz na relação dos colonizadores com as negras escravas, que sob as bênçãos da Igreja Católica, produziu um homem cristão, portador de valores tanto da cultura portuguesa como também da africana, sendo por isso (na opinião de Onésimo) livre de conflitos étnicos e

possuidor de uma unidade que o colocava acima de qualquer preconceito colonial. Seria, portanto, a mestiçagem caboverdiana, um fenômeno de síntese e de integração de valores, verdadeira assimilação cultural, dotada de uma enorme capacidade identificadora, em especial através da língua e da literatura. Vimos assim a emergência dum sentimento de pertencimento nacional: o ser mestiço. Como fruto da mestiçagem, surgem elementos no cotidiano de Cabo Verde, que seguramente podemos encontrar no check-list sugerido por Anne-Marie Thiesse, assim como no de outros estudiosos do fenômeno da nação e do nacionalismo: a língua crioula, a literatura e músicas próprias, vestuário, dieta, padrões de cultura e até mesmo o elemento geográfico/ecológico, seja pela condição arquipelágica comum, seja pelas características específicas de cada uma das ilhas.

Se num primeiro momento existiu uma heterogeneidade étnica, na medida em que o mestiço ocupa cada vez mais espaços na sociedade, isso muda. E aos poucos, os elementos antes listados frutificam, resultando numa homogeneidade cultural. Isso foi possível graças à ascensão social do mestiço, acompanhada de uma integração favorecida pelo cristianismo. Em outras palavras, de acordo com o pensamento de Onésimo Silveira, antes de se constituir num Estado autônomo, Cabo Verde se constituiu em uma Nação. O dilema identitário, apresentado no primeiro capítulo deste trabalho e rediscutido ao longo dele, resulta na verdade em uma questão inexistente. Corresponde aos homens e as suas escolhas. Como Koselleck propõe: um horizonte de expectativa, baseado num espaço de experiência. No contexto do pós-segunda guerra, em que se impunha a descolonização e a emancipação dos PALOP, a escolha até mesmo necessária em Cabo Verde, a única escolha cujo horizonte de expectativa poderia resultar na independência, era o reconhecimento da herança de matriz africana.

Uma vez superada essa fase e obtida a independência, foram 15 anos de um regime autoritário de partido único. A década seguinte serviu para afirmar e consolidar a democracia, com a abertura política e o pluripartidarismo. Chegado o terceiro milênio, com um espaço de experiência modificado, novas escolhas podem ser realizadas, e é aqui que se dá uma reconciliação dos dois passados: o passado da herança claridosa e o passado da reafricanização dos espíritos. Um novo horizonte de expectativa se configura, no qual Onésimo Silveira reconhece Cabo Verde em sua singularidade, um caso de regionalismos africano, tributário de valores ocidentais: uma experiência românica nos trópicos.

Ao analisarmos a construção da identidade nacional em Cabo Verde, dentro do proposto neste trabalho, vimos como a questão da valorização e do reconhecimento do mestiço em Cabo Verde ocupou uma posição de central importância. No contexto da "Consciencialização na literatura cabo-verdiana", a produção da memória, aspecto fundamental para consolidar uma nação, levou a necessidade de se impor um discurso identitário de aproximação do mestiço com a África Negra, buscando reconhecer raízes ancestrais anteriores a ocupação das ilhas. Posteriormente, no contexto de "A Democracia em Cabo Verde", a memória produzida permitiu fazer as pazes com Portugal, aceitando e reconhecendo o contributo branco europeu na constituição da população do arquipélago. Se pensarmos a nação em Cabo Verde pela perspectiva de Walter Connor, podemos enxergar que ao se ter no mestiço caboverdiano o elemento primordial a permitir emergência da nação e o reconhecimento da mesma enquanto tal, estamos diante de um movimento etnonacional, pois o mestiço se identifica com a nação e vice-versa. Neste trabalho, vimos que é na relação entre passado e futuro que os homens se apropriam, nos dizeres de Connor "de el material con el que se fabrican los sueños", explicando assim o atrativo emocional que o nacionalismo exerce sobre os homens bem como a perenidade das nações após o seu advento.

Para além apenas de chamar a atenção para a história africana, procuramos perceber historicamente as interpretações contextuais sobre a construção da nação na África, no nosso caso em Cabo Verde, sob a pena de Onésimo Silveira. Deste modo, este trabalho não esgota as análises referentes às obras estudadas, e que oferecem outras possibilidades de pesquisa, mas procura aportar subsídios para uma história possível de Cabo Verde no período estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

SILVEIRA, Onésimo. *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

_____. *Consciencialização na literatura caboverdiana*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1963.

Fontes complementares

Casa Comum (Desenvolvida pela Fundação Mário Soares)

Disponível através do site: <http://casacomum.org/>

ANDRADE, Mário Pinto de. *Nô-Pintcha*, Guiné-Bissau, 9 ago.1976. Disponível em <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04336.003.007#!1>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

CABRAL, Amílcar. *A África e a luta de libertação nacional nas colónias portuguesas*. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04341.001.005>>. Acesso em 10 maio 2016.

CASA Comum. *Lei de Organização Política do Estado de Cabo Verde*. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39805. Acesso em 12 out. 2015.

_____. *Missão de Onésimo Silveira à Suécia, Escandinávia e Bélgica*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_41905>. Acesso em 6 abr. 2016.

_____. *Visita de Amílcar Cabral à Finlândia*. Disponível em: <<http://casacomum.net/cc/visualizador?pasta=05360.000.324>>. Acesso em 6 jun.2016.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. *Criação, em Dar-es-Salam, da Frente de Libertação de Moçambique*. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=036484>>. Acessado em 18 mar.2016.

PEREIRA, Aristides. *PAIGC balanço de 20 anos de luta pela libertação nacional da Guiné e Cabo Verde (1956-1976)*. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10192.001.032>>. Acesso em: 30 mai 2016.

Nordiska Afrikainstitutet – The Nordic Africa Institute – Uppsala

Disponível através do site: <http://www.nai.uu.se/>

SELLSTRÖM, Tor. *A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau*. 290 f. Tese (Doutoramento em Relações Internacionais) - Universidade de Uppsala, Uppsala. 2008.

Bibliografia

- ACTON, Lord. Nacionalidade 1862. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 23-43.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos, *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. UFRGS, Porto Alegre: 2006.
- ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 45-83.
- BAUMER, Franklin L.. *O pensamento europeu moderno séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977. 2 v.
- BHABHA, Homi. *O Local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: UNB, 2000.
- CABRAL, Amílcar. Libertação nacional e cultura. In: SANCHES, Manoela. R.. *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 355-375.
- CÂMERA de Comercio Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde. Ciclo de Encontros: Seminário Portugal Cabo Verde: Uma Parceria para o Futuro. Disponível em: < www.portugalcabo Verde.com/download.php?id=67> . Acesso em 20 set. 2016.
- CANÊDO, Letícia Bicalho. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 1998.
- CASTELO, Claudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. Repositório do ISCTE-IUL. Lisboa, 13 fev. 2011. Disponível em: < <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2244>>. Acesso em: 07 set. 2009
- CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: Religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: NUDOC, 2005.
- CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003. p. 61-92.

COHEN, Michel. Arquipélagos da alternância- a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, nº 14, Lisboa, jan. 1991, p.113-54.

CONNOR, Walker. *Etnonacionalismo*. Madrid: Trama, 1998.

DAFLON, Verônica Toste. Mestiçagem. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves (Org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014. p 309-330.

DAHL, A., Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: EDU UnB, 2001.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Unidet Nations Human Rights online. Disponível em:

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em 30 ago. 2016.

EDUCAÇÃO Wiki. Biografia de Manuel Ferreira. Disponível em:

<http://wiki.ued.ipleiria.pt/wikiEducacao/index.php/FERREIRA,_Manuel>. Acesso em 22 maio 2016.

EMBAIXADA da República de Cabo Verde no Brasil. Símbolos Nacionais.

Disponível em:

<http://www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/?tac=S%EDmbolos_Nacionais>. Acesso em: 30 ago. 2016.

ENDERS, Armelle. *História da África Lusófona*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1997.

ÉVORA, Roselma. *A abertura política e o processo de transição democrático em Cabo Verde*. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências políticas) – UNB, Brasília. 2001.

_____. *Poder legislativo ou Regime Democrático em Cabo Verde*. 249 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - UNB, Brasília. 2009.

_____. *Privatização das Estatais na República de Cabo Verde*. Monografia (Graduação em Ciências Políticas) - Universidade de Brasília: Departamento de Ciência Política, Brasília. 1998.

FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Sá de Souza, 1980.

_____. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. *Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação*. 138 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Universidade do Porto, Porto. 2007.

FERNANDES, Gabriel. *Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde Crioulo*. Florianópolis: UFSC, 2006.

FERNANDES, Maria de Fátima. A expressão metafórica do sentido de existir na Literatura Cabo-verdiana contemporânea: João Varela, Corsino Fortes e José Luís Tavares. 275 f. Tese (Doutorado em Letras) - USP, São Paulo. 2013.

FERREIRA, Armando. Barlavento e Sotavento. Disponível em: <<http://www.caboverde-info.com/Identidade/Geografia/Artigos-Geografia/Barlavento-e-Sotavento>>. Acesso em 30 ago. 2016.

FERRO, Marc. História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII ao XX. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

FICHTE, Johann. G. Discursos à Nação Alemã. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

FOÉ, Nkolo. África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincialismo? "Acomodação de Atlanta" ou iniciativa histórica?. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602013000100011&script=sci_arttext>. Acesso em 20 jun. 2016.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell, Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida. 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

FURTADO, Cláudio Alves. Raça, Classe e Etnia nos Estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio. In: Universidade Federal da Bahia. Afro-Ásia. Salvador: UFBA, 2012. 45 v., p. 146-147.

_____. Democracia em África: Possibilidades e limites. *Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, São Paulo, nº 20/21, p. 199-217, 1997/1998.

_____. Génese e (Re) Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde. Praia: Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco, 1997.

GARMES, Helder. Dossiê literaturas africanas de Língua Portuguesa. *Revista Scripta*, Belo Horizonte, nº 19, p. 15-24, jul. 2006.

GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e democracia*. Brasília: UnB, 1981. p. 73-99.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

GONÇALVES, Antônio Mendes. Política externa de Cabo Verde de 1975 a 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa. 2010.

GUIMARÃES, José António Nobre. *Intelectuais Africanos no espaço político português: Desenvolvimento da sua intervenção nativista entre finais do século XIX e meados do século XX – O caso de Cabo Verde*. 721 f. Tese (Doutoramento em História) - Universidade Aberta de Lisboa, Lisboa. 2012.

HERNANDES, Leila Leite. *Os Filhos da Terra do Sol: a formação do Estado- Nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus, 2002.

HOBBSAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHAN, Gopal (Org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____. *Nações e Nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. Introdução. In: _____; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

HUNTINGTON, Samuel. *A Terceira Onda: democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

KEDOURIE, Elie. *Nacionalismo*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1988. p. 1-110.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

LARANJEIRA, Pires. *A Negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1995.

_____. *Negritude Africana de Língua Portuguesa (Textos de Apoio, 1947-1963)*. Braga: Angelus Novus, 2000.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da Democracia – a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LOPES, Ana Maria et al. Cabo Verde. Revista Encontros: línguas em ação. Disponível em: <<http://amilcarcabral.webnode.com.br/cabo-verde/>>. Acesso em 21 set. 2016.

LOPES, José Vicente. *Cabo Verde – Os Bastidores da Independência*. Praia: Mindelo, 1996. (Documentos para a história de Cabo Verde)

M'BOKOLO, Elíkiá. *África negra, história e civilizações: do século XIX aos nossos dias*. Salvador: Edufba, 2011. 2 v.

MARQUES, Antônio Caldeira. *Cabo Verde os Bazófiós da Independência*. Lisboa: A.C. Marques, 1999.

MARTINS, Amarilis Barbosa. *Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência*. 115 f. Dissertação (Mestrado em Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. 2009.

MATOS, Pedro; NEVES, Luis M. Herdeiros da Escravatura. Disponível em: <<http://herdeirosdaescravatura.com/>>. Acesso em 22 jun. 2016.

MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado: Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe. *História Geral da África*. Brasília: UNESCO, 2010. 8 v. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>>. Acesso em 5 maio 2016.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. *Guiné-Bissau: da Luta Armada à Construção do Estado Nacional - Conexões entre o discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994)*. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador. 2013.

NETO, Sérgio. *Clareza - Fazer luz, adensar as sombras. Atas do colóquio internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência, Lisboa, jun. 2012*. Disponível em: <<https://coloquiocv.gb.files.wordpress.com/2013/06/p04c02-sergio-neto.pdf>>. Acesso em: 20 jul 2016.

_____. *Colónia Mártir, Colónia Modelo: Cabo Verde no pensamento ultramarino português (125-1965)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009.

_____. Na encruzilhada de três continentes. In PAREDES, Marçal de Menezes (Org.). *Portugal, Brasil, África: História, identidades e fronteiras*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 25.

NEVES, José Maria. *Discurso do primeiro ministro por ocasião da cerimónia que outorga o grau honoris causa a Onésimo Silveira*. Disponível em: <http://www.governo.cv/images/stories/Homenagem_a_Onesimo_Silveira.pdf>. Acesso em 20 set. 2016.

PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, nº 40, p.131-161, Dez. 2014.

_____. In: GAUER Ruth Maria Chittó, et al – *Tempo e historicidades*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016.

PEREIRA, Ludemila Cardoso. *Cabo Verde: da Descolonização à Abertura Democrática*. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política – Cidadania e Governança) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. 2013.

PINA, Constância. *Universidade do Mindelo distingue Onésimo Silveira com Honoris Causa*. Disponível em: <<http://asemana.sapo.cv/spip.php?article82844>>. Acesso em 6 set. 2016.

RAMOS, António Manuel. *Conflitos de identidade em Cabo Verde: Análises dos casos de Santiago e São Vicente*. 144 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Universidade do Porto, Porto. 2009.

RAMOS, Arceolinda Monteiro, *Partidos Políticos na Democracia Cabo-verdiana: um estudo de caso (1991-2011)*. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Cabo verde, Praia. 2012.

RAMOS, Maria da Luz. Os cabo-verdianos e a democracia: uma análise das perspectivas e atitudes dos cidadãos. *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência Lisboa*, jun. 2012. Disponível em: <<https://coloiuocv.gb.files.wordpress.com/2013/06/p03c04-maria-da-luz-ramos.pdf>>. Acesso em: 20 jul 2016.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? - Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882. In: CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (Org.). *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)*. Guimarães: Opmia, 2011. p. 29-44.

REPÚBLICA de cabo verde. Relatório de Informação ao Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o processo da Saída de Cabo Verde da Categoria dos PMA. Disponível em: <www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/files/files_4774fa95c6835.doc>. Acesso em 01 set 2016.

RIBEIRO, Luiz Dario T. Descolonização africana. *Revista Ciências & Letras, Porto Alegre*, nº 21, 1998.

RIZZI, Kamilla Raquel. *A Política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)*. 301 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - UFRGS, Porto Alegre. 2012.

SANTOS, Donizeth Aparecido, *Da Ruptura à Consolidação: Um esboço do percurso literário angolano de 1948 à 1975*. *Publicatio UEPG*. Ponta Grossa, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2808>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SEMEDO, Manuel Brito. *A Construção da Identidade Nacional – Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2006.

SILVA, António E. Duarte. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. *Cadernos de Estudos Africanos*, 9 out.2006. Disponível em: <<http://cea.revues.org/1236>>. Acesso em 18 mar. 2016.

SILVA, Sara Alexandra Patrício. *Como Construir uma Literatura Nacional. As antologias “henriquinas” de Baltasar Lopes e Jaime Figueiredo e a produção do Cânone da Literatura Cabo-Verdiana*. 99 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Universidade de Coimbra, Coimbra. 2011.

SILVEIRA, Onésimo. Poema Saga – Revista Caridade de arte e letras. São Vicente, nº 8, p. 70, maio 1958. In: ROCHA, Nélida Maria Tavares. *O contratado na poesia cabo-verdiana*. 51 f. TCC (Licenciatura em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses) - Universidade Cabo Verde, Praia. 2010.

SMITH, Anthony. *Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SOUSA, Julião Soares. MPLA: Da fundação ao reconhecimento por parte da OUA (1960-1968)”, *Revista Latitudes*, nº 28, dez. 2006. Disponível em: <http://www.revues-plurielles.org/_uploads/pdf/17/28/17_28_03.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SPAREMBERGER, Alfeu. A reafrikanização dos espíritos na obra de Amílcar Cabral: sobre um depoimento de Mário Pinto de Andrade. *Revista África e Africanidades*, nº 12, p. 7, fev. 2011.

THIESSE, Anne-Marie. *Ficções Criadoras: As Identidades Nacionais*. Revista *Anos 90*. Porto Alegre, nº 15, 9 v., p.7-23, Dez. 2001.

TORGAL, Luís Reis. As comunidades imaginadas: reflexões metodológicas sobre o estudo dos Nacionalismos Africanos. In: _____; PIMENTA, Fernando; SOUSA, Julião (Orgs.)l. *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismo em África*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.

TUTIKIAN, Jane. Velhas identidades novas: o pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2006.

UNIÃO Europeia. A bandeira europeia. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/flag_pt -. Acesso em: 30 ago. 2016.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e Intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 16, p. 63-85, jul. 2008.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

WOOLLACOTT, John. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. *Revista Análise Social*. 1983. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223466050T4kAK2od2Ar67WH4.pdf>>. Acesso em: 22 set 2016.



ANEXO A – Discurso do primeiro ministro por ocasião da cerimónia que outorga o grau honoris causa a Onésimo Silveira

É com enorme satisfação que participo deste tributo que a Universidade do Mindelo presta ao Cidadão Onésimo Silveira e é com toda «a fantasia dos pontos cardeais» que me concedo a este testemunho.

Faço-o não apenas como Primeiro-Ministro de Cabo Verde, mas também como cidadão ciente da luz própria deste homenageado na constelação das estrelas da caboverdianidade.

Ao me preparar para esta cerimónia académica, de transcendência nacional, reli poemas de Onésimo Silveira, alguns dos quais formataram, nos anos de juventude, a minha conscientização não apenas literária, mas também patriótica. Por isso, é preciso prestigiar, em nobreza merecida, este ilustre filho de Cabo Verde.

Dos poemas relidos e para começar, destacaria um, com que saudaria aqui todos os ilustres presentes e faria um elogio, que reputo merecido a este caboverdiano de fina estampa:

«O povo das ilhas quer um poema diferente para o povo das ilhas».

Quantas vezes, ao longo deste percurso contemporâneo e desta missão, difícil mas edificante, de transformar estas ilhas a mais liberdade, mais democracia e mais desenvolvimento, em prol do bem-estar, da qualidade de vida e da felicidade para o povo, não nos detivemos a balbuciar este «poema diferente»?

Versos que despoletaram em nós sentimentos de pertença a uma coisa maior e a uma causa melhor, enquanto «povo das ilhas», em articulados que anunciavam «Lá vem nhô Cacai da ourela do mar/Acenando a sua desilusão/De todos os continentes!» e que manifestavam «Venham comigo/E vamos bradar junto à praia/(inconsoladamente — como meninos)/Que não vendemos Tê-têia», quando não renunciavam «Até que ao olhar brando e calmo da manhã/Num aceno farto de promessas/Ressurgiu a terra sarada».

E é nesta «terra sarada», onde as crianças, de todas as cores, já são pétalas da mesma flor, que nos cumpre, hoje e nesta emblemática cerimónia, celebrar este Cidadão do poema diferente para o povo das ilhas. E é nesta «terra sarada», com os seus novos desafios, mas numa espiral ascendente, muito que nos honra fazer tributo aos que Mário Fonseca, outro grande poeta, chamaria de «Homens Maiúsculos».

Onésimo Silveira, fazendo parte do panteão dos «Homens Maiúsculos» desta cidade do Mindelo e deste Cabo Verde, ajusta-se sem mais encómios ao título de Doutor Honoris Causa que a Universidade do Mindelo ora lhe outorga.

Ele personifica, para gáudio colectivo, um extenso e rico historial de vida. Igualmente, uma bibliografia coerente e interessante. Ainda, um legado teórico significativo no reflectir e no debater o Cabo Verde contemporâneo.

Nunca abandonou o reflectir, crítico e coerente, sobre a África, enquanto antropologia cultural e sociologia política. Há exactamente oito anos, porque em Dezembro de 2004, na Cidade de Lisboa, Onésimo Silveira me fazia uma dedicatória do seu livro “África ao Sul do Sahara: Sistemas de Partidos e Ideologias de Socialismo”, uma obra extraída da sua tese de Doutoramento em Ciências Políticas, na Universidade de Uppsala (Suécia) e que se agregou à bibliografia imprescindível para a nossa compreensão da África. Dessa obra, o Professor Adriano Moreira, ilustre intelectual e comendador também do grau Honoris Causa desta Universidade, escreveria em prefácio que o autor apresentava ali “uma independência crítica assinalável”, mesmo tendo sido “observador participante”. Aliás, o homenageado, sem se descurar do seu olhar de cientista sobre o processo político de Cabo Verde, tanto no período colonial, como naquele pós Independência, na Primeira e na Segunda Repúblicas, ele mantém como sua toada existencial essa perspectiva de “observador participante”.

Pensa-se, por isso, no dilema que terão experimentado os proponentes deste título académico, tal complexa a figura em proa. O que seria mais preponderante para figurar na justificativa desta outorga?

Realçava-se o escritor ou o político?

Se escritor: o poeta dos “Poemas dos Tempos das Trevas”, o prosador do

“A saga das as-secas e das graças de Nossenhor”, o tradutor de “A Caderneta”, de Baltasar Lopes da Silva ou o ensaísta de “A Crioulidade e o Conceito da Nação”?

Se político: o autarca que ajudou a dar mais dignidade ao Poder Local, a partir da Edilidade de São Vicente, ou o deputado que das bancadas do Parlamento cabo-verdiano participou de debates dorsais para a requalificação do sistema democrático e melhor aferição do Estado de Direito Democrático, em construção?

Sublinhava-se o pensador ou o activista?

Se pensador: o investigador de “Cabo Verde: Auto de Criação Colonial” ou o politólogo de “Contribuição para a Construção da Democracia em Cabo Verde”?

Se activista: o cidadão do mundo pela libertação de Nelson Mandela ou o cidadão cabo-verdiano por um debate “cívico” sobre a problemática da regionalização?

Elogiava-se o combatente da liberdade da pátria ou o combatente pela democracia?

Se combatente da liberdade da pátria: o articulador da denúncia anticolonial junto a grandes personalidades da época ou o militante das fileiras do PAIGC?

Se combatente pela democracia: o autor de “Tortura em Nome do Partido Único: o PAICV e a sua polícia política”, o apoiante crucial para a reeleição do Presidente Pedro Verona Pires ou o fundador do Partido do Trabalho e Solidariedade, mais uma organização de esquerda no figurino nacional?

Homenageava-se o diplomata?

O diplomata que o foi durante a Luta de Libertação Nacional. Foi ele durante vários anos Alto Funcionário das Nações Unidas e, nessa qualidade, teve papel importante no gizar sobre os Direitos Humanos e no respeito pelos valores universais que flamejavam como bandeiras dessa organização. Foi também, com elevado desempenho, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Cabo Verde em Portugal, Israel, Espanha e Marrocos.

Nascido nesta Ilha de São Vicente, em 1935, ano em que o Poeta Jorge Barbosa publicaria «Cadernos do Ilhéu» e nas vésperas do primeiro número da Revista «Claridade» (esta publicada em 1936), coordenada pelo Poeta, Prosador, Ensaísta e Professor Baltazar Lopes da Silva, Onésimo Silveira, em tenra juventude, pôde participar dessa “estelar revista”, e, mais tarde, do

Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes, constando, em seu percurso, por diversas antologias como “Modernos Poetas Caboverdeanos”, coordenado pelo intelectual Jaime de Figueiredo e «No Reino de Caliban», coordenado pelo escritor português Manuel Ferreira.

Entre várias outras obras, ficará em nós a “Consciencialização na literatura de Cabo Verde” (publicada em 1968). Sofreu, por razões de consciência e de posicionamento político, o exílio, participou na luta de Libertação Nacional sob a liderança de Amílcar Cabral, privou com este e com outras personalidades de

nomeada como Olof Palme e Nelson Mandela e cumpriu o vaticínio do Poeta Eugénio Tavares em como «Si ka badu, ka ta biradu».

De Onésimo Silveira, o escolhido, acreditamos que tudo isso faz muito sentido. Se à primeira, vemos um percurso cheio de rupturas, no referente à atitude, logo se notará ali um surpreendente unidade em termos de postura. Um amigo que nos é comum dizia que, tanto pelo seu fino trato no buscar concílios como pela sua acutilância no defender aquilo em que acredita, tudo isso é este Onésimo Silveira, merecedor de quantas homenagens nos suscitarem.

Homem dos seus vários tempos existenciais e à temporalidade histórica de Cabo Verde, nesta hora em que efectivamente, no vate do Poeta Osvaldo Alcântara «Porão, roça, medos imediatos, tudo ficou lá longe» e no do Poeta Corsino Fortes, «todas as coisas ficaram públicas na boca da república», importa reconhecer, sim, Onésimo Silveira, como uma das grandes personalidades deste País.

As minhas felicitações à Universidade do Mindelo. Por tão acertada escolha. Os meus votos de boa ventura a Onésimo Silveira. Porque neste tempo em que olhamos, da proa da ilha, para este mar de oportunidades e dele projectamos o «Cluster do Mar» para Cabo Verde, certamente contribuiu para a nossa visão de futuro estes versos que afirmam:

«O povo das Ilhas quer um poema diferente para o povo das Ilhas:/Um poema sem homens que percam a graça do mar/E a fantasia dos pontos cardeais!»

Saibamos todos prestigiar, com merecida dignidade, este tão ilustre filho de Cabo Verde!

Muito obrigado.